

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JOÃO LÚCIO MARIANO CRUZ

QUAL É A TUA, OH LAMPIÃO?
TENSIONAMENTOS EM UM JORNAL EDITADO NA E PELA ESQUINA

Goiânia

2019

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

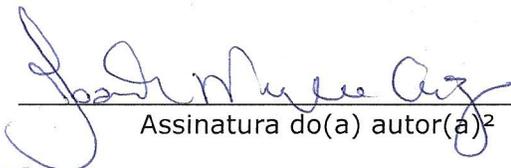
Nome completo do autor: João Lúcio Mariano Cruz

Título do trabalho: Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina

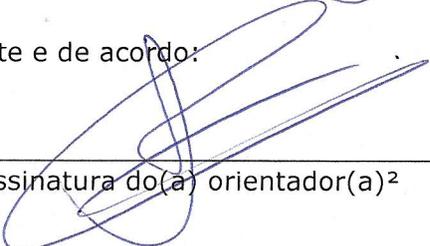
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 28 / 02 / 19

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

JOÃO LÚCIO MARIANO CRUZ

QUAL É A TUA, OH LAMPIÃO?

TENSIONAMENTOS EM UM JORNAL EDITADO NA E PELA ESQUINA

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Luciene de Oliveira Dias

Goiânia

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cruz, João Lúcio Mariano

Qual é a tua, oh Lâmpião? [manuscrito] : Tensionamentos em um
jornal editado na e pela Esquina / João Lúcio Mariano Cruz. - 2019.
CLXXX, 180 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luciene de Oliveira Dias .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2019.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. Interseccionalidade. 2. Dialogicidade. 3. Homossexualidades. 4.
Imprensa Alternativa. 5. Lâmpião da Esquina. I. , Luciene de Oliveira
Dias, orient. II. Título.

CDU 007

ATA 04/2019



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, a partir das nove horas, na sala sete do Labicom - Laboratórios Integrados de Comunicação e Informação, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de **JOÃO LÚCIO MARIANO CRUZ**, intitulada "QUAL É A TUA, OH LAMPIÃO? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina". A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Luciene de Oliveira Dias (orientadora/FIC/UFG), Lara Lima Satler (FIC/UFG), Angelita Pereira de Lima (PPGDH/UFG) e Camilo Albuquerque de Braz (PPGAS/UFG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi APROVADO. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Profa. Dra. _____ (Presidente)
Luciene de Oliveira Dias

Profa. Dra. _____
Lara Lima Satler

Profa. Dra. _____
Angelita Pereira de Lima

Prof. Dr. _____
Camilo Albuquerque de Braz

AGRADECIMENTOS

À Benedita (in memoriam), por ser ela, e mais um tanto... a pessoa que dá início e permanece em minha trajetória. À minha mãe Glória e à minha tia Fátima, por oferecerem refúgio nesse caos. Por nossa história construída e nosso amor. À *mi hermana* Nathália, por estarmos de mãos dadas. Por sua força, sabedoria e o nosso amor. Ao meu primo, tio, pai, irmão, amigo, Deusimar, por todo o nosso amor, e também pela coragem que me inspira. À Andréia, Carolina, Magali e Viviane pelos voos de primxs-irmxs-amigxs, por nosso amor mesmo diante da tensão.

Ao gatão que está comigo nesta e em outras vidas, Lucas Lustosa. Por estar junto e me ensinar outros sentidos do amor. Pelo aconchego, pelos cafunés e pela edição das imagens deste trabalho. Meu bem, te amo!

À Luciene Dias, por ter me ensinado que devemos ser o que somos, e não o que não somos. Obrigado pela confiança. Um contínuo obrigado pelos ensinamentos para a vida. À Raly, Mariana e João, a família de vocês afeta a nossa história.

À Zanza, por ter me ensinado a transgredir com seus ventos de mudança. Sem ti, os caminhos seriam desinteressantes. Levo no peito nosso amor. Ao Haroldo di Piedro, por sua elegância. Por seu axé di-vi-no e sua sabedoria. À Daisy Luzia pela cura em meus olhos. Por me aguentar de perto e de longe, por seu bom humor. À Tâmara, Mayra, Daniel e João Pedro por compreenderem meu afastamento. À Juara pelos encontros e saudades. Ao Fernando e Yura pela generosidade e doçura. À Clécia Sant'Ana pelo amor em forma de arte. Amigas e amigos, grato pelos nossos afetos, por estarmos juntxs nesta trajetória.

Ao Conselho Diretor da FIC por aprovar meu afastamento.

À Angelita, Camilo e Lara pelos comentários e colaborações.

À comissão organizadora do ENUDSG 2015, por tudo que aprendemos juntxs.

À Avelino Fortuna e Lucas Fortuna pelo amor revolucionário. Lucas Fortuna presente!

Ao Pindoba e ao GTAA, por resignificarem vidas.

“Só depois que lutarmos com unhas e dentes para definir concretamente as formas específicas de nossa existência - e sua relação entre si - podemos pensar em tentar assegurar a sua convivência, porque só então teremos a certeza de que cada uma dessas formas estará suficientemente fortalecida para impedir sua dominação por outras.”

Mariza (Lampião da Esquina, ed. n° 01, maio/jun. 1978, p. 2).

RESUMO

Nosso estudo analisa os tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais nas publicações do jornal *Lampião da Esquina*. Este impresso alternativo circulou de 1978 a 1981, conduzido por homens gays que propunham diálogos com lésbicas, travestis, pessoas negras e feministas. Escolhemos as perspectivas da Dialogicidade e da Interseccionalidade como possibilidades teóricas de olhar para os conflitos, na procura por emancipação, observados nas páginas do jornal da editora Esquina. Recorremos à leitura deste passado para estabelecer relações com as significações do presente, interrogando ao futuro a importância da produção simbólica do jornalismo na construção de sentidos e suas dinâmicas com o poder. Em termos metodológicos, lançamos mão da análise interpretativa em convergência com a análise de discurso para uma atenta leitura de jornal. As edições aqui acionadas nos possibilitam visualizar que os distintos eixos de diferenciação social revelam a complexidade das identidades; que a relação entre diferentes grupos subalternizados é tensionada pelos conflitos gerados a partir dos diferentes pontos de vista, experiências e especificidades das demandas e das opressões estruturais; e que o *Lampião da Esquina* foi, ao mesmo tempo, plataforma de tensionamentos e instrumento de experimentação da cidadania em construção.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Dialogicidade. Homossexualidades. Imprensa Alternativa. *Lampião da Esquina*.

ABSTRACT

Our study aims to analyse the tensioning between women, black people and homosexuals in the *Lampião da Esquina* Newspaper publications. This alternative newspaper circulated from 1978 to 1981, conducted by gay men that proposed dialogues between lesbians, transvestite, black people and feminists. We choose the perspectives from dialogicity and intersectionality as theoretical possibilities to view the conflicts, in the search for emancipation, noticed in the pages of the newspaper from the Esquina publishing house. We resort to reading these past, to build up relations with the meanings from nowadays, asking to the future the matter of the symbolic production of journalism in construction of senses and their dynamics with the power. In methodological terms, we use the interpretative analysis in convergence with discourse analysis for a careful reading of the newspaper. The editions we use here enable us to view that the different axes of social differentiation reveal the complexity of identities; the relations between different groups is stressed by conflicts engendered by different points of view, experiences and specificities from structural demands and oppressions, and that *Lampião da Esquina* was, in the same time, a tensioning platform and experimentation tool of citizenship construction.

Key-words: Intersectionality. Dialogicity. Homosexuality. Alternative Press. *Lampião da Esquina*.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Reportagem “Nós também estamos aí”	47
Imagem 2 - Reportagem “O pessoal do Somos (um debate)”	49
Imagem 3 - Crônica “Mulher Negra: um retrato”	55
Imagem 4 - Editorial “Saindo do Gueto”	58
Imagem 5 - Notícia “Em vez de praia, discussão”	60
Imagem 6 - Notícia “A fábrica de heterossexuais”	63
Imagem 7 - Artigo “Notícias do amor-mentira”	65
Imagem 8 - Ensaio “Heterossexualidade: perversão ou doença?”	67
Imagem 9 - Notícia “Eram os homossexuais astronautas?”	69
Imagem 10 - Notícia “Sobre tigres de papel”	71
Imagem 11 - Artigo “Louca e muito da baratinada”	73
Imagem 12 - Artigo “Gay-Macho: uma nova tragédia americana?”	76
Imagem 13 - Artigo “Dia 31, todo mundo na praia: axé!”	79
Imagem 14 - “E se Gilberto Freyre também fosse negro?” “A palavra dos ofendidos”	80
Imagem 15 - Notícia “Quando o machismo fica no porão”	82
Imagem 16 - Notícia “As palavras: para quê temê-las”	85
Imagem 17 -Notícia “Nos jornais um eterno suspeito: o homossexual”	86
Imagem 18 - Notícia “Não me espreme que eu sangro!”	87
Imagem 19 - Notícia “Uma entrevista que ninguém ousou publicar”	91
Imagem 20 - Box “Escolha seu grupo”	96
Imagem 21 - Notícia “Bichas, mulheres e negros no açougue do ‘marketing’”	99
Imagem 22 - Notícia “Qual é a da nossa imprensa?”	101
Imagem 23 - Anúncio de jornais alternativos	103
Imagem 24 - O Piche. Charge de Ziraldo	105
Imagem 25 - Nota “Dica: o ‘Pasquim’nuislê”	106
Imagem 26 - Notícia “A ironia de um certo humor”.....	107
Imagem 27 - Reportagem “A ‘mulher nua do Pasquim’ fala dos seus grilos”	108
Imagem 28 - Notícia “Ao Pasquim com carinho”	109
Imagem 29 - Carta “Um abraço do ‘Gente Gay’”.....	112
Imagem 30 - Nota “Um jornal com muitas chanas”.....	114

Imagem 31 - Algumas edições do Boletim ChanaComChana	115
Imagem 32 - Capa do jornal Nós Mulheres	116
Imagem 33 - Artigo “Mulher Negra”	117
Imagem 34 - Notícia “‘Tição’: os negros já falam”	118
Imagem 35 - Notícia “E o negro, é ‘beautiful’?”	121
Imagem 36 - Coluna do Meio	124
Imagem 37 - Às portas da lei	125
Imagem 38 - Reportagem “Mas qual é o crime de Celso Curi?”	126
Imagem 39 - Reportagem “Só provam que ela é lésbica”.....	127
Imagem 40 - Caso Chrysóstomo no ChanaComchana	129
Imagem 41 - Artigo “De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais”.....	132
Imagem 42 - Edições do Lampião da Esquina	135
Imagem 43 - Notícia “Sinal de alerta’	135
Imagem 44 - Reportagem com Fernando Gabeira	140
Imagem 45 - Símbolo do jornal Lampião da Esquina	142
Imagem 46 - Carta “Lampião é desnudado”	143
Imagem 47 - Expediente publicado na edição zero	144
Imagem 48 - Notícias “Fala do MNU” e “Fala o pessoal do IPCN”	146
Imagem 49 - Expediente publicado na edição 28	147
Imagem 50 - Expediente publicado na edição 3	148
Imagem 51 - Nota “Receba este rapaz”	149
Imagem 52 - Nota “Os meninos do Lampião”.....	150
Imagem 53 - Finalmente: o nu frontal!	150
Imagem 54 - Carta e resposta de Lampião	151
Imagem 55 - Carta “Em defesa dos bofes”	151
Imagem 56 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 12	152
Imagem 57 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 19	153
Imagem 58 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 20	153
Imagem 59 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 21	154
Imagem 60 - Charge de autoria de Levi	155
Imagem 61 - Cartas de “Marias Bonitas”	157
Imagem 62 - Notícia “Extra! Mulheres chegam pra ficar”	158

Imagem 63 -Notícia “Lésbicas vendem mais jornal?”	159
Imagem 64 - Carta “Travesti protesta”	161
Imagem 65 - Carta “Sobre os travestis”	162
Imagem 66 - Reportagem “Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política”	163
Imagem 67 - Artigo frente “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram utopia”. 165	
Imagem 68 - Notícia “Homossexuais invadem SBPC”	166
Imagem 69 - Notícia “A posição do GALF”	168
Imagem 70 - Artigo verso “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram utopia” .	169

SUMÁRIO

1	PONTO DE PARTIDA	11
2	MATERIAIS E MÉTODOS	23
2.1	Dispositivos de Análise	27
2.2	Produção de Sentidos	32
2.3	Materiais Analisados	35
3	“NOSSAS GAIOLAS COMUNS”	41
3.1	“Negras raízes bastante podadas”: dos Estudos de Gênero à Interseccionalidade	44
3.2	“Saindo do gueto”: sexualidades no plural	58
4	“AS PALAVRAS: PARA QUÊ TEMÊ-LAS?”	84
4.1	“Ainda o auê das palavras”	89
4.2	“Qual é a da nossa imprensa?”	98
4.3	“Povo gay já pode falar”?	123
5	“QUEM TEM MEDO DAS MINORIAS?”	139
5.1	“Lampião é desnudado”	141
5.2	“Cartas de ‘Marias Bonitas’”: tensionamentos	155
5.3	“Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia”	164
6	CONSIDERAÇÕES	172
7	REFERÊNCIAS	174

1 PONTO DE PARTIDA

Nosso¹ estudo nasceu a partir de um recorte localizado no terreno de um tema mais amplo: a importância dos tensionamentos sociais para os processos de busca por Cidadania. Partilhamos com Honneth (2003) a ideia de que os conflitos sociais geram lutas por reconhecimento, num sentido em que os tensionamentos são agentes de mudanças sociais: “a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhação força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa” (HONNETH, 2003, p. 244).

Nesse sentido, ao buscarmos pistas que possibilitem pensar a importância dos tensionamentos, observáveis nos conflitos sociais, para a construção da cidadania, encontramos desafios de análise. Era preciso encontrar um fenômeno capaz de revelar a complexa teia de conexões entre os marcadores sociais da diferença² para, então, compreender suas relações com as estruturas históricas de poder, e as possibilidades de fissuras para a mudança social. Assim, escolhemos olhar para as tensões existentes entre pessoas que se reconhecem como subalternizadas, observando as conexões destes conflitos com estruturas históricas de poder.

O *locus* desse olhar, para nós, encontrou na Comunicação uma boa paisagem de observação, pois “tanto o poder econômico quanto o poder político dependem do poder simbólico, ou seja, a capacidade cultural de criar novos sentidos e de interferir no mundo material, no mundo natural e no mundo humano”. (MEDINA, 2003, p. 95). Assim, o Jornalismo foi por nós visto como lugar fértil para pensar as narrativas do mundo social como construções simbólicas que interferem nas relações humanas.

Nossas observações revelaram indícios de uma fonte de análise que remonta ao final da última ditadura militar brasileira, o jornal *Lampião da Esquina*. Este foi um impresso alternativo que circulou no Brasil de abril de 1978 a junho de 1981. Com 38 edições

¹ A adoção da primeira pessoa do plural representa o reconhecimento das múltiplas vozes que construíram o ponto de vista desta investigação. Entre orientações e trocas, entre escritos e falados, acessamos experiências que nos afetam, nos emprestam pistas e abrem possibilidades.

² Marcadores sociais da diferença considerados a partir das quatro maneiras com que Avtar Brah (2006) conceitua diferença: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Para a autora, classe, raça, gênero, sexualidade, entre outros marcadores sociais da diferença. Para a autora, classe, raça, gênero, sexualidade, entre outros marcadores sociais da diferença, se articulam.

periódicas e três edições extras³, o jornal era escrito sob o ponto de vista guei⁴, ao mesmo tempo em que mantinha uma linha editorial que propunha diálogo com mulheres, pessoas negras e indígenas, além de outras pessoas que não faziam parte da homogeneidade totalitária da grande imprensa, e também da imprensa alternativa, conforme editorial de sua edição número zero:

Para isso estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (Lampião da Esquina, Ed. nº 0, abril de 1978).

A chamada imprensa alternativa brasileira, da qual o jornal Lampião da Esquina fazia parte, surgiu no contexto de uma ditadura militar, “numa época em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob força da censura.” (PERUZZO, 2008, p. 3). Era composta por pequenas publicações, geralmente em formato tabloide, que questionavam criticamente a realidade social, econômica e política do país. Conforme propõe Medina (2003), recorremos à leitura deste passado para estabelecer relações com as significações do presente, interrogando ao futuro a importância da produção simbólica do jornalismo na construção de sentidos e suas dinâmicas com o poder.

O interesse por indagar esta fonte também têm relação com um processo de reconhecimento deste acadêmico com sua identidade gay. Segundo Honneth (2003, p. 257) trata-se do processo prático “no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento”. Por esta ideia, as relações ampliadas de reconhecimento passam por dinâmicas cidadãs, e movimentar-nos para o conteúdo deste jornal editado por homens gays

³ Além da edição número zero, de lançamento, o impresso contou com mais 37 números periódicos e três edições extras, não periódicas, que reuniam coletâneas de entrevistas e ensaios já publicadas.

⁴ Quando nos referirmos aos homens homossexuais, enquanto identidade política que transborda as páginas do jornal, utilizamos a expressão “gay” pela relevância política histórica nacional e internacional. Quando nos referirmos aos homens homossexuais pela ótica do jornal Lampião da Esquina, utilizamos “guei” como a forma aportuguesada da expressão anglófona “gay”, tendo em vista que o jornal assim utilizou o termo em várias edições. O jornal também valorizou o uso de expressões culturais brasileiras para se referir às mulheres e aos homens homossexuais - tais como “fancha”, “sapata” “entendida/o”, “veado”, “bicha”.

nos possibilita que “conhecer a comunicação que produzimos pode nos aproximar de ações-reflexões direcionadas rumo à construção da cidadania”. (DIAS, 2014, p. 334).

Ainda nesse processo de reconhecimento, o contato com movimentos sociais despertaram o desejo de enxergar a complexa teia de sentidos - e poderes - existente na pluralidade de lutas por emancipação dentro da identidade guarda-chuva LGBT⁵ no Brasil. Por este rumo, começamos a tatear alguns conflitos internos aos movimentos LGBT como indicadores de demandas por reconhecimento, mas ainda não havíamos sensibilizado nosso olhar para ler os “impasses” e os “paradoxos do caos” como capazes de dar forma a “atos emancipatórios”, conforme mais tarde nos curou Cremilda Medina (2003), indicando a dialogia como necessária para chegar a esta visão.

Para chegar neste ponto de cura, necessitamos antes apresentar os passos que nos levaram nesse caminho. As primeiras percepções sobre a temática deste estudo nos chegaram a partir do envolvimento com o Projeto de Extensão “Universidade, Diversidade Sexual e de Gênero”, coordenado pela professora Luciene Dias da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atividades no projeto funcionaram como ponto de partida para o relacionamento com o tema, a partir dos primeiros contatos com coletivos que pautam sexualidades e gênero.

Entre as atividades realizadas pelo projeto mencionado, uma, em especial, forneceu os primeiros passos que justificam o desejo de explorar esta temática. Tratava-se de participar da organização coletiva do 13º Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG), realizado na UFG em 2015. Com o tema “Radicalizando as lutas: o enfrentamento ao cis-tema⁶ em tempos de crise”, o evento recebeu e foi conduzido por estudantes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, de várias tendências políticas, origens étnico-raciais e classes sociais de todo o país, por meio de uma proposta auto-

⁵ Utilizamos a sigla LGBT enquanto categoria guarda-chuva para representar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros e outras identidades não-heteronormativas e não-cisnormativas. Aderimos, assim, a mesma nomenclatura aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, em 2008. No entanto, ressaltamos, assim como Facchini e Simões (2009, p. 15), “que a presente denominação, como mostra sua trajetória recente, é aberta e sujeita a contestações, variações e mudanças”. Assim, nomenclaturas como LGBTQ, LGBTI ou LGBTQI, dão destaques inclusivos para outras identidades à categoria, como Intersexos e Queer. Contudo, para nosso estudo decidimos manter a sigla LGBT pela relevância política histórica desta nomenclatura para processos de busca por cidadania impulsionados pelo movimento social organizado.

⁶ Uso proposital para relacionar ao sistema normativo hegemônico que estabelece culturalmente os padrões de gênero. “Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. [...] Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans”. (JESUS, 2012, p. 10).

gestionária⁷, com apoio da professora Luciene Dias, e dos professores Luiz Mello e Jean Baptista, docentes com trajetórias nas lutas pelas ações afirmativas.

O público do evento era representativo de uma recente e crescente diversidade nas universidades brasileiras. As pessoas ali presentes carregavam em seus corpos marcadores sociais da diferença, tais como sexualidade, etnia, raça, gênero, classe e idade, entre outros. Assim, estavam no evento lésbicas negras, transexuais universitárias, gays de classe média, entre tantas outras possibilidades de intercruzamento de marcadores sociais da diferença, que indicam condições sociais específicas. Além disso, muitas das pessoas participantes eram militantes de algum movimento social de luta por emancipação e efetividade da Cidadania.

Diálogos e silenciamentos dentro do evento revelaram um terreno de conflitos aos olhos deste acadêmico, então participante do encontro. Ao longo de cinco dias de oficinas, mesas de debates, grupos de trabalho e atividades culturais explodiram tensionamentos entre participantes e comissão organizadora, dentro da própria comissão organizadora, e, marcadamente, entre participantes. Surgiram, assim, acusações intercruzadas de racismo, machismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, entre outras formas de preconceito.

Durante a plenária final, quando se avalia o evento e se discutem propostas de encaminhamentos, registrou-se a aprovação da próxima cidade sede e de um relatório final com críticas à edição corrente em relação aos silenciamentos de mulheres na Comissão Organizadora; à instituição sede ter pouca diversidade étnico-racial; à exclusão de mulheres trans de uma oficina proposta por mulheres cis; e à agressão física e psicológica sofrida por um encontrista gay soropositivo após revelar sua condição sorológica para seu recente parceiro, também um homem gay, que conheceu no evento.

Ou seja, o encontro que tinha como objetivo discutir questões marginalizadas nas narrativas hegemônicas sobre gênero e sexualidades, gerou tensionamentos capazes de revelar demandas por reconhecimento também dentro das redes de sociabilidade dos movimentos contra-hegemônicos. Descortinou-se a ideia de que o “cis-tema” era externo aos nossos movimentos; e nos trouxe a noção de que também estávamos inseridos em estruturas simbólicas de poder que tanto questionamos. É desta percepção inicial que surge a ideia que incitou este trabalho.

⁷ Proposta que buscou decisões e execuções coletivas entre comissão organizadora e participantes, na qual a comissão organizadora estaria submetida à gestão dos participantes, na busca por um evento auto-organizado.

A aproximação com esta temática se ampliou a partir de nossa participação no Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas (GTAA)⁸, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da UFG, e no Pindoba - Projeto de Pesquisa em Narrativas da Diferença, ambos coordenados pela professora Luciene Dias. A direção desta unidade acadêmica em conjunto com um colegiado de docentes, técnico-administrativos(as) e estudantes criou o GTAA, com aprovação do Conselho Diretor e via Portaria de nomeação, com o intuito de trabalhar ações afirmativas na FIC. Era uma resposta à demanda por ações afirmativas tanto da comunidade da FIC, quanto da Reitoria cumprir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade.

Durante as atividades do GTAA tivemos contato com diferentes pessoas em distintas experiências, para discutir, no fim das contas, pontos relacionados à emancipação e à efetividade da Cidadania. Entre as atividades realizadas pelo GTAA, ocorreram discussões sobre articulações entre antirracismo, sexualidades, gênero, classe, entre outras, por meio de cine-debates, campanhas impressas e audiovisuais para discussão de preconceitos e desigualdades, além da vinda de pessoas vinculadas a essas lutas por transformação social.

Assim, destacamos que contribuíram com os propósitos de nossa investigação, a partir de suas presenças nas atividades do GTAA: a professora Elcimar Pereira⁹, produtora executiva do filme “Dia de Jerusa”, que discutiu questões geracionais e produção audiovisual de mulheres negras, articulando gênero, raça e geração, e demonstrou como diferentes experiências produzem sentidos diferentes; o historiador congolês Elikia M’Bokolo¹⁰, que ofereceu outro ponto de vista acerca das fontes historiográficas, a partir de um perspectiva panafricanista, revelando que a construção sócio-histórica está circunscrita às relações de poder e dominação; a Profa. Nilma Lino Gomes¹¹, que falou de uma articulação entre movimentos sociais em prol da ação comum, mas sem perder suas especificidades.

⁸ Sítio eletrônico do Grupo de Trabalho em Ações Afirmativas da FIC. Disponível em: <<https://afirmativas.fic.ufg.br/>>. Acesso em 02 out. 2018.

⁹ Então docente no curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - Unidade Jataí. Fundadora e consultora da Odun Formação e Produção (ODUN), que desenvolve projetos audiovisuais para pessoas negras.

¹⁰ Pesquisador Doutor vinculado à *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris. Biografia de Elikia M’Bokolo. Disponível em: <<http://elikia-mbokolo.e-monsite.com/>>. Acesso em 02 out. 2018.

¹¹ Ex-Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e ex-reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Nilma é docente do quadro da UFMG e pesquisadora das áreas de educação e diversidade étnico-racial.

A atividade com Nilma Lino Gomes, marcadamente, trouxe indicativos de respostas para nossa inquietação surgida dois anos antes, com o Projeto de Extensão já mencionado. Ela ofereceu novas possibilidades de como movimentos sociais emancipatórios podem fortalecer a Cidadania, a partir do reconhecimento da Diferença. Durante a atividade, Nilma Lino Gomes falou para uma plateia lotada e diversa:

Acho que o que nós temos que entender é que a diversidade, e uma diversidade pensada no sentido político, esta diversidade tem que ser o nosso trunfo. E não aquilo que nos divide. Mas temos que ter muita prudência para construir isto. [...] E por mais difícil que seja, no campo emancipatório, reconhecer especificidades de outras lutas que não a sua própria luta, nós começamos a abrir esse caminho. [...] Se tem uma coisa que as lutas emancipatórias estão aprendendo, e tem que aprender mais, é isso: são protagonismos diferenciados, com histórias diferenciadas, mas (com) eixos de exploração e opressão comuns, e identidades distintas e diferenciadas. Para trabalharmos juntos, nós precisamos saber de quem é o protagonismo. [...] Não é simples. É simples de falar, mas não é simples de fazer. [...] A gente tem divergência? Vamos divergir ali, mas na hora que a gente chegar (inaudível), a gente tem que estar fechado. [...] E acho que muitas vezes para nós das lutas emancipatórias, não é falta de maturidade, eu acho que é muito mais a necessidade de construir uma sabedoria. Se tem alguma coisa que nossos ancestrais indígenas e africanos tinham era sabedoria. Então é bom se mirar neles. Então essa sabedoria de como você age e como você reage, e como em determinados momentos o protagonismo não é meu. Mas o fato do protagonismo não ser meu, não significa que eu não sou importante nessa luta. Pensem nisso. (GOMES, 2017, transcrição de fala na UFG).

É a partir das pistas trazidas por esta fala e pelas experiências no ENUDSG, GTAA e Pindoba, que chegamos ao delineamento deste nosso estudo. Estas perspectivas ofereceram narrativas complexas sobre os processos de subalternidade, a partir de olhares, no plural, sobre os marcadores sociais da diferença. Pensando nestas narrativas complexas, chegamos, assim, ao problema de pesquisa que nosso estudo investigou: quais as relações entre os marcadores sociais da diferença e os tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais no jornal *Lampião da Esquina*?

Grupos sociais subalternizados, na perspectiva de Spivak (2010), são mantidos silenciados pelas estruturas de poder coloniais, o que pode ser explicado pela construção histórica das alteridades que Segato (1998) nos oferece. A complexidade das identidades nos traz a necessidade de discutir as relações de poder que a comunicação social pode reforçar ou combater a partir de construções simbólicas conscientes de diferenças marcadas sócio-historicamente.

De acordo com os manuais mais ortodoxos da pesquisa social, no intuito de obter respostas para nosso problema de pesquisa devemos definir também o nosso “objeto” de análise. Faremos a delimitação de nossa investigação, mas numa relação que não objetifique as vozes que constroem as narrativas sociais que lemos, tendo em vista que “outra revolução ocorre quando autor e ambiente do relato, autor e protagonistas da ação social se enlaçam como sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. É como se revelasse, por estalo intuitivo, que pertencemos à saga do outro e o outro se movimenta na nossa própria aventura.” (MEDINA, 2003, p. 140).

Assim, nossa análise se limita às publicações do jornal *Lampião da Esquina* em que observamos tensionamentos de diferentes discursos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais. Por tensionamentos estamos falando do lugar onde as divergências se manifestam e as disputas de valores definem um campo de eticidade na busca por reconhecimento, orientados pelo pensamento de Axel Honnet. E encontramos nos conceitos da interseccionalidade e dialogicidade as lentes a partir das quais lemos os tensionamentos no jornal.

A definição de dialogicidade que procuramos nos ater aqui se ancora na perspectiva proposta por Paulo Freire (2015), que traça as bases de uma Comunicação transformadora do mundo social, capaz de emancipar os sujeitos que dialogam. Teórico latino-americano de importância internacional, Freire argumenta que a comunicação se dá pela troca, pelo diálogo e pelo aprendizado mútuo.

Ao passo que a perspectiva da interseccionalidade, enquanto conceito que nos ajuda a ler o jornal, foi cunhada por Kimberlé Crenshaw (1991), embora tenha longa trajetória no pensamento social feminista proposto por mulheres não brancas. Traz a ideia de uma complexa rede bordada por diferentes marcadores sociais, capazes de estabelecer diferentes experiências entre pessoas, e conseqüentes especificidades de demanda e agência.

A partir de uma leitura orientada por estas lentes procuramos atingir nossos objetivos, que incluem: discutir como os conflitos contribuem para a efetividade da cidadania; compreender como experiências passadas de tensionamentos entre pessoas subalternizadas podem oferecer pistas para a Cidadania hoje; identificar quais pessoas subalternizadas puderam alcançar a fala no jornal; apresentar diálogos observados e descortinar silenciamentos.

Nossas hipóteses apontam o jornal *Lampião da Esquina* como: a) plataforma de tensionamentos; b) um instrumento de experimentação da Cidadania em construção. Nossa primeira hipótese parte do pressuposto de que o *Lampião*¹² foi uma plataforma midiática capaz de propiciar uma “experiência ético-crítica” dusseliana para pessoas subalternizadas por meio de tensionamentos. A partir do caso de Rigoberta Menchú, líder indígena guatemalteca, Prêmio Nobel da Paz em 1992, Henrique Dussel (2000, p. 421) apresenta a ideia de experiência ético-crítica contra dominações simultâneas:

O ponto de partida é a vítima, o outro, não porém simplesmente como outra ‘pessoa-igual’ na comunidade argumentativa, mas ética e inevitavelmente (apoditicamente) como outro em algum aspecto negado-oprimido (*principium oppressionis*) e afetado-excluído (*principium exclusionis*). O novo ponto de partida se origina a partir da experiência ética da ‘exposição’ no face-a-face: ‘Meu nome é Rigoberta Menchú’ ou o ‘Eis-me aqui!’ (abrindo a camisa e descobrindo o peito diante do pelotão de fuzilamento) de Lévinas.

Desse modo, consideramos neste estudo o *Lampião* como um novo ponto de partida para pessoas subalternizadas, sendo plataforma de tensionamentos para experiências ético-críticas. A escolha do título de nossa dissertação se deu em referência direta a carta intitulada “Qual é a tua, oh *Lampião*”, publicada na editoria “Cartas na Mesa”, da edição nº 4, de Agosto/Setembro de 1978, enviada por uma pessoa que se identificou como Gide Guimarães. Na carta, Gide tensiona os editores do *Lampião* quanto ao aspecto negado-oprimido e afetado-excluído do jornal em relação às mulheres e às bichas periféricas, trazendo à tona silenciamentos e sendo, portanto, uma carta que possibilitou uma experiência ético-crítica:

Sinto no ar um cheiro de paternalismo de 'bichas esclarecidas' que tentam 'compreender' e unir suas vozes às das outras minorias que eventualmente 'entram na redação' e que ainda irão entrar. Vocês não acham que o jornal continua a fomentar o estereótipo de que 'elas' são mais sensíveis e inteligentes (é só dar uma olhada nas entrevistas publicadas no jornal para sacarmos a generalização de que falo acima, além de se cultivar o mito de bicha-artista.)? (LAMPÍÃO DA ESQUINA, ed. nº 4, ago/set. 1978, p. 17).

Ao passo que nossa segunda hipótese compreende o *Lampião* como instrumento de experimentação da cidadania em construção. Esta noção pressupõe que a Cidadania está em constante construção e exige busca permanente por direitos: “Só existe Cidadania se houver a

¹² O jornal *Lampião da Esquina* era comumente chamado de *Lampião* por leitoras e leitores.

prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. (MANZINI-COVRE, 1995, p. 10). A apropriação, por gays, de espaço em um veículo de comunicação, como o jornal *Lampião da Esquina*, publicado pela Editora Esquina¹³, é por si só uma experimentação cidadã, mas, nesta hipótese do estudo, sua importância vai além, sendo terreno para outras dimensões da cidadania.

Assim, o *Lampião* agenciou a publicização de importantes lutas pela liberação sexual à sua época. Em suas páginas, grupos que reuniam pessoas homossexuais foram divulgados, além de roteiros com espaços de sociabilidade para gays e lésbicas, denúncias contra a violência dirigida a minorias, entrevistas com personalidades negras, mulheres e homossexuais. Este acesso a um veículo midiático fomentou materiais de construção da cidadania. Materiais estes mais complexos quando pensados nas relações com mulheres e pessoas negras.

No intuito de encontrar as respostas de nossa procura, limitamos nosso *corpus* de análise às publicações constantes em 38 edições periódicas do jornal *Lampião da Esquina*, de abril 1978 a junho de 1981, que foram produzidas por pessoas negras ou mulheres, bem como textos e imagens produzidos por homens gays, desde que, a partir destes textos e imagens, fosse possível observar tensionamentos entre diferentes discursos. O critério de seleção da amostra, os materiais analisados e os métodos adotados serão descritos no próximo capítulo.

Nosso trabalho procura se justificar na relevância social da discussão sobre os tensionamentos nos processos de acesso à Cidadania. Uma das três esferas de reconhecimento que Axel Honneth aponta como essencial à vida social é o da comunidade de valores. Por esta ideia, as disputas de valores seriam geradoras de conflitos sociais no plano político em busca de definição ética.

Vale ressaltar uma cautela com os passos da análise dessas publicações. Falamos aqui do cuidado de localizar no tempo e no espaço o jornal *Lampião da Esquina*, a fim de ampliar a compreensão sobre os discursos que perpassam o veículo de comunicação. Por isso, objetivamos não incorrer em anacronismo ou precipitar interpretações de nosso tempo que não compunham o contexto sócio-histórico do jornal selecionado. Assim, tomamos o *Lampião* como documento de um tempo.

¹³ A editora que inicialmente se chamava *Lampião* (ed. nº 0), passou a ser nominada de Editora Esquina a partir do nº 1 do periódico. “LAMPPIÃO da Esquina é uma publicação da Esquina, Editora de Jornais, Livros e Revistas Ltda” (*Lampião da Esquina*, nº 1, maio/jun. 1978, p. 1).

Porém, embora contemporânea a um momento de disputas simbólicas sobre lgbtfobia, racismo e machismo diferente do contexto em que o jornal *Lampião da Esquina* estava inserido, a construção deste estudo guarda com aquele momento, em nosso entendimento, referência a algumas heranças, inclusive na academia. Em acesso à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁴ encontramos registros de 13 produções acadêmicas sobre o jornal *Lampião da Esquina*, no período de 2006 a 2017, doze delas de 2009 até o momento desta escrita. As razões para a volta de olhares na academia sobre o *Lampião da Esquina*, décadas após o jornal fechar sua redação, carecem de estudos aprofundados, mas sinalizam a continuidade de lutas por reconhecimento.

Grupos de Pesquisa que discutem diferenças mantidos ou criados por novos corpos subalternizados que acessaram a academia na última década são indicativos deste cenário. Discutir homofobia, racismo e machismo na academia continua sendo terreno de tensionamentos, na medida em que o positivismo sociológico é uma aura que perpassa disciplinas e regulamentos, em apelos à distância entre academia (ambiente neutro?) e militância (ou existência?).

Por isso, nessa disputa de modelos de pensamentos, assumimos aqui uma perspectiva que compreende o compromisso científico com a transformação social. Estamos com Dias (2014, p. 343) para a qual “vale reafirmar que a tomada da palavra pode conduzir à libertação. Sendo esta premissa também válida para a comunicação, que deve apostar na consciência crítica”. É importante frisar este compromisso de nossa investigação, tecida em um programa de pós-graduação em comunicação, com a mudança cultural.

A própria forma de vínculo com o programa de pós-graduação onde nosso estudo se realiza exige este comprometimento: o Programa Qualificar, uma forma de ingresso em programas de pós-graduação desta instituição voltada, especificamente, para servidoras e servidores técnico-administrativos(as). Uma das contrapartidas advindas a partir deste vínculo deve ser a responsabilidade de realizar um trabalho comprometido com a missão institucional da universidade, qual seja “gerar, sistematizar e socializar o conhecimento e o saber, formando profissionais e indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade”¹⁵. É uma das formas de buscar a transformação social, no

¹⁴ Resultado de busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 02 set. 2018.

¹⁵ Missão da UFG. Disponível em: <<https://www.ufg.br/p/6404-missao>>. Acesso em: 29 mar 2018.

entendimento que estamos propondo, é discutir a relação entre marcadores sociais da diferença e disputas sociais capazes de emancipação.

Como estratégias, nos guiamos por uma análise pluri-metodológica que atenda nossa perspectiva dialógica e convergente. A confluência entre os procedimentos metodológicos qualitativos da análise de discurso de Orlandi (2009) e da análise interpretativa da cultura de Geertz (1989) – juntamente com a análise documental e a pesquisa bibliográfica foi uma estratégia para preencher as lacunas de cada procedimento em relação aos objetivos deste trabalho.

No próximo capítulo, “Materiais e Métodos”, explicamos esta escolha pluri-metodológica. Nele explicamos a propositura da análise de discurso à luz da análise interpretativa das culturas. Descrevemos as fases exploradas, e como caminhamos até chegar na análise. Neste processo, indicamos observações sobre: como língua e ideologia se relacionam; a construção de discursos hegemônicos como “naturais” e não-hegemônicos como “desviantes”; os sentidos das narrativas, apontando a necessidade de reescrevê-las; o exercício da tradução cultural; um perfil humanizado da Comunicação como agente de mudança cultural. Apresentamos ainda a Análise Documental e Pesquisa Bibliográfica como abordagens complementares ao nosso estudo.

A fim de dar mais organicidade à nossa análise, nomeamos os demais capítulos em referência a títulos de notícias encontradas no jornal Lampião da Esquina que convergem com a proposta teórica em discussão, tal qual o título da própria dissertação. Além de nomear, distribuimos elementos que julgamos importantes à leitura do jornal por todo o trabalho. Assim, estabelecemos dialogia com o conteúdo do jornal em todos os capítulos e diluimos a análise em toda a discussão.

Desse modo, o capítulo “Nossas Gaiolas Comuns” é dedicado às questões teóricas relacionadas às aproximações com a Diferença. Ele se subdivide em dois tópicos. Um apresenta os estudos de gênero e o conceito da interseccionalidade. Nele discutimos o fortalecimento dos estudos de gênero nas Ciências Sociais, inclusive na Comunicação, e sua relação com a interseccionalidade enquanto conceito científico, originado dos feminismos negros. No segundo tópico, discutimos as sexualidades tomadas num sentido plural.

No capítulo “As palavras: para quê temê-las” discutimos a relação entre Comunicação, Cidadania e Diferença. Nele apresentamos relações entre os significados que as palavras carregam e mecanismos históricos de poder. Por isso, abordamos alguns estudos

latinoamericanos de Comunicação, e sua proposta contracultural, estabelecendo conexões com o Lâmpião da Esquina, enquanto parte da imprensa alternativa, na Cidadania de pessoas homossexuais. Além disso, discutimos as noções de Cidadania de que estamos falando. Fechamos com a ideia de dialogicidade no interesse de uma Comunicação capaz de ser instrumento para a experimentação cidadã.

Por fim, no capítulo “Quem tem medo das minorias?” desnudamos algumas marcas sociais da diferença encontradas em Lâmpião da Esquina. Além disso, apresentamos tensionamentos observados que, em nosso entendimento, respondem às hipóteses, por nós levantadas, sobre o Lâmpião da Esquina ser lido como plataforma para tensionamentos e instrumento de experimentação da cidadania em construção. Finalizamos com as Considerações do trabalho. Para dar seguimento a nossa proposta, apresentamos a seguir os materiais e métodos utilizados na nossa investigação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

“Não gostávamos de ser objetos de pesquisa. Lembro de uma violenta discussão que eclodiu quando um dos membros do grupo, estudante de antropologia, começou a tomar notas exaustivas durante as reuniões, porque decidira fazer sua tese universitária sobre o Somos - sem pedir licença aos demais participantes. Ele só pôde continuar seu trabalho ali dentro depois de muitos debates, que culminaram numa série de exigências, sobretudo a de que ele próprio, enquanto homossexual, fosse apresentado como sujeito/objeto de sua pesquisa.”

João Silvério Trevisan¹⁶

Para chegar aos materiais e métodos base que utilizamos, necessitamos, antes, contextualizar os princípios éticos e os eixos epistemológicos pelos quais nos orientamos. No ato de contextualizar, afirmamos uma decisão epistemológica relativa ao contato com o “Outro”. Assim, aderimos aos princípios da Ética Libertadora proposta por Henrique Dussel (2000, p. 418) ao estar com os Outros que se encontram em “múltiplos processos cotidianos assimétricos da dominação”, ou seja, “as mulheres, as etnias discriminadas, as culturas populares e indígenas sufocadas, os processos pedagógicos de opressão, a situação das maiorias em Estados do mundo em situação de não-direito, da periferia ou do mundo colonial”.

Uma vez que nos alçamos a uma investigação que trabalha com diferenças entre pessoas, haveria, no mínimo, um equívoco se nos enxergássemos como “sujeitos” observadores de “objetos”. Por isso, tal qual as pessoas que se sentiram incomodadas em serem objetificadas, como Trevisan (2018) no relato acima, assumimos nossa posição enquanto sujeitos afetados em subjetividades, como as mãos que escrevem este texto, mãos de um sujeito homossexual. E pedimos licença aos outros sujeitos com os quais dialogamos neste processo.

¹⁶ Relato de Trevisan (2018, p. 325), um dos editores do jornal Lampião da Esquina, e um dos fundadores do Somos - Grupo de Liberação Homossexual, em seu livro *Devassos no Paraíso*. Esta nota de rodapé acompanha o relato: “Anos depois, essa pesquisa originou uma tese de doutorado transformada no livro de Edward MacRae *A construção da igualdade, Identidade Sexual e política no Brasil da Abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Nele, o autor se vingou das exigências de seus antigos colegas de militância, apresentando-os como maquiavélicos articuladores de uma igualdade que equivale a uma nova e compulsória normalidade”.

Assim, partilhamos com Dias (2014, p. 328-329) a ideia de que “primeiro ousamos nos conhecer e, na medida em que nos conhecemos, conhecemos também os nossos outros. Ao nos pronunciarmos, o fazemos em convergência com nossos outros pronunciantes.”. Seguimos, também, a linha de pensamento de Dussel (2000, p. 421) ao refutar a “relação dominador-dominado, sistema-exclusão”.

A partir destas orientações, nos colocamos em tensionamento epistêmico com os limites do positivismo sociológico em relação aos nossos objetivos. Para nós, um estudo que converge comunicação, cidadania e diferenças não pode escapar ao debate cultural. Assumimos, portanto, as recomendações de Medina (2003, p. 77):

Ora, um ‘eficiente’ comunicólogo ou profissional da comunicação que apenas fundamentar sua consciência nas explicações sociológicas, perdendo de vista a partilha cultural, até mesmo desqualificando a antropologia (berço da compreensão e mutações da idéia de cultura), dificilmente terá a oportunidade de aguçar a escuta poética, despoluir a consciência, captar ressonâncias transcendentais e se deixar contaminar pelas vozes inconscientes.

O próprio processo de formação das ciências sociais não seria possível sem as escolas de pensamento questionadoras dos limites positivistas aplicados aos fenômenos sociais. Cardoso de Oliveira (2000, p. 67) diz que “em termos epistemológicos, diria, em primeiro lugar, que a objetividade concebida pelo positivismo - em que o pesquisador daria todas as cartas - é puramente ilusória”. Nesse sentido, acusa-se a fragilidade da pretensão de neutralidade positivista em pesquisas sociais, ampliando-se as variáveis do processo de interpretação:

Portanto, nessa fusão de horizontes, o pesquisador apenas abre espaço à perspectiva do outro, sem abdicar da sua, uma vez que o seu esforço será sempre o de traduzir o discurso do outro nos termos do próprio discurso de sua disciplina. Há uma sorte de transferência de sentido de um horizonte para outro. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 68).

Assim, para o autor, o exercício de transferir o discurso do Outro, por si, já insere uma raiz interpretativa. Ainda que utilizemos procedimentos e técnicas metodológicas, somos afetados (e afetamos) nas experiências e vivências. Por outro lado, considerar a ocorrência de transferências na relação com o Outro não é suficiente para evitar a prática de colocar o Outro como exótico, em separação colonial, transoceânica.

Para avançar, Dussel (2000, p. 215) propõe ser preciso que se reconheça o “outro sujeito argumentante como um sujeito autônomo e de *igual* dignidade”. Assim, o princípio moral de validade da argumentação ocorre “[...] quando se reconhecem os outros e a si mesmo como sujeitos morais iguais, e se permite que participem na argumentação co-solidariamente enquanto afetados éticos em suas necessidades.” (DUSSEL, 2000, p. 215).

Neste ponto, Dussel (2000, p. 430) fala em níveis de consciência distintos entre sujeitos que argumentam, revelando que uma pessoa não-alfabetizada, por exemplo, “pode adquirir uma consciência ético-crítica extrema, muito maior que o mais refinado membro de uma sociedade pós-convencional, quanto a suas possibilidades formais de fundamentação autoconsciente das suas decisões”. Por isso, nossa adesão ético-epistemológica pretende escapar da “opressão pedagógica” que uma relação sujeito/objeto pode revelar.

Nos interessa, assim, combater a “violência epistêmica”, sendo que “o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade” (SPIVAK, 2010, p. 47). Para Spivak, a centralidade concedida ao modelo epistemológico ocidental faz parte de uma narrativa hegemônica da Europa que subjuga os conhecimentos construídos a partir de outras codificações, e se coloca como modelo único de narrativa da explicação da realidade.

Esperamos, portanto, exercitar alteridades que considerem “a localização do poder e o escudo de sua influência sobre o conjunto de relação”; e que “tome em consideração as peculiaridades” (SEGATO, 1998, p. 110, tradução nossa) como construções históricas. Por esta perspectiva, os projetos históricos das alteridades são inexoráveis às trajetórias nacionais: “São ‘outros’ resultantes de formas de subjetivação que partem de interações entre fronteiras históricas interiores, inicialmente no mundo colonial e depois no contexto demarcado pelos Estados Nacionais” (SEGATO, 1998, p. 121, tradução nossa).

Tendo em vista a localização dos poderes que, historicamente, programaram as alteridades no Brasil, partimos deste compromisso ético de aprender a falar um “novo idioma da alteridade”, conforme Segato (1998, p. 114, tradução nossa), “dentro dessa formação, as ‘alteridades históricas’ são os grupos sociais cujo modo de ser ‘outros’ no contexto da sociedade nacional deriva dessa história e faz parte dessa formação específica”. É o caso das pessoas homossexuais, que escreviam e liam o jornal *Lampião da Esquina*, cujas sexualidades

são indissociáveis dos significados históricos a elas atribuídos e de suas localizações na hierarquia de poderes forjada na e pela sociedade brasileira.

Mas quando falamos em sexualidades quem são os Outros? Para Guacira Lopes Louro (2010), a definição do Outro se relaciona com mecanismos de poder advindos do lugar que ocupamos na sociedade, se no centro ou à margem das normas construídas sócio-historicamente. Para ela, a sexualidade é social e política, e, por consequência, aprendida.

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2010, p. 15-16).

Caminhando assim, as relações sociais, que evidentemente incluem as experienciadas por gays e lésbicas, estão em conexão com as construções simbólicas históricas de determinada sociedade, atravessadas por mecanismos de poder e, portanto, de hierarquizações. E as raízes das estruturas simbólicas são tão antigas e profundas, que alcançam toda a sociedade, inclusive as populações colocadas às margens. Assim, os preconceitos são socialmente construídos e os corpos são marcados por estigmas históricos, em múltiplas combinações, que tecem uma complexa rede, com experiências muito específicas para alguns corpos em relação a outros.

Um espaço como o jornal *Lampião da Esquina*, editado por gays, que surge em resposta à própria marginalização imposta aos seus corpos homossexuais, não é oásis livre de opressão, nem de conflitos, porque está edificado com as mesmas areias que construíram nossa sociedade. As sexualidades estão em uma complexa relação de poderes quando enxergadas em articulação com outros marcadores sociais da diferença. Assim, a heterossexualidade normativa se coloca como marginalizadora das “outras” sexualidades. Mas também, sexualidades marginalizadas, como a homossexualidade, se complexificada pelo gênero, traz à tona desequilíbrios de poderes e especificidades de experiências.

Mas a rede tecida historicamente e continuamente forjada na vida cotidiana é constituída por múltiplos fios sociais, complexificada ainda por raça, classe e idade, para ficar só nestes. Nos resta provocar uma consciência dessas identidades complexas para, então, buscar alternativas plurais de reconhecimento e emancipação. Assim, almejamos ao longo do

trabalho, com quem estamos e decidimos dialogar, exercitar esta língua da alteridade inserida no contexto acadêmico.

Esta dialogia, por coerência, está aplicada aos procedimentos metodológicos de nossa análise. Nossa escolha metodológica plural e convergente se deu a partir da necessidade de trabalhar comunicação e diferenças para além de categorias fixas a fim de alcançar nossos objetivos que passam pelas fronteiras entre cultura e cidadania. Para ler os discursos a partir das narrativas no jornal *Lampião da Esquina*, em suas relações com os marcadores sociais da diferença, precisamos destas lentes multifocais.

2.1 Dispositivos de análise

Para discorrer sobre a escolha dos materiais e métodos aplicados à nossa investigação e como contribuem para alcançar os resultados esperados, primeiramente justificamos que ao descrever as linhas gerais deste estudo, chegamos ao delineamento de uma proposta qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem sido, inúmeras vezes, utilizada para descrever uma situação social circunscrita (pesquisa descritiva), ou para explorar determinadas questões (pesquisa exploratória), que, dificilmente, o pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p. 132).

Isso ocorre pela natureza de nossa proposta, que envolve o aprofundamento sobre um fenômeno social complexo como a relação da diferença com os processos de subalternização em sistemas de significação social como o jornalismo. Minayo (2000, p. 36) explica que “esse objeto que é sujeito se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números”. A mesma autora, na mesma obra, revela que o analista deve assumir o exame qualitativo quando seu objeto se revela na busca “dos significados da ação humana que constrói a história”, e dispara que “qualquer pesquisa social que pretenda um aprofundamento maior da realidade não pode ficar restrita ao referencial apenas quantitativo”.

O referencial exclusivamente quantitativo é típico do positivismo, cuja hipótese central “é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros” (MINAYO,

2000, p. 39). No entanto, tal abordagem encontra limites ao propor o exame de determinados fenômenos sociais, como a cultura.

Portanto, o referencial exclusivamente quantitativo, apresenta-se aqui inadequado para as necessidades de nossa busca. Nesse sentido, após avaliar nossos propósitos, acreditamos ter encontrado elementos pluri-metodológicos, referenciados essencialmente na análise de discurso de Orlandi (2009) à luz da análise interpretativa da cultura proposta por Geertz (1989):

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989, p. 24).

Na medida em que os estudos em Comunicação lidam essencialmente com construções simbólicas, torna-se fundamental à verificação qualitativa em Comunicação compreender melhor os contextos de produção de formas simbólicas. Neste ponto, pretendemos enfatizar a necessidade da contextualização para fazer avançar o processo analítico.

Este processo analítico de fenômenos culturais, como é o caso dos tensionamentos no jornal *Lampião da Esquina*, nos exige, assim, estratégias metodológicas baseadas na interpretação, que levem em conta a cultura enquanto semiótica. “O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 1989, p. 38). Assim, a complexificação das relações de poder a partir da ótica dos marcadores sociais da diferença nos exige uma análise discursiva atrelada à interpretação da cultura.

Por entender que a produção de conteúdo jornalístico, da grande imprensa ou da imprensa alternativa, implica, antes de tudo, em produção de sentidos que significam politicamente, inclusive na cidadania, utilizamos a Análise de Discurso como primeira abordagem teórico-metodológica em nosso trabalho. Orlandi (2009, p. 09) compartilha da ideia de que "a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político" (ORLANDI, 2009, p. 09).

Ou seja, as publicações do jornal *Lampião da Esquina* carregam discursos que significam no mundo social. Estes significados são construídos socialmente, em uma complexa teia cultural, e, por isso, articulamos à esta proposta, o percurso de Geertz, para quem “o ponto global da abordagem semiótica da cultura é, como já disse, auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles” (1989, p. 35).

Compreender o funcionamento dos fenômenos simbólicos presentes nestes discursos nos auxilia na complexa relação entre as diferenças. Desse modo, seguimos as orientações de Orlandi (2009), que parte da ideia de que a ideologia está materializada no discurso, e que o discurso, por sua vez, está materializado na língua, sendo imprescindível para a Análise de Discurso observar a relação língua-discurso-ideologia.

Portanto, seguimos uma perspectiva de Análise de Discurso na qual as questões político-ideológicas que constroem os discursos são indissociáveis de sua relação com a língua. Assim, buscamos suporte também em Lélia Gonzalez (1984) e Marcos Bagno (1999) para revelar como a língua se relaciona com as relações de poder, e como ela pode sustentar dominações.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês. (GONZALEZ, 1984, p. 238).

Somando a esta crítica sobre os preconceitos linguísticos e raciais que Lélia Gonzalez aponta, podemos afirmar que Bagno enxerga nas regras gramaticais normativas da língua portuguesa um instrumento de poder e controle de grupos hegemônicos sobre grupos subalternizados. Para o autor, uma inversão de fatos históricos colocou a gramática normativa como definidora do padrão linguístico:

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma *inversão* da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como ‘regras’ e ‘padrões’ as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados” (BAGNO, 1999, p. 64).

No entanto, ele defende que a gramática apenas descreve a língua, a qual preexiste a ela. Assim, a gramática é decorrente da língua e não o contrário: “As plantas só existem porque os livros de botânica as descrevem? É claro que não. Os continentes só passaram a existir depois que os primeiros cartógrafos desenharam seus mapas? Difícil acreditar.” (BAGNO, 1999, p. 66). Por meio do descortinamento de mitos sobre o que é “falar e escrever bem” na língua portuguesa normativa, o autor questiona os interesses políticos contidos nestes discursos. Ao seguir estes passos, assumimos que falar de língua é falar de política. Portanto, aqueles que detém os mecanismos de poder sobre a língua detém o controle social:

Basta pensar um pouco nos indivíduos que detém o poder no Brasil: não são (quando são) apenas falantes da norma culta, mas são sobretudo, em sua grande maioria, *homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste* do país ou oriundos das *oligarquias feudais do Nordeste*. (BAGNO, 199, p. 71-72).

Esta estrutura político-ideológica que opera sobre a língua, por meio da gramática normativa, faz com que outras variantes da língua, bem como outras vozes, sejam menosprezadas ou silenciadas. Neste ponto, acessamos também as contribuições de Guacira Lopes Louro (2010) sobre a construção dos discursos hegemônicos como normativos e o consequente processo de subalternização de outros pontos de vista:

O reconhecimento do ‘outro’, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. (LOURO, 2010, p. 15).

Esta construção histórica dos discursos normativos, e, portanto, como referência a ser seguida, bem como a historicização de outras variantes discursivas como desviantes, passa pela língua - são narrativas. É por este caminho que nos aproximamos da definição de discurso que utilizamos em nossa análise, considerando seu dinamismo e reconhecendo suas dimensões político-ideológicas em relação com a língua, além de sua construção histórica.

Nossa dupla tarefa é descobrir as estruturas conceptuais que informam os atos dos nossos sujeitos, o ‘dito’ no discurso social, e construir um sistema de análise em cujos termos o que é genérico a essas estruturas, o que

pertence a elas porque são o que são, se destacam contra outros determinantes do comportamento humano (GEERTZ, 1989, p. 37-38).

Para iniciar a apresentação das fases de análise realizada, necessitamos, em um primeiro momento, aprofundar a noção de discurso que nos orienta. Assim, o conceito de discurso por nós utilizado remete a um fenômeno simbólico não-estático, dinâmico, tal qual Marcos Bagno (1999, p. 10) ao distinguir a língua - um dos elementos discursivos - da gramática normativa:

Enquanto a *língua* é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a *gramática normativa* é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só renovará quando vier a próxima cheia.

Desse modo, consideramos neste estudo a perspectiva dinâmica da língua, aplicada ao discurso. Para Orlandi (2009, p. 15), “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, em movimento. O discurso é em si palavra em movimento, prática de linguagem”. Tomamos para esta análise, portanto, a ideia de que o discurso é fruto de seu tempo e espaço, embora carregue memórias que o constituíram, e como prática de linguagem é mutável e percorre diferentes sujeitos. Assim, analisar tensionamentos no jornal *Lampião da Esquina* passa por reconhecer as diferentes origens discursivas, historicamente construídas, presentes nas narrativas em suas publicações.

Segundo o que pensamos, o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de diferentes maneiras ao longo de um texto. O discurso homossexual se constitui de uma dispersão de textos: o de lésbicas e gays, inclusive bissexuais e travestis (ORLANDI, 2009, p. 70).

Para tanto, cabe delimitar que reconhecemos a não homogeneidade de discursos, tal qual nos aponta Haraway (2000, p. 52): “Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente construídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade ‘essencial’.” Há diferenças entre discursos lésbicos, gays e transsexuais, e destes para discursos negros e discursos feministas,

considerando ainda a complexidade das possibilidades de intersecções nestes discursos, o que revela diferentes formações discursivas a partir de diferentes experiências:

Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas (ORLANDI, 2009, p. 79-80).

Alcançar como as formações discursivas se associam com as formações ideológicas, passa, portanto, por reconhecer a diversidade de sujeitos que discursam, para evitar ouvir apenas o discurso único: a narrativa hegemônica. Haraway (2000, p. 63) alerta para o perigo totalizante e imperialista de teorias pretensamente “universais”, como vertentes do feminismo que se baseiam na categoria mulher, no singular, como um todo unificado: “Não há nenhum espaço estrutural para raça (ou para muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar a construção da categoria ‘mulher’ e do grupo social ‘mulheres’ como um todo unificado ou totalizável.”

Acreditamos que o reconhecimento destas diferentes formações discursivas geram possibilidades de aprofundar a compreensão do diálogo, e como operam os silenciamentos, como forma de se aproximar cada sujeito, considerando suas especificidades. E, assim, ampliar possibilidades de co-construção. Para apresentar melhor estas diferentes formações discursivas, necessitamos discorrer sobre as condições de produção dos diferentes discursos em curso.

2.2 Produção de Sentidos

Quando falamos de sentidos, e como constroem o mundo humano, estamos falando de cultura, e todo um conjunto de mecanismos simbólicos que forjam nossas relações, e ao mesmo tempo, são forjados por nós. Para Geertz (1989, p. 64), “quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um”.

A comunicação social e o jornalismo, enquanto construtores simbólicos, produzem e transmitem sentidos, tornando-se mediadores sociais que podem produzir ou reproduzir esses

lugares sociais específicos forjados culturalmente para cada pessoa. Para Dias (2014, p. 333-334) “os sentidos não circulam livremente uma vez que estão sujeitos às representações das relações de poder - e são os poderes institucionalizados que têm dominado os sentidos da comunicação social de nossos tempos [...]”.

Pensando nisso, interpretar produções jornalísticas, caso do Lampião da Esquina, passa, necessariamente, pela compreensão de condições sociais impostas historicamente, ou seja, pela atenção aos contextos que levaram à sua existência e ao desenvolvimento de divergências em suas comunicações. Nesse processo, consideramos em nossa análise o alerta de Thompson (2014, p. 36):

Uma vez que a comunicação é geralmente “fixada” num substrato material de algum tipo - palavras inscritas em papel, por exemplo, ou imagens gravadas em películas - é fácil focalizar o conteúdo simbólico das mensagens da mídia e ignorar a complexa mobilização das condições sociais que subjazem à produção e circulação destas mensagens.

Na intenção de trabalhar as dimensões de diferentes contextos que convergiram para a produção de sentidos no Lampião, encontramos abrigo também em Orlandi (2009, p. 30), para a qual “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Assim, tal qual nos alertam acima, o contexto de enunciação não dá conta sozinho de revelar pistas do discurso, por isso avaliamos como fundamental considerar também o contexto sócio-histórico e ideológico.

Precisamos reforçar que tais contextos são culturalmente construídos ao longo da história humana. “Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais - na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, e, não obstante, manufaturados” (GEERTZ, 1989, p. 62).

Desse modo, a primeira categoria de produção de sentidos culturais que utilizaremos é o interdiscurso. Todo discurso é constituído pelo que Orlandi (2009) chama de interdiscurso, uma memória do dizer, o já dito, um imaginário produzido pelas instituições. “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para

que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2009, p. 33-34).

Estas formações imaginárias são memórias discursivas¹⁷ que falam antes de nós. Trata-se do exterior constitutivo do discurso. Existem sentidos que são ditos antes do que dizemos, que existem há mais tempo e perpassam o imaginário social. Historicizar e levantar as marcas da ideologia e das relações de poder é necessário neste ponto, pois para Orlandi (2009, p. 32), “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras.”

Enquanto produtos culturais, estas memórias discursivas são “um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 103). Ao seguir este caminho, devemos buscar pistas na memória discursiva sobre a Diferença nos contextos em que o Lampião da Esquina foi produzido.

Por isso, ao analisar as publicações selecionadas do Lampião da Esquina orientados pelo referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso em diálogo com a análise interpretativa de Geertz, precisamos considerá-las como produtos culturais localizados no tempo e no espaço, sujeitos à estrutura social, ao campo das interações, às instituições sociais, à ideologia e às assimetrias de poder construídas historicamente.

Cabe a nós, portanto, examinar o que é dito, em sua relação com os processos ideológicos e com a língua, que são históricos, num verdadeiro processo de tradução. Este exercício da tradução, conforme nos convence Gayatri Spivak (2005, p. 57), enquanto “ato de transferir de um a outro”, no entanto, não está sob controle do sujeito que está traduzindo, pois ele é um sujeito em constituição. “De fato, o sujeito humano é algo que terá acontecido como tal tradução em vaivém incessante, de dentro para fora de sua própria constituição” (SPIVAK, 2005, p. 44). Assim, Spivak fala de transcódificações em movimento, em “incessante e pendular” tradução. Para ela a transcódificação “é o que situa a violência

¹⁷ Marcos Bagno (199, p. 75) trata estas memórias como *locus* de preconceitos estruturais, que preexistem aos falantes e teóricos da língua: “Mas os preconceitos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo”.

reconhecível do reconhecimento político dentro da violência geral da culturação como tradução incessante e pendular” (SPIVAK, 2005, p. 46).

Portanto, para o processo interpretativo de sinais no jornal *Lampião da Esquina* necessitamos situar que tratavam-se de formas simbólicas datadas. Por isso, é preciso localizar o periódico no seu tempo. Sem este exercício hermenêutico da análise sócio-histórica poderíamos incorrer no equívoco anacrônico, por exemplo, de interpretar expressões utilizadas pelo jornal, típicas do vocabulário da sociedade à época, inclusive os grupos de liberação homossexual, e que hoje estão ressignificadas no debate social. Como exemplos, as expressões “lesbianismo” e “homossexualismo”, cujo sufixo “ismo” refletia historicamente um discurso médico que patologizava a homossexualidade, e que sofreu modificações ao longo da história.

Ao seguir a proposta interpretativa, outra categoria que opera na construção dos sentidos é o Intradiscurso. Assim, existiria uma relação entre o já dito (interdiscurso) e o que o sujeito está dizendo que é (intradiscurso), que ela também chama de formulação: “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 2009, p. 33). Assim, desta relação entre interdiscurso e discurso podemos exprimir a constituição dos sentidos.

Consideramos em nossa análise ainda a dimensão apresentada por Mariza Peirano (2002, p. 11) sobre o dito e o feito: “a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque o dito é também feito”.

2.3 Materiais analisados

Em complemento a estas etapas da Análise de Discurso de Orlandi convergente à interpretação das culturas de Geertz, utilizamos como instrumentos de coleta a pesquisa bibliográfica acerca das teorias que empregamos e análise documental do jornal *Lampião da Esquina*. Para Antônio Carlos Gil (2008), tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise documental utilizam-se de dados já existentes, mas a principal diferença entre elas está na natureza das fontes. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica inclui livros, teses, dissertações e anais de eventos científicos quando obtidos em bibliotecas ou base de dados. Para Sônia Virgínia Moreira (2005), as fontes de análise documental frequentemente são

secundárias - como é o caso do jornal Lampião da Esquina, que constitui informação já reunida.

Como nossa fonte documental é datada, a segurança em relação aos dados é uma de nossas preocupações. No entanto, conseguimos acesso a todas as edições do jornal Lampião da Esquina por meio do centro de documentação Luiz Mott, que digitalizou todas as edições, sendo parte do acervo disponibilizado no sítio eletrônico do Grupo Dignidade¹⁸. Este acervo nos ajudou a cumprir o primeiro passo indicado para iniciar uma análise de discurso, que é a delimitação do *corpus*, segundo Orlandi (2009, p. 66-67):

A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é um primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho.

Neste trabalho, a delimitação do *corpus* se deu a partir dos conteúdos constantes nas 38 edições regulares, incluindo o número zero, do jornal Lampião da Esquina, de abril de 1978 a junho de 1981. O jornal também contou com três edições extras¹⁹, que são coletâneas de textos já publicados em outras edições. Por isso, não incluímos as edições extras na análise por compreender que seus conteúdos já estavam contemplados.

Assim, durante a pesquisa exploratória, fizemos a leitura de todas as 38 edições, fichando-as. Nesse caminho, encontramos uma fonte extensa, composta por informações textuais e imagéticas distribuídas em Capa, Expediente, editoria Opinião, Ensaio, Esquina, Reportagem, Literatura, Tendências, Cartas na Mesa, colunas Bixórdia e Classificados Sem Caráter, além de anúncios, charges, ilustrações, fotografias e logotipo.

No intuito de delimitar este *corpus* de análise, procuramos seguir Orlandi (2009, p. 64), quando estabelece que “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza”. Nesse sentido, retomamos a pergunta que nos orienta: quais as

¹⁸ Disponibilizado em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em 28 jan 2018.

¹⁹ Edição extra 01, de dezembro de 1979; edição extra 02, sem data; edição extra 03, de 1980.

relações entre os marcadores sociais da diferença e os tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais no jornal *Lampião da Esquina*?

Para encontrar respostas, face a natureza de nosso documento, optamos por analisar textos e imagens publicadas no jornal que foram produzidas por pessoas negras ou mulheres, bem como textos e imagens produzidos por gays, desde que, a partir deste textos e imagens, fosse possível observar elementos de tensionamentos entre diferentes discursos. Na editoria *Opinião*, bem como na editoria *Cartas na Mesa*, estes tensionamentos estavam mais explícitos:

Muitas das objeções coerentes aos veículos e aos jornalistas, por mais severas que possam ser, representam às vezes reparos e queixas pertinentes da sociedade, que os jornais, por exemplo, acolhem em seções permanentes como ‘Cartas dos leitores’ ou nas colunas da página de opinião. Outras, contudo, apesar de relevantes são ignoradas ou desprezadas. (BAHIA, 1990, p. 22).

No entanto, apesar destes elementos estarem mais explícitos nestes espaços do jornal, era possível observá-los em outras editorias. Por isso, julgamos necessário adotar uma estratégia para contemplar a visão do jornal como um todo, em todas as editorias. Assim, um primeiro passo foi compreender a distribuição das informações textuais e imagéticas a partir dos fichamentos.

Porém, aplicar a análise de discurso à luz da análise interpretativa das culturas em todos os tensionamentos observados em cada editoria de cada uma das 38 edições seria um trabalho inviável, em condições temporais e materiais, para este trabalho dissertativo. Além disso, como estamos trabalhando a observação de tensionamentos pela lente da interseccionalidade, optamos por evitar categorizar as situações observadas a partir de marcadores sociais da diferença fixos, tais como “tensionamentos com pessoas negras” ou “tensionamentos com mulheres” porque estamos trabalhando com um fenômeno complexo, onde a pessoa negra pode ser mulher e lésbica, ou a mulher pode ser transexual e branca.

Assim, para não comprometer a análise, tendo em vista a natureza de nosso olhar e a extensão das informações colhidas, foi necessário aplicar uma amostragem não-probabilística por julgamento do próprio pesquisador nas editorias das 38 edições selecionadas. “A amostragem por julgamento é uma forma de amostragem por conveniência em que os elementos da população são selecionados com base no julgamento do pesquisador”

(MALHOTRA, 2006, p. 327). Dessa forma, estas variáveis nos possibilitaram a escolha dos materiais analisados, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Materiais analisados.

Editorias	Conteúdo
Expediente	Pessoas que colaboraram com o conteúdo do jornal.
Opinião	Editoria que localiza opinião editorial do jornal e, eventualmente, espaço para opinião de colaboradores.
Ensaio	Editoria onde eram reunidas notícias diversas.
Esquina	Editoria onde eram reunidas notícias diversas.
Reportagem/ Entrevista	Editorias onde geralmente a matéria de capa estava localizada. Espaço para divulgação de entrevistas e reportagens.
Literatura	Espaço para a divulgação de textos literários. Ocupava, geralmente, a última página do jornal.
Tendências	Espaço para divulgação de eventos artísticos, como indicações de livros, shows, filmes, peças e exposições.
Bixórdia	Coluna com linguagem que fazia humor a partir de expressões e gírias “entendidas”. Entre fofocas e denúncias, provocações e escracho, valia-se de frases curtas e impactantes. Circulou a partir do número 5, e deu nome a festas que o LAMPIÃO realizava.
Cartas Na Mesa	Onde as cartas enviadas ao jornal por pessoas leitoras eram publicadas e respondidas.
Classificados Sem Caráter/Troca-Troca	Coluna que surgiu no nº 7 com o nome de “Classificados Sem Caráter” onde eram publicados anúncios pagos por pessoas leitoras (Cr\$ 3,00 por palavra). Na edição nº 17 aparece pela primeira vez a coluna “Troca-Troca”, onde eram divulgados anúncios curtos de pessoas leitoras, gratuitamente.
Violência	A partir da edição nº 20, as notícias e reportagens sobre violências contra “minorias”, antes publicadas principalmente nas editorias Esquina e Reportagem ganham nome na editoria Violência.
Ativismo	A partir da edição nº 20, as notícias e reportagens sobre grupos organizados de militância, movimentos sociais de luta das “minorias”, antes publicadas principalmente nas editorias Esquina e Reportagem, ganham nome na editoria
Ensaio Populares	Surgida na edição nº 8, tratava-se de uma coluna para a divulgação de artigos de opinião de pessoas leitoras.
Badalo	Coluna que traz informações sobre outros jornais e grupos internacionais, surgida na edição nº 10.
Informações imagéticas	Agrupamos capas, anúncios, charges, ilustrações, fotografias e logotipo.

Fonte: Autoria própria.

A este *corpus* de análise, somamos ainda as informações reunidas a partir da pesquisa bibliográfica e da análise documental que estão distribuídas por todo o texto deste estudo, a fim de apresentar e já trabalhar algumas informações importantes sobre o jornal e os contextos nos quais estava inserido:

Como a pesquisa qualitativa se ancora na dialética das representações, ações e interpretações dos atores sociais em relação ao seu meio, será usual que o pesquisador se refira a textos que não pertencem ao *corpus* científico próprio ao seu domínio de investigação. Dado que uma pesquisa qualitativa requer um contato direto com o fenômeno pesquisado, seu objeto se constrói não apenas a partir de um *corpus*, por vezes restrito, de relatórios de pesquisas cujos resultados são verificados e confirmados, mas também a partir de um conjunto de textos que tecem como uma teia de ressonâncias em torno do objeto. (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008, p. 135).

Além da delimitação do *corpus* de estudo, na análise de discurso dos materiais selecionados, adotamos outros passos indicados por Orlandi (2009, p. 68): “Passa da superfície linguística (*corpus* bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia”. Nesse sentido, precisamos ainda localizar o objeto discursivo para então alcançar o processo discursivo, e observar a presença da ideologia em todos os passos. Portanto, o próximo momento da análise é encontrar o objeto discursivo, conforme nos apresenta Orlandi (2009, p. 66, grifo nosso):

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, **um objeto linguisticamente de-superficializado**, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas.

Este processo de de-superficialização, de que nos fala Orlandi, foca na materialidade linguística: “O como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza” (ORLANDI, 2009, p. 65). Após este momento, o passo seguinte da análise é alcançar o processo discursivo. “Nessa nova passagem, agora do objeto para o processo discursivo, passamos ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua

relação com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer”. (ORLANDI, 2009, p. 67). Outro ponto importante para a análise que nos referenciamos é o lugar do analista que faz um movimento de deslocamento entre descrição e interpretação. O analista deve distinguir descrição e interpretação. A interpretação aparece em dois momentos de análise para Orlandi (2009, p. 60):

- a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise.
- b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação.

Após escrever estas páginas sobre as fases de nossa análise, relacionando métodos, selecionando a amostra, em consonância com nossas adesões ético-epistemológicas, apresentamos no capítulo seguinte os percursos teóricos em que pedimos acolhida, e pelos quais acionamos um exercício de aproximações.

3 “NOSSAS GAIOLAS COMUNS”²⁰

“As lutas comuns das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros - categorias historicamente silenciadas - têm nos ensinado que a História têm sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Estas lutas têm ainda nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária, é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autoreconhecimento tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história.”

Mariza

O trecho acima faz parte de um artigo assinado por Mariza²¹, na editoria Opinião da edição nº 1 do jornal Lampião da Esquina. O trazemos como excerto que ajuda a pensar as relações entre processos comunicacionais e cidadania em suas dinâmicas com estruturas de poder historicamente forjadas. Enquanto produtos culturais, a comunicação e o jornalismo carregam laços com as estruturas simbólicas que tecem diferentes categorias de sujeitos humanos. Por isso, é importante para nós, neste capítulo, falar de Diferença.

O jornal Lampião da Esquina foi veículo de comunicação para a expressão de sujeitos historicamente silenciados na grande imprensa, e também na imprensa alternativa: nós gays. O acesso à informação e à fala por sujeitos que até então eram objetos de quem se fala, se torna revolucionário em termos de cidadania, na medida em que cria alterações no *status quo* de nosso lugar subalterno historicamente construído. Lampião pôde fazer uso da mesma linguagem que por tanto tempo nos manteve invisíveis ou mal-falados, a linguagem

²⁰ Título extraído de notícia homônima publicada na seção Opinião da edição nº 1, 25 de maio a 25 de junho de 1978, do jornal Lampião da Esquina.

²¹ Mariza aparece identificada sempre sem sobrenome nas edições analisadas. Os expedientes informam apenas que Mariza era colaboradora da cidade de Campinas (SP). Acreditamos que a colaboradora Mariza seja a pesquisadora Mariza Corrêa, professora da Universidade Estadual de Campinas, que foi pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, e faleceu em dezembro de 2016. Essa suspeita se baseia nas leituras do artigo “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, de Mariza Corrêa (2001, p. 20), e do livro “A construção Social da Igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura”, de Edward Macrae (1990, p. 75).

jornalística. E sua existência foi revolucionária porque provocou um olhar para importantes normas sexuais e de gênero.

Com sua redação instalada no Rio de Janeiro, mas mantendo uma equipe editorial também em São Paulo, *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados ‘secundários’ - tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo -, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros de locais de pegação guei nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como viado e bicha), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos diversos grupos da esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções. (TREVISAN, 2018, p. 317).

A publicação do artigo assinado por Mariza, cujo trecho aqui trazemos, na seção Opinião do primeiro número do jornal após a edição experimental nº 0, sinaliza para nós uma posição editorial de *Lampião da Esquina*, ainda que Mariza estivesse na condição de colaboradora e não de editora do jornal. Para Bahia (1990, p. 38) “no conceito de jornalismo interpretativo a opinião ainda está reservada ao editorial”:

O editorial é uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada, porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia exclusiva, porque emite uma opinião própria. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e hierarquia ao seu conteúdo. (BAHIA, 1990, p. 99).

Este lugar editorial de *Lampião da Esquina*, que coloca este veículo como lugar para a expressão de pessoas historicamente silenciadas, será interpretado por nós neste estudo como uma intenção que coloca alguns desafios. No próprio texto escrito por Mariza, que passou pelos editores como opinião com a qual coadunam, encontramos elementos sobre estes desafios.

Para Mariza, o acesso à fala conquistado por determinados sujeitos silenciados é, ao mesmo tempo, revolucionário e conservador, na medida em que alcançar uma linguagem que nos manteve historicamente invisíveis também abre espaço para a manutenção de silenciamentos de outros sujeitos subalternizados. O primeiro desafio que encontramos, portanto, é o de compreender que os conflitos entre homossexuais, mulheres e pessoas negras

impressos nas páginas do jornal não podem ser interpretados como casos personalizados, mas sim como referenciais a dinâmicas de coletivos de sujeitos.

Por isso, devemos considerar a “existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos.” (HONNETH, 2003, p. 258). Assim, quando relacionadas a processos que levam ao reconhecimento de coletividades, essas experiências fornecem materiais para o surgimento de lutas coletivas contra as desigualdades sociais.

Mas para além dessa ideia, um segundo desafio se coloca: ao observar o que há de comum entre as categorias de sujeitos historicamente silenciados necessitamos, primeiro, reconhecer a Diferença. Existimos enquanto sujeitos plurais, com especificidades distintas geradas sob dinâmicas sociais que nos complexificam de modo desigual.

Estas especificidades surgem a partir de condições que forjaram ao largo da história diferentes categorias de pessoas. Assim, por mais que pareça paradoxal, para enxergar nossas gaiolas comuns, precisamos antes avançar na compreensão de nossas diferenças tecidas por e antes de nós. É a partir da Diferença que poderemos combater as desigualdades.

Isto é, em termos de definições sexuais, cada uma das categorias deveria ter bem claro como se autodefine e como este enunciado dos atributos essenciais e específicos que a tornaram inconfundível, ao mesmo tempo a relaciona com outras categorias sociais. Isto não significa um isolamento das várias categorias ou grupos fechados em si mesmos em busca apenas de sua identidade sexual (nesta sociedade nossas identidades são múltiplas), mas sim uma reflexão prévia a qualquer discussão mais geral, única maneira de reconhecer claramente os seus objetivos e interesses e que papel eles podem desempenhar, ou desempenham, na luta mais ampla pela desigualdade social. (Lampião da Esquina, ed. nº1, maio/jun. 1978, p. 02).

Ao trabalhar com as diferentes sexualidades, e suas especificidades enquanto constituições culturais históricas, estamos nos dedicando a um estudo sobre sujeitos marcados socialmente pela diferença. Para Dias (2014, p. 333), essa “busca pela diferença tende a oscilar entre os processos de estabilização e subversão, daí a necessidade das representações identitárias e da diferença de forma afirmativa e estratégica, mas sempre partindo do local de fala da pessoa/grupo pronunciante”. Pretendemos aqui reconhecer essa dualidade complexa entre estabilização e subversão. Assim, também seguiremos Fernando César Melo de Oliveira (2016, p. 94), para o qual:

[...] analisar as notícias da imprensa significa, entre outras coisas, desvendar como as estruturas sociais e políticas também se manifestam nos significados e na organização das notícias e como tais notícias podem, por sua vez, contribuir para a formação ou para a mudança da cognição social dos leitores ou para a reprodução ou a legitimação do poder das elites [...].

A Interseccionalidade é uma das lentes através da qual nosso estudo lê estas estruturas simbólicas de poder normativo que se manifestam nos significados. Portanto, buscamos nos aproximar dos processos que constituíram a Interseccionalidade como importante categoria de compreensão social. Esperamos assim complexificar as marcas sociais da Diferença, importante para ler um jornal conduzido por gays que propôs sair do gueto ao lado de pessoas marcadas por outras diferenças.

3.1 “Negras raízes bastante podadas”: dos Estudos de Gênero à Interseccionalidade

“Pasmado, constatou as seguintes supressões (as páginas referidas são sempre as do livro americano): páginas 51 a 55, um capítulo; página 78, nove últimas linhas; página 131, duas linhas; páginas 132 a 137, mais de um capítulo; páginas 295 a 297, parte de um capítulo; páginas 310 a 318, dois capítulos; páginas 356 a 359, um capítulo; página 370, parte. Páginas 371, 372 e 373, partes; páginas 379, 380, 381, 383, 434, 435, 436, 437, 444, 453, 482 e 483, parágrafos inteiros. O mesmo com relação às páginas 512, 530, 531, o que dá um total, somando-se o número de linhas (do texto em inglês), de 82 páginas não traduzidas, ou seja, 14% do total.”

*Sem assinatura*²²

O trecho acima foi extraído da notícia intitulada “Negras raízes bastante podadas”, sem assinatura, publicada na edição nº 2 do jornal *Lampião da Esquina*. Segundo narra a notícia, um leitor de *Lampião* confrontou o texto original, versão em inglês do livro *Roots* do escritor Alex Haley, com a edição traduzida para o português, lançada no Brasil pela Record sob o título de *Negras Raízes*. A notícia aponta que 14% do livro, que conta a história de pessoas negras nos Estados Unidos, não foi sequer traduzido, suprimindo-se 82 páginas na edição brasileira.

²² Trecho extraído de notícia homônima publicada na editoria *Tendências*, da edição nº 2, de 25 de junho a 25 de julho de 1978, do *Jornal Lampião da Esquina*.

Escolhemos esta notícia impressa em *Lampião* para iniciar uma aproximação com a trajetória dos estudos de gênero construída a partir de “revisões” do pensamento sociológico feminista, impulsionadas por teóricas feministas não-brancas. Ao ampliar a categoria Mulher, no singular, das “ondas feministas”, para uma noção de mulheres, no plural, a Interseccionalidade reformulou a discussão de gênero.

Enquanto conceito acadêmico, necessitamos compreender esta trajetória que avançou na compreensão da complexidade das identidades. Por isso, nos orientamos tanto na abordagem sistêmica próxima de Kimberlé Crenshaw (1991) quanto a abordagem construcionista associada à Avtar Brah (2006). Buscamos, ainda, referências em Patricia Hill Collins (2000), que considera a interseccionalidade “um projeto de conhecimento” e uma arma política, no sentido de combate às opressões.

Nesta relação, ainda buscamos articulação com bell hooks (2013) e Angela Davis (2016), que revelam as tensões e conflitos nas aproximações históricas entre os movimentos feministas sufragistas e os movimentos abolicionistas nos Estados Unidos. Acessamos ainda escritos de Gloria Anzaldúa (1980), Lélia Gonzalez (1984) e outras importantes teóricas feministas para a compreensão do desenvolvimento dos estudos de gênero até a formulação dos estudos interseccionais.

Nesse percurso, olhamos ainda para os panoramas apresentados por Adriana Piscitelli (2008) e Carlos Henning (2015). A formação do debate sobre o entrelaçamento entre gênero e outros marcadores de diferenciação social geralmente é apontada na literatura como contextual à revisão do pensamento social feminista do fim da década de 1980 nos EUA. No entanto, há revisões sobre o fenômeno que apontam marcos anteriores:

Embora o termo ‘interseccionalidade’ tenha sido cunhado apenas em 1989 pela teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991), a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é bem anterior, e um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977 do Combahee River Collective. Tratava-se de um coletivo de feministas negras e lésbicas baseado em Boston, entre 1973 e 1980, o qual defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social. (HENNING, 2015, p. 102-103).

Dando sequência a sua investigação, Henning (2015) aborda que a historicização do debate interseccional no contexto anglófono é apontada por outras teóricas feministas como anterior a conceituação do termo por Crenshaw (1991), remetendo às articulações entre movimentos feministas sufragistas e movimentos abolicionistas negros nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Para observar esse contexto nos guiamos por Angela Davis (2016), que expõe o racismo no movimento sufragista feminino a partir da criação, em 1866, da Associação pela Igualdade de Direitos, que incorporava as lutas pelo sufrágio das mulheres brancas e pela abolição da escravatura da população negra:

Quando a Associação pela Igualdade de Direitos decidiu se mobilizar pela aprovação da décima quarta emenda - que condicionava a partilha de representantes no congresso ao número de cidadãos do sexo masculino impedidos de votar nas eleições federais -, essas mulheres brancas se sentiram profundamente traídas. Depois que a associação votou a favor do apoio à décima quinta emenda - que proibia o uso da raça, cor e situação prévia de servidão como bases para negar o direito do voto aos cidadãos -, o atrito interno irrompeu na forma de uma aberta e ruidosa luta ideológica. (DAVIS, 2015, p. 84).

Assim, Angela Davis aborda os conflitos surgidos com a aproximação entre o movimento pelo sufrágio feminino branco e o movimento abolicionista negro, a partir da hierarquização de marcadores sociais enlaçados (mulheres brancas x homens negros x mulheres negras). A preponderância da importância do marcador de gênero para as sufragistas brancas serviu de arma contra a luta pelo voto dos homens negros, mesmo que esta se relacionasse com toda a população negra, incluindo as mulheres negras.

Ao seguir a trajetória dos estudos interseccionais, e considerar suas sucessivas revisões, Henning (2015) questiona o costume acadêmico de creditar a construção do conceito da Interseccionalidade apenas ao diálogo anglófono. Nessa reflexão, ao ampliar a contextualização da preocupação interseccional, o autor revela que feministas latino-americanas e asiáticas construíram sólidas críticas aos silenciamentos deste olhar localizado, pois um dos limites em centralizar o debate interseccional é a invisibilidade de processos ocorridos em outros contextos sociais.

Podemos perceber que a construção teórica acerca dos fenômenos interseccionais se complexifica principalmente a partir das necessidades apontadas por mulheres não-brancas aos feminismos brancos, na busca para entrelaçar as questões raciais à discussão de gênero, e suas interações com classe. Avtar Brah (2006, p. 344) reflete “que, até recentemente, as

perspectivas feministas ocidentais, como um todo, deram pouca atenção aos processos de racialização do gênero, classe e sexualidade”. Em outro momento, a mesma autora tece críticas à preponderância do gênero no “feminismo radical” para o qual, segundo a autora, “as relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a principal dinâmica da opressão das mulheres, levando às vezes à quase exclusão de outros determinantes como classe e racismo” (BRAH, 2006, p. 343).

Assim, os feminismos negros, latino-americanos, asiáticos e lésbicos reformularam as referências clássicas da teoria social feminista ao questionar “os pressupostos embutidos nas primeiras formulações de gênero, as perspectivas sobre poder que estavam informando várias linhas de análises feministas e, também, a centralidade concedida ao gênero em termos das forças sociais que oprimem as pessoas” (PISCITELLI, 2008, p. 264).

Portanto, Piscitelli (2008) situa o final da década de 1980 como o momento em que várias autoras publicaram textos críticos sobre a teoria de gênero, os quais revisaram os textos estruturalistas que buscavam a origem da subordinação universal da mulher no debate entre natureza e cultura; repensaram a centralidade concedida ao gênero entre os marcadores de opressão, e, desse modo, redefiniram a discussão contemporânea ao pensar a identidade das mulheres em sua relação com outras diferenças.

Imagem 1 - Reportagem “Nós também estamos aí”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 12, maio 1979, p. 7.

Para nós, este trecho selecionado da reportagem assinada por “um grupo de mulheres homossexuais”, intitulada “Nós também estamos aí”, pode ser considerada reflexo de uma

reorientação da narrativa feminista, que passou a iluminar as esquinas em que o gênero se cruza com outros marcadores sociais da diferença.

Este redirecionamento oferece a principal base para que pensemos a relação destes marcadores com alianças e disputas entre pessoas subalternizadas nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*. Por esta razão, fazemos um breve mergulho nas águas correntes dos *Estudos de Gênero* para falar um pouco de sua trajetória.

Neste ponto, julgamos importante acessar a leitura de teóricas que influenciaram essa reconstrução do pensamento feminista. Aqui, abordamos o trabalho desenvolvido por Donna Haraway (2004) ao conceituar Gênero para um dicionário marxista. Neste complexo trabalho, ela aponta para uma intersecção utópica entre diferentes teorias feministas com origens e posições contraditórias, por vezes conflituosas.

A autora relata como foi convidada a escrever um verbete sobre a palavra “gênero” para uma reescrita de um dicionário marxista internacional; assinala que os movimentos sociais, principalmente das feministas, provocaram mudanças na teoria social crítica; relata a pluralidade de significados da palavra gênero em línguas diferentes; fala da necessidade da teoria feminista absorver as intersecções de raça, classe e outras diferenças à noção de gênero; apresenta a proposta de uma “nova genitália da escrita” a partir da inserção de vozes femininas na explicação do mundo social.

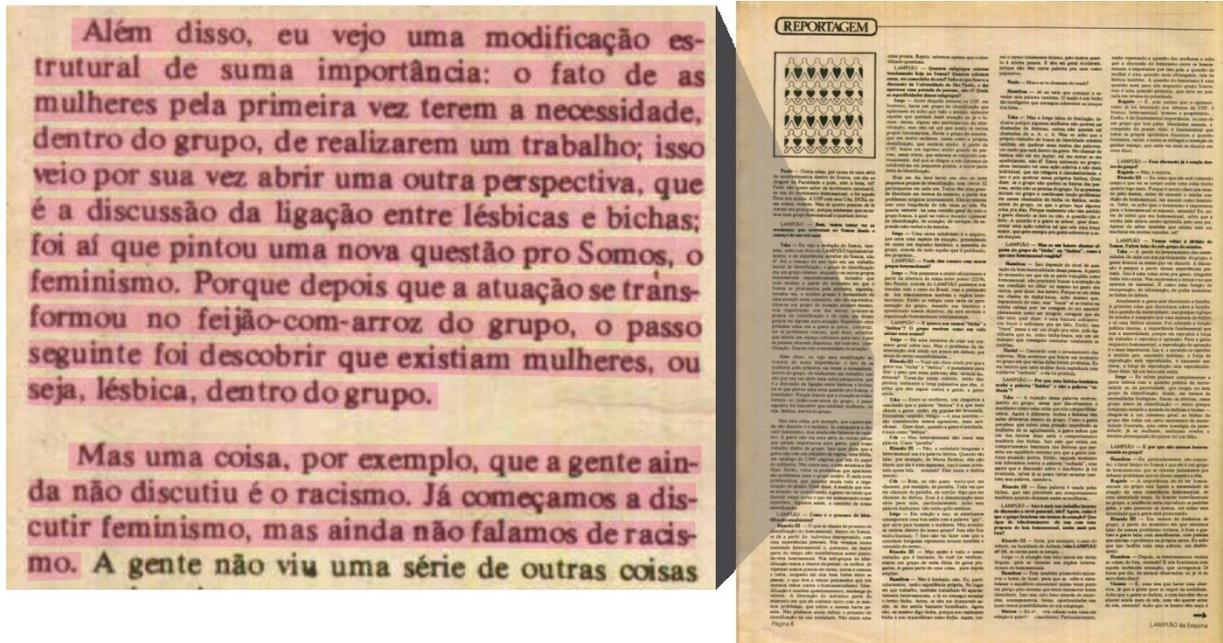
Para Haraway (2004, p. 208-209), “a nova genitália da escrita suprirá o analista com suas metáforas, assim como o sistema de sexo/gênero adquire outras formas em outros mundos de diferenças marcadas pelo poder e com suas consequências”. Ela faz uma ponte tríade entre gênero, corpo e narrativa, na medida em que coloca as tecnologias corporais, inscritas pelo gênero como construtoras de narrativas próprias.

Esta gênese plural das teorias feministas deu o impulso para Joan Scott (1995) enfrentar o desafio teórico de conceituar gênero a partir de feminismos que contemplem diferentes vieses, como as pesquisadoras marxistas, as teóricas do patriarcado, as historiadoras feministas ou ainda as análises psicanalíticas.

A autora também comenta sobre a troca do termo “mulheres” por “gênero” como forma de ajustar o conceito a uma terminologia científica mais adequada, dissociando, assim, o conceito científico da política feminista - como forma de garantir legitimidade acadêmica. Esta preocupação teórica reivindicou um terreno de definição das teorias feministas e

promoveu uma “efervescência epistemológica” que trouxe fissuras ao paradigma científico social ao propor uma voz teórica própria, que foi se tornando mais polifônica.

Imagem 2 - Reportagem “O pessoal do Somos (um debate)”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 16, set. 1979, p. 8.

A originalidade do feminismo enquanto teoria e movimento social é apontada por Bruna Franchetto, Maria Laura V. C. Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn (1980)²³. No intuito de aproximar reflexão acadêmica e prática política, estas autoras fazem: a) um recorte da incursão feminista na Antropologia; b) além de pensar o feminismo como movimento social observado pela Antropologia. Nesse caminho, elas retomam trabalhos como o de Gayle Rubin²⁴ que se debruçaram sobre as formulações de Lévi-Strauss em “Estruturas Elementares do Parentesco”, resgatando a ideia de que a opressão de gênero é socialmente construída. Ao final, afirmam que, sob a inspiração do feminismo, as mulheres se firmam como sujeito social.

²³ Maria Luiza Heilborn assinou a notícia “Nós mulheres e nosso corpo” publicada na edição nº 11 de *Lampião*: “É sobre o corpo das mulheres que incidem mais fortemente os preconceitos sexuais, como, ainda hoje, o não reconhecimento do direito da mulher ao prazer: a sexualidade feminina qualificada de “misteriosa e complicada”, que continuará sendo se insistirmos em vê-la através do espelho masculino: a interdição, ainda existente, de relações sexuais antes do casamento; a muitas vezes escondida e reprimida homossexualidade feminina.” (*Lampião da Esquina*, ed. nº 11, abr. 1979, p. 11).

²⁴ A partir da leitura da obra *The traffic in women: notes on ‘The political economy of sex*, da feminista Gayle Rubin (1975), as autoras retomam o conceito de sistema sexo-gênero para explicar a questão da opressão sobre a mulher ser socialmente construída.

Em nossa leitura, Bruna Franchetto, Maria Laura V. C. Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn (1980), focam sua análise nos diversos feminismos como resultantes de um “denominador comum”, qual seja questionar os papéis sociais entre homens e mulheres na sociedade tradicional. Assim, concentram-se na questão de gênero sem avançar mais nas relações de gênero com outros eixos de opressão sobre as mulheres, tal qual feministas do Grupo Somos²⁵ assumem na reportagem que destacamos anteriormente.

Por outro caminho, a relação entre feminismo e Antropologia também é destacada por Henrietta Moore (1991), que afirma ser impossível pensar as Ciências Sociais sem o conceito de gênero. Mas por outro caminho, ela aborda uma complexidade teórica e política dos estudos da mulher trazendo três questões principais. A primeira é a ideia de silenciamento como fruto das relações de poder, pensada a partir da polêmica em torno da representação da mulher via ponto de vista exclusivamente feminino. Assim, questiona o argumento da guetização utilizado para atacar a Antropologia feminista e reforça ser uma tentativa de marginalizá-la como sub-disciplina. Uma segunda questão que ela traz é questionar a categoria universal de mulher, sem considerar especificidades culturais e históricas. Como terceira questão a autora levanta a problemática do racismo e do etnocentrismo na Antropologia. Por fim, retoma a posição de interseccionar marcadores sociais como gênero, raça e classe a fim de levantar os pilares teóricos e empíricos da Antropologia feminista centrada no conceito da diferença.

No entanto, em que pese os escritos críticos de finais da década de 1980 tenderem a reconhecer novos marcadores sociais de diferenças, “esse reconhecimento nem sempre se expressou no plano analítico e, quando ele existiu, muitas vezes privilegiou uma única diferença articulada a gênero” (PISCITELLI, 2008, p. 265). Nos estudos de gênero, a continuidade da pouca abrangência do inter cruzamento com outras diferenças gerou pressão de pessoas silenciadas, que denunciaram exclusões no pensamento feminista branco. Gloria Anzaldúa (2000, p. 229) alerta suas *hermanas* que: “os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum”.

²⁵ Formado em fevereiro de 1979, em São Paulo, considerado o primeiro grupo organizado de liberação homossexual no Brasil. Segundo Regina Facchini e Júlio Simões (2009, p. 61) em um primeiro momento, o Somos foi composto exclusivamente por homens, passando posteriormente a ser frequentado por mulheres. Após tensões as lésbicas se separaram e fundaram o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) em 1981.

Pensadoras dos *Black Feminisms* também questionaram a centralidade concedida a gênero pelos feminismos brancos, mesmo em contextos marcados pelo racismo: “Os escritos de negras como Celestine Ware, Toni Cade Bambara, Michele Wallace, Barbara Smith e Angela Davis, para citar apenas algumas, buscavam todos formular, definir e dialogar com as omissões gritantes nos trabalhos feministas, a obliteração da presença negra” (HOOKS, 2013, p. 163-164). Foi neste terreno de crítica social e teórica que amadureceram as bases para o posterior desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, originado pelos questionamentos de pensadoras não-brancas:

Significativamente, à medida que o movimento feminista progrediu, as mulheres negras e de cor que ousaram desafiar a universalização da categoria ‘mulher’ criaram uma revolução nos estudos acadêmicos feministas. Muitas brancas que de início haviam resistido a repensar o modo com que as acadêmicas feministas falavam sobre a condição da mulher passaram a aceitar as críticas e a criar uma atmosfera crítica em que pudéssemos falar sobre os gêneros de maneira mais complexa e onde pudéssemos reconhecer as diferenças de condição feminina sobredeterminadas pela raça e pela classe social. (HOOKS, 2013, p. 167).

Para algumas teóricas, no entanto, as críticas aos feminismos brancos que as colocam numa relação binária, e de oposição aos *Black Feminisms*, deve ser ampliada. Avtar Brah (2006, p. 331) sugere que, na revisão dos debates feministas, “os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais”.

Para pensar estas relações de dependência entre as diferenças, e complexificar as identidades, no final da década de 1980 surge a conceituação acadêmica do fenômeno da interseccionalidade no pensamento feminista. Henning (2015), a partir dos escritos de Baukje Prins (2006), nos apresenta duas abordagens teóricas no diálogo anglófono:

[...] uma abordagem sistêmica/estrutural localizada basicamente nos Estados Unidos e que daria mais atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação de identidades. Essa abordagem seria representada, por exemplo, pelos trabalhos de autoras como Kimberlé Crenshaw (1991) e Patricia Hill Collins (2000[1990]). E por outro lado, uma abordagem construcionista - encampada principalmente por acadêmicas do Reino Unido, como Anne McLintock (1995) e Avtar Brah (2004; 2007) - a qual tenderia a desenvolver uma concepção de poder mais dinâmica e relacional, levando

em consideração aspectos da agência e identidade social. (HENNING, 2015, p. 111-112).

Na abordagem sistêmica, nos apoiamos nos escritos de Kimberlé Crenshaw (1991). De acordo com a autora, o conceito abrange três dimensões, a saber: a) a interseccionalidade estrutural, a partir da diferença entre a experiência real de mulheres não-brancas e brancas quando os marcadores sociais de gênero e raça se entrelaçam; b) a interseccionalidade política, quando políticas de identidades isoladas contribuem para a opressão; c) a interseccionalidade representacional, quando a cultura popular pode ser fonte de poder interseccional para os silenciamentos que ocorrem na cultura hegemônica.

Em um artigo anterior, usei o conceito de interseccionalidade para denotar as várias maneiras pelas quais raça e gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões das experiências de emprego das mulheres negras (Crenshaw 1989, p. 139). Meu objetivo era ilustrar que muitas das experiências que as mulheres negras enfrentam não podem ser incluídas dentro dos limites tradicionais de discriminação de raça ou gênero, uma vez que essas fronteiras são atualmente entendidas, e que a intersecção entre racismo e sexismo afeta as vidas das mulheres negras de modo que não podem ser capturadas inteiramente olhando as dimensões de raça e gênero dessas experiências separadamente. (CRENSHAW, 1991, p. 1244, tradução nossa).

Segundo Piscitelli (2008, p. 268) para esta abordagem “os sujeitos aparecem como constituídos por sistemas de dominação e marginalização e, nesse sentido, carentes de agência”. Por esta ótica, a interseccionalidade busca ferramentas de emancipação para pessoas não contempladas pelas categorizações pretensamente universais. Trata-se de uma abordagem mais preocupada com os instrumentais necessários para agenciar demandas não atendidas pelos modelos explicativos da realidade que levam em conta lugares separados para experiências que coexistem.

Quanto à abordagem construcionista, nos orientamos pelo trabalho de Avtar Brah (2006). Nesta ótica, de acordo com Piscitelli (2008, p. 268), “os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito”. Brah (2006) complexifica as categorias de diferenciação social ao articulá-las, e considera suas relações recíprocas e contraditórias a partir de contextos sociais específicos.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como ‘mulheres da classe trabalhadora’, ‘mulheres camponesas’ ou ‘mulheres imigrantes’. Cada descrição está referida a uma condição social específica. (BRAH, 2006, p. 337).

Tais condições sociais específicas se multiplicam nas várias dimensões das relações de poder ao mesmo tempo em que passam ininteligíveis no campo social, não sendo visíveis, como exposto, ao feminismo (no singular) as implicações das questões étnico-raciais e de sexualidade para a condição de mulheres não-brancas e lésbicas. Cabe uma ponte aqui com Guacira Lopes Louro (2014, p. 49) para quem “a diferença entre as mulheres, reclamada, num primeiro momento, pelas mulheres de cor, foi, por sua vez, desencadeadora de debates e rupturas no interior do movimento feminista”, acentuando a diversidade.

Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem ‘camadas’ que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes ‘posições’. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas - perceber-se de distintos modos. (LOURO, 2014, p. 55).

Quando Louro fala em diferentes “posições” está se referindo aos “marcadores sociais da diferença”, categoria utilizada por Avtar Brah (2006) para tornar inteligíveis as múltiplas variáveis sociais que, ao se articularem, constituem o sujeito. Para ela, os sujeitos são marcados como diferentes a partir desses distintos eixos de divisão, que se interconectam criando condições sociais específicas.

Camilo Braz (2010, p. 28) retomando as leituras de Avtar Brah também nos apresenta que: “sendo as formas de diferenciação múltiplas e simultâneas, o desafio para os/as antropólogos/as é o de encontrar meios de teorizar as intersecções entre essas diferenças, cuja relevância nos processos sociais dependerá do momento histórico-social a que nos estejamos referindo”. No contexto histórico-social em que o jornal *Lampião da Esquina* estava inserido, estas questões aparecem por várias publicações.

No intuito de resgatar este contexto histórico-social específico do Brasil do fim da década de 70 e início de 80, é importante ressaltar, mais uma vez, que tanto a abordagem

sistêmica quanto a abordagem construcionista dos estudos sobre o fenômeno da interseccionalidade, inserem-se no diálogo anglófono. No entanto, existem posicionamentos de contestação da hegemonia dos trabalhos das teóricas que publicam nos Estados Unidos e do Reino Unido. Por isso, consideramos pertinente acessar também os registros de debate no caso brasileiro. Angela Davis (2017), em fala na Universidade Federal da Bahia, em julho de 2017, lembrou a contribuição da intelectual da feminista brasileira Lélia Gonzalez:

Lélia Gonzalez insistiu que não só deveríamos compreender a complexa inter-relação de raça, classe e gênero, mas que deveríamos ter em mente as conexões entre os povos indígenas e os povos negros. Essas são as lições que nós dos Estados Unidos precisamos aprender com a história do feminismo negro no Brasil. O que me leva a levantar o próximo ponto. Existe, geralmente, a pressuposição de que a forma mais avançada de feminismo negro é encontrada nos Estados Unidos. É verdade que há muitas figuras norte-americanas reconhecidas pelo desenvolvimento do feminismo negro. Isso não deveria se dar pelo entendimento de que nos Estados Unidos estamos mais avançados. Essa é uma visão colonialista e imperialista. Na verdade, isso ocorre porque as ideias, sejam elas conservadoras ou radicais, circulam com mais facilidade a partir dos Estados Unidos do que as ideias que emanam do Brasil. (DAVIS, 2017, transcrição nossa).

Ao apresentar a articulação entre os movimentos sociais no Brasil da década de 1970, Mariza Corrêa (2001) traça um panorama dos estudos de gênero no país abordando as reivindicações feministas sem negar as contradições dos movimentos em relação ao marcador étnico-racial na exclusão de mulheres negras. Lélia Gonzalez é citada pela autora como nome importante na articulação da luta das mulheres brancas com as mulheres negras no Brasil.

Lembro de uma festa de inauguração, não tão distante assim no tempo, de alguma agência feminista em São Paulo, cujas fotos, publicadas nos jornais, mostravam as feministas cercadas por empregadas domésticas, de uniforme engomado, negras ou mulatas. Convém lembrar, no entanto, que a luta contra o racismo era um dos pontos importantes da agenda política do feminismo nos anos setenta - ver no primeiro número de Nós Mulheres o depoimento de uma mulher negra e lembrar que o Conselho de Mulherio também contava com uma militante do Movimento Negro, Lélia Gonzalez. (CORRÊA, 2001, p. 26).

O trabalho intelectual de Lélia Gonzalez, publicizado em diferentes jornais alternativos - e sua atuação de militância dentro dos movimento sociais - carregam os mesmos traços dos desenhos dos estudos interseccionais, ainda que não utilize o termo interseccionalidade:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Autora de textos em jornais alternativos da época, Lélia Gonzalez também iluminou os becos do Lampião da Esquina - experiências que carregam o intercruzamento de diferenças. De acordo com Paulo Corrêa Barbosa (2015), foi entre as décadas de 1970 e 1980 que Lélia aprofundou seus estudos sobre o papel feminino negro na sociedade brasileira. “A mineira, filha de um pai negro e de uma mãe com ascendência indígena, soltava a voz contra a opressão racial e de gênero para ‘todo o mundo’ ouvir!”:

Imagem 3 - Crônica “Mulher Negra: um retrato”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 11, abr. 1979, p. 12.

Neste texto assinado por Lélia Gonzalez, as reflexões sobre as conexões entre raça, classe e gênero emergem. Ela traz a discussão para o debate em forma de crônica, de um relato contado a partir do ponto de vista de uma personagem que é uma mulher negra que vive em uma favela. Um relato em que emergem narrativas em que a racialização do gênero da personagem gera situações de violência, sexual e moral.

Os discursos que perpassam esta narrativa indicam sentidos construídos dentro de uma conjuntura sócio-histórica que geraram toda a violência sofrida pela personagem. As diferentes posições entre a patroa e a empregada são complexificadas quando entra em cena as posições do irmão da patroa e da mãe da empregada. Essa complexidade guarda relações com discursos racistas, com discursos machistas e com discursos sobre classe social. E discurso é ação. Os elementos da racialização, sendo negra; do terreno de classe, sendo uma mulher de família pobre que mora na favela; e do gênero, a partir da imposição de lugares sociais para as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, geram situações específicas de violências para a personagem em outros trechos deste texto de Lélia.

Após produzir textos em outros jornais da época, Lélia trouxe para o *Lampião* este relato literário que expôs como, no cotidiano, os marcadores sociais da diferença podem operar nas relações humanas. As relações desiguais entre mulheres foram catalisadoras das formulações de teóricas feministas não-brancas na trajetória dos estudos de gênero. Seja no contexto anglófono seja em outros contextos, como o brasileiro, pelo qual lemos Lélia Gonzalez, a emancipação feminina foi complexificada.

Teresa de Lauretis (1994), uma das precursoras dos estudos lésbicos e *gays*, fala que os escritos feministas dos anos 80 inauguraram a constituição de um novo sujeito não mais atrelado apenas à diferença sexual. Lauretis (1994, p. 208) passa a falar, então, da constituição de sujeitos definidos pela tecnologia do gênero, “en-gendrados” nas relações sociais: “um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido”.

Esta tecnologia do gênero opera nas diferenças sexuais entre homens e mulheres e também na constituição de sujeitos “gendrados” e na formação de espaços “gendrados”, como o jornal *Lampião da Esquina*. Assim, utilizamos a expressão “gendrado” nos termos definidos por Teresa de Lauretis (1994) para nos referir a espaços marcados por especificidades de gênero, num sentido que vai além da diferença sexual. “A construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (LAURETIS, 1994, p. 228).

Parte dos discursos que gendraram as homossexualidades se ancora na divisão binária, historicamente construída, entre masculinidades e feminilidades. A homossexualidade

masculina, por exemplo, passa a ser lida socialmente como distoante da normativa da masculinidade heterossexual por ser associada a atributos femininos, conforme Waldemir Rosa (2006) em seu estudo sobre masculinidade heterossexual negra. Ao analisar letras de músicas no *Rap* brasileiro, Rosa complexifica ambiguidades nos discursos do *Rap* de “uma narrativa social de vanguarda anti-racista”, ao mesmo tempo em que “apresenta um discurso reacionário do ponto de vista anti-sexista”:

A atribuição de valores femininos ao masculino é utilizada nas narrativas com a finalidade de depreciar um agente masculino em uma disputa. Temos, nesses casos, uma ‘homossexualização’ do opositor. A ‘homossexualidade’, nesses termos, não é apresentada como uma prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, mas principalmente como a imputação de atributos femininos ao masculino, ou mais exatamente, como perda de atributos masculinos ou emasculação. (ROSA, 2006, p. 59-60).

O autor conclui que as conexões entre raça, classe e gênero não são constituídas apenas como elementos que diferenciam os indivíduos entre si, mas que “tais conexões são elementos estruturais de funcionamento do sistema social que reproduz desigualdade de poder baseada nas diferenças raciais, sociais e de gênero” (ROSA, 2006, p. 85). Ao analisar um jornal editado por homens gays, onde também escreveram mulheres lésbicas, e que pautou notícias sobre travestis, julgamos necessário falar da ideia de desigualdades de poder baseadas em diferenças de sexualidade associadas às diferenças de gênero.

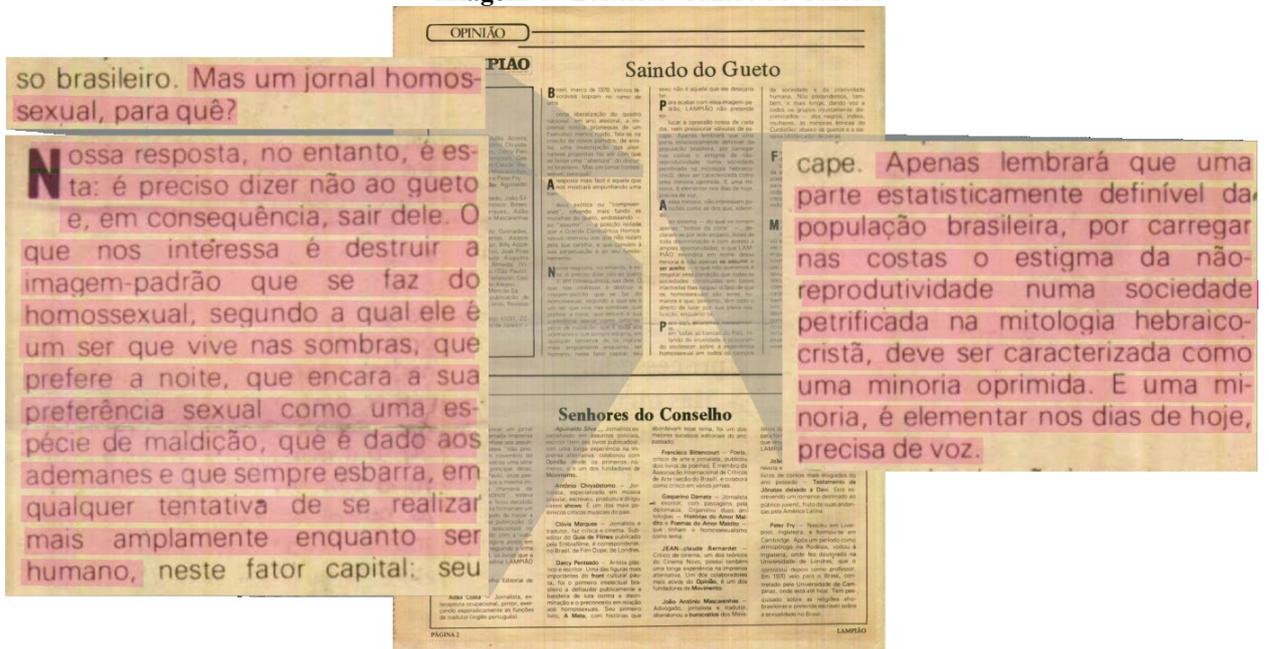
Ao enxergar a imposição do binarismo entre masculinidades e feminilidades, este estudo localiza o jornal *Lampião da Esquina* como um espaço “gendrado”, na medida em que se configura dentro do sistema sexo-gênero, como um veículo que trouxe visibilidade a corpos marginalizados, ou na perspectiva de Judith Butler quando entrevistada por Prins e Meijer (2002, p.157) corpos abjetos²⁶. Trata-se de um espaço “tanto social quanto discursivo”, “construído nas margens do discurso hegemônico” como uma “nova forma de comunidade”.

Dentro do sistema sexo-gênero, as dificuldades impostas pelas normas sexuais geram condições para o surgimento de espaços de sociabilidade “gendrados”. Na imprensa alternativa, algumas destas experiências de sociabilidade foram iluminadas pelo *Lampião da Esquina*, que, em nossa leitura, foi aceso para atender a uma demanda específica de saída do gueto de sexualidades divergentes do hegemônico.

²⁶ Corpos abjetos, na definição de Judith Butler (2002), são corpos que não importam. A abjeção de certos tipos de corpos, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política.

3.2 “Saindo do gueto”: sexualidades no plural

Imagem 4 - Editorial “Saindo do Gueto”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 0, abr. 1978, p. 2.

O *Lampião* se propõe, neste editorial da edição experimental nº 0, a dizer não ao gueto, e sair dele; a destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual; a ser voz para homossexuais e outras minorias discriminadas; a resgatar a humanidade de pessoas homossexuais; e a soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador.

Porém, soltar a fala da sexualidade passa também por reconhecer a existência das diferentes nuances de sua expressão. E por enxergar os guetos, múltiplos, impostos às sexualidades que não se encaixam na dicotomia heteronormativa de masculinidades e feminilidades estanques. “Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos [...]” (LOURO, 2014, p. 37).

Assim, ao dispor-se a ser voz para homossexuais, no plural, e de outras “minorias” discriminadas, também plurais, o editorial de *Lampião* esbarra em dois principais desafios: como cumprir este compromisso partindo da ideia de um gueto único para os muitos corpos “desviantes” da heteronormatividade em suas relações com outras diferenças? E como executar a proposta sem garantir a presença autônoma dessas outras pessoas discriminadas nas decisões do jornal em igualdade de poderes?

Questões importantes que devem ser pensadas considerando as significativas mudanças contemporâneas à publicação deste editorial nº 0, em 1978, repercutindo até a última edição do jornal, nº 37, em 1981, e que continuaram se desenvolvendo. As tensões durante os três anos em que o jornal circulou fizeram parte de uma nova dinâmica social emergente no Brasil do final da década de 1970 e início de 1980. Nesse contexto, as lutas contra a ditadura ganharam também o protagonismo dos ativismos feministas, antirracistas e de liberação sexual. As pessoas que fomentaram estas reivindicações ampliaram as narrativas sobre o Brasil da “abertura”, trazendo demandas historicamente invisibilizadas de existência e sobrevivência. Trouxeram ao terreno público corpos plurais, com o lugar comum de serem marcados pela Diferença.

Os conflitos que ocorreram nestes processos de coalizão abriram horizontes semânticos que ajudaram a repensar o sexual em novas formas, na medida em que pressionaram os editores quanto às conexões das normativas de sexualidade com as normativas de gênero e também em suas ligações com outras marcas da Diferença. Repensar a homossexualidade é uma das preocupações expressas no editorial nº 0, em que Lampião anuncia a intenção de resgatar “o fato de que os homossexuais são seres humanos”. Em nosso entendimento, recuperar o *status* de humano é ação que começa pela compreensão dos processos que construíram as desigualdades a partir da Diferença.

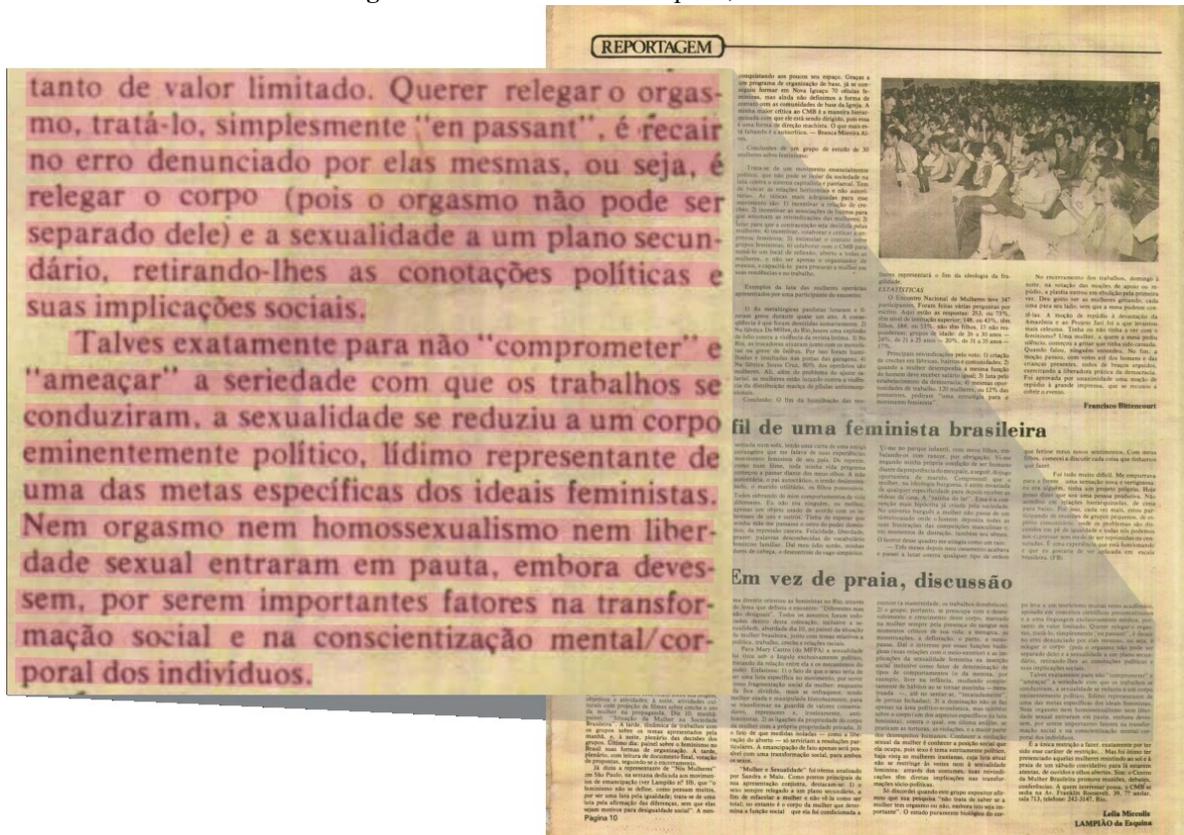
Por isso, sair do gueto significa alcançar uma consciência dos processos que hierarquizam pessoas a partir da definição das políticas de gênero, sexualidade, raça e classe, demarcadoras das pessoas que ocuparão o centro do poder e dos corpos colocados às margens da humanidade. Compreender como essas diferenças estão interseccionadas é essencial para sair dos guetos, pois as desigualdades se articulam e afetam as pessoas de formas distintas.

A própria expressão “os homossexuais”, para se referir tanto a lésbicas quanto a gays, embora indiquem uma categoria utilizada por diversos grupos de liberação sexual da época, é apontada por feministas lésbicas como continuidade da opressão de gênero e silenciadora de suas existências. Para Adrienne Rich (2010, p. 36) “as lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua 'inclusão' como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez.”

Precisamos estar, portanto, consoantes com Lauretis (2010) no que se refere aos processos que levaram as sexualidades lésbicas e gays a estarem “reclamando ao mesmo tempo igualdade e diferença, e demandando representação política ainda que insistindo em sua especificidade histórica”. (LAURETIS, 2010, p. 22, tradução nossa). No mesmo sentido, as sexualidades de lésbicas e gays são dinamizadas na relação com outras marcas da diferença.

O silenciamento de especificidades da existência de mulheres lésbicas, dentro do movimento feminista hegemônico, por exemplo, é apontado por Adrienne Rich (2010, p. 36-37): “Parte da história da existência lésbica está, obviamente, a ser encontrada em contextos onde as próprias lésbicas, na ausência de uma comunidade feminina coerente, têm compartilhado um tipo de vida social e de causa comum com homens homossexuais.” Na mesma direção, Carole Vance (1989, 40-41, tradução nossa) afirma que “o medo das feministas à diferença sexual se manifesta na forma de uma preocupação com as relações públicas, uma tentativa de manter o movimento feminista estável e livre de contaminação”.

Imagem 5 - Notícia “Em vez de praia, discussão”.



Fonte: Lampião da Esquina, ed. nº 11, abr. 1979, p. 10

Leila Miccolis²⁷ relata nesta notícia que fez parte de uma reportagem publicada em *Lampião* que durante o Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira e realizado no Rio de Janeiro em 8 de março de 1979, apesar de avanços nos debates acerca da situação das mulheres não foram pautadas questões sexuais. Leila denuncia que o corpo e a sexualidade foram relegados “a um plano secundário, retirando-lhes as conotações políticas e suas implicações sociais”.

Lélia Gonzalez (2018) também tece um relato sobre este mesmo encontro, onde chama a atenção “para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país”. O relato consta em texto original apresentado no *Spring Symposium The Political Economy of the Black World*, realizado entre 10 e 12 de maio de 1979 na Universidade da Califórnia (UCLA)²⁸, e publicado no Brasil em 1981²⁹. Para ela:

[...] no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de ravanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda celeuma causadora por nosso posicionamento, significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado o atraso político (principalmente dos grupos que consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca. (GONZALEZ, 2018, p. 48).

Para Lélia “as reações contraditórias” do discurso feminista majoritário no encontro estavam conectadas à perpetuação também entre as esquerdas da crença em discursos de apagamento da diferença étnico-racial, especialmente articulada por Gilberto Freyre³⁰. Para ela, “as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismo da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial”. (GONZALEZ, 2018, p. 47-48).

²⁷ Mulher lésbica com mais publicações no *Lampião da Esquina*. No entanto, nos expedientes é mencionada como colaboradora, e não como editora.

²⁸ Cf. Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

²⁹ Cf. A Mulher negra na sociedade brasileira. In: Lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. (Org. Madel Luz). Rio de Janeiro: Graal Editora, 1981.

³⁰ Historiador e sociólogo que apresentou a teoria do lusotropicalismo fundada em uma mitológica “democracia racial”. Para Lélia (2018, p. 35), “o efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso País graças ao processo de miscigenação”.

Estas ideias, expostas nos relatos de Leila e de Lélia, advindas do esforço de reclamar simultaneamente igualdade e diferença, insistindo nas especificidades, mobilizaram os movimentos sociais e repercutiram nos estudos sobre sexualidade. Segundo Lélia Gonzalez (2018, p. 48), no Primeiro Congresso da Mulher Fluminense, um ano após o relatado Encontro Nacional de Mulheres, todas as propostas que mulheres negras apresentaram “foram aprovadas por unanimidade pela plenária e constam das resoluções finais do Congresso. Por aí se vê como, com um ano de diferença, houve profundas mudanças nas perspectivas feministas ou femininas com relação à questão racial”.

Internacionalmente, um dos marcos dessas mudanças foi uma conferência, em 1990, na Universidade da Califórnia, descrita por Teresa de Lauretis (2010). O objetivo do evento foi pensar os termos em que as homossexualidades pudessem ser “entendidas e representadas como formas de resistência ante a homogeneização cultural”. Para tanto, umas das questões trabalhadas, para ela vagamente esboçadas, esteve no campo dos discursos e das interseccionalidades.

No Brasil, diálogos e discussões sobre sexualidade e suas articulações com outras hierarquias sociais são apontadas por Sérgio Carrara e Júlio Simões (2007, p. 76) como localizados nas décadas de 1970 e 1980, portanto anteriores às mesmas preocupações nos centros acadêmicos euro-americanos. Eles afirmam que se constituiu aqui, paralelamente à produção intelectual nos “centros metropolitanos”, o “prenúncio de vertentes contemporâneas do pensamento feminista e dos chamados estudos *queer* – como também “algumas vantagens para a produção ‘nativa’.”

No próprio seio do nascente movimento homossexual brasileiro, os dissensos sobre uma identidade homossexual provocaram rupturas. “Havia naquele momento uma grande inquietação quanto à possibilidade de essencialização (ou “reificação”, para usar uma expressão mais comum à época) da oposição hetero/homossexualidade e da conseqüente instituição de novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização”. (CARRARA e SIMÕES, 2007, p. 73).

Indicar limites das categorias sociais, enquanto identidades, é um dos pontos da crítica *queer* às concepções de sujeitos unitários e estáveis. Este processo de fortalecimento dos estudos *queer*, no entanto, é concomitante aos avanços políticos que as identidades representaram em termos de cidadania para as pessoas que estão às margens da heteronormatividade. Para Facchini e Simões (2009, p. 34-35):

Os movimentos LGBT podem ser parcialmente responsáveis pela construção da gaiola em que acabaram aprisionados. Mas talvez a noção de homossexualidade expressa pelas categorias de identidade sexual persista não tanto por causa daqueles que a exaltam e, sim, por ser indispensável para os que se definem contra ela e insistem em desqualificá-la como pecado, sem-vergonhice e doença.

O paradoxo das identidades, enquanto gaiolas onde nos aprisionamos mas podemos existir, continua sendo tensionado entre os Estudos *Queer* e as políticas de identidades. Miskolci (2009, p. 175) afirma que a Teoria *Queer* “busca romper as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações, mas não apela à crença humanista, ainda que bem intencionada, nem da ‘defesa’ de sujeitos estigmatizados”. Para ele, “isto congelaria lugares enunciatórios como subversivos e ignoraria o caráter contingente da agência”.

Um elemento, no entanto, opera em comum nesse dissenso: a rejeição ao pressuposto da heterossexualidade como fato dado como “natural”. Adrienne Rich (2010), em texto original publicado em 1993, fala em “heterossexualidade compulsória” não como fenômeno, mas como ideologia que invisibiliza a existência lésbica. Para ela, “para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma ‘preferência’, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força [...]”. (RICH, 2010, p. 35).

Imagem 6 - Notícia “A fábrica de heterossexuais”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 15, ago. 1979, p. 9

Neste artigo selecionado, João Silvério Trevisan³¹ tece críticas aos veículos da imprensa que noticiaram que, por omissão do Estado, estaria ocorrendo um “aumento de homossexuais” na Febem (Fundação do Bem Estar do Menor) de São Paulo. Trevisan aponta que o noticiário associa a homossexualidade ao abandono da instituição pelo poder público, e que tratamentos a base de “pílulas de cor amarelo-abóbora” estariam transformando menores em homossexuais. Trevisan extrai dos discursos presentes nestas notícias sentidos sobre a fabricação da sexualidade, para então rebater: “se é possível fabricar homossexuais, também é possível fabricar heterossexuais”.

Discutir a construção cultural da sexualidade, ruindo com as perspectivas médicas biologizantes, continua a tensionar os discursos sobre sexualidade no campo social. Jeffrey Weeks (2007) enxerga a sexualidade como um fenômeno social e histórico. Para ele, é preciso historicizar o corpo, e compreender as dinâmicas de aprendizagem social, enquanto práticas culturais que operam no comportamento afetivo-sexual. Desse modo, normas sexuais são forjadas por estruturas sociais e tecnologias discursivas que estabelecem o que é “apropriado” e o que é “inapropriado”.

Tal pensamento se relaciona com a interpretação cultural de Geertz (1989, p. 62), para o qual “nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais - na verdade, produtos manufaturados a partir de tendências, capacidades e disposições com as quais nascemos, e, não obstante, manufaturados”. Nessa perspectiva, somos fabricados pela cultura e a cultura é fabricada por nós, em um movimento circular incessante. Cabe aqui, também, um diálogo com Guacira Lopes Louro (2007), que busca entender as condições sociais que definem a heterossexualidade como “norma hegemônica” e as outras sexualidades como “desviantes” desta norma.

A heterossexualidade é concebida como ‘natural’ e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa,

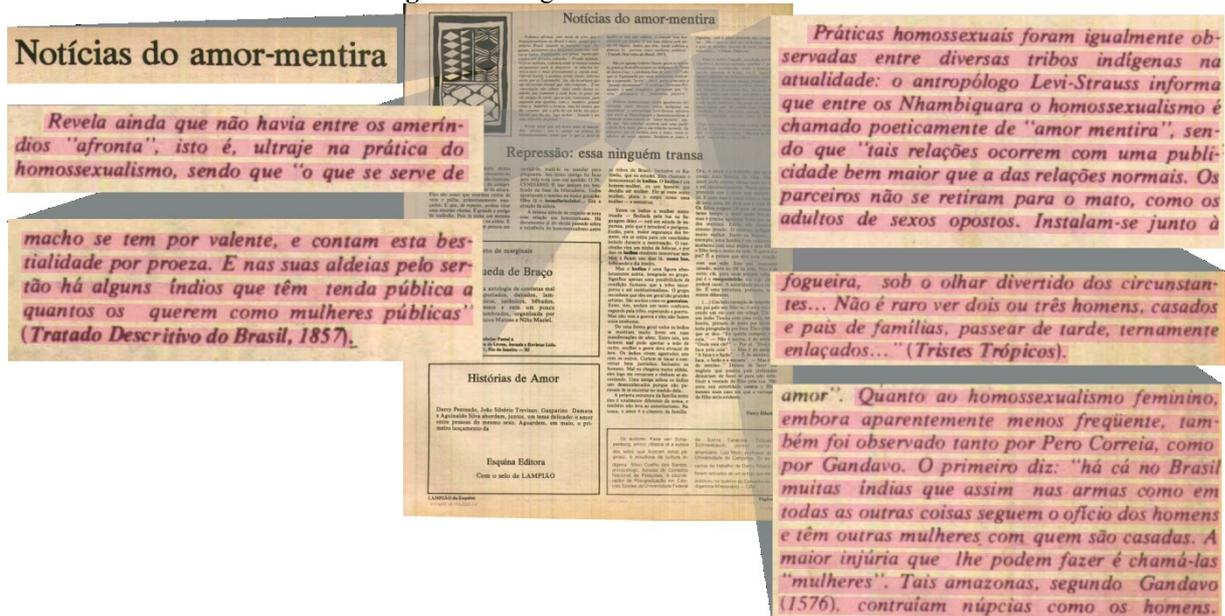
³¹ Cineasta e escritor. Um dos fundadores de Lampião da Esquina (equipe de São Paulo), membro do corpo editorial da primeira à última edição do jornal.

continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento. (LOURO, 2010, p. 17).

Um dos esforços continuados para garantir a heterossexualidade na Febem, presente nos discursos por nós inferidos, é a reivindicação pública dos noticiários conclamando a intervenção do Estado na instituição para controlar o “aumento de homossexuais”. No entanto, o mandato biológico fica em xeque quando o próprio discurso de policiamento da sexualidade aponta os “perigos” que a cultura pode acarretar à expressão sexual.

Em *Sexualidad*, versão traduzida para o espanhol, Jeffrey Weeks (1998, p. 29, tradução nossa) discute esta “construção social da sexualidade”. Para ele, “longe de ser o elemento mais natural da vida social, aquele que mais resiste à modelagem cultural, é talvez um dos mais suscetíveis à organização. [...] Além disso, as forças que configuram e modelam as possibilidades eróticas do corpo variam de uma sociedade para outra”.

Imagem 7 - Artigo “Notícias do amor-mentira”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 8, jan. 1979, p. 7.

Embora prometido no editorial nº 0, somente na edição nº 8 do *Lampião da Esquina* pessoas indígenas entram, como pauta, no jornal. Tratou-se de uma reportagem de três páginas, com textos escritos por antropólogos brancos renomados, como Darcy Ribeiro³² e

³²Em biografia disponível pela Academia Brasileira de Letras consta que é Antropólogo fundador do Museu do Índio, que dirigiu até 1947; colaborou na criação do Parque Indígena do Xingu; escreveu uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena; elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre

Luiz Mott³³. O ponto de vista indígena não é contado pelos próprios indígenas. Cientes desse limite em relação a promessa editorial de Lampião sair do gueto com “todas as minorias”, selecionamos a notícia em questão, assinada pelo antropólogo Luiz Mott, para trazer elementos da narrativa antropológica branca sobre a configuração cultural da sexualidade, por meio de argumentos sobre práticas homoeróticas em sociedades indígenas.

Com o título “notícias do amor-mentira”, Mott traz relatos de “práticas homossexuais” entre Tupinambás, observadas no Tratado Descritivo do Brasil de 1587 [no Lampião está datilografado 1857], de Gabriel Soares de Sousa; e entre Nhambiquaras e Guayakis, em Tristes Trópicos, de Lévi-Strauss. O título da notícia deriva da tradução antropológica apresentada sobre a expressão que indígenas Nhambiquara utilizam para se referir às “práticas homossexuais”: “amor-mentira”. Vale destacar aqui que a normalidade social de tais práticas, como apontada pelo antropólogo, é um dado de que as normativas de sexualidade e de gênero variam entre as sociedades humanas.

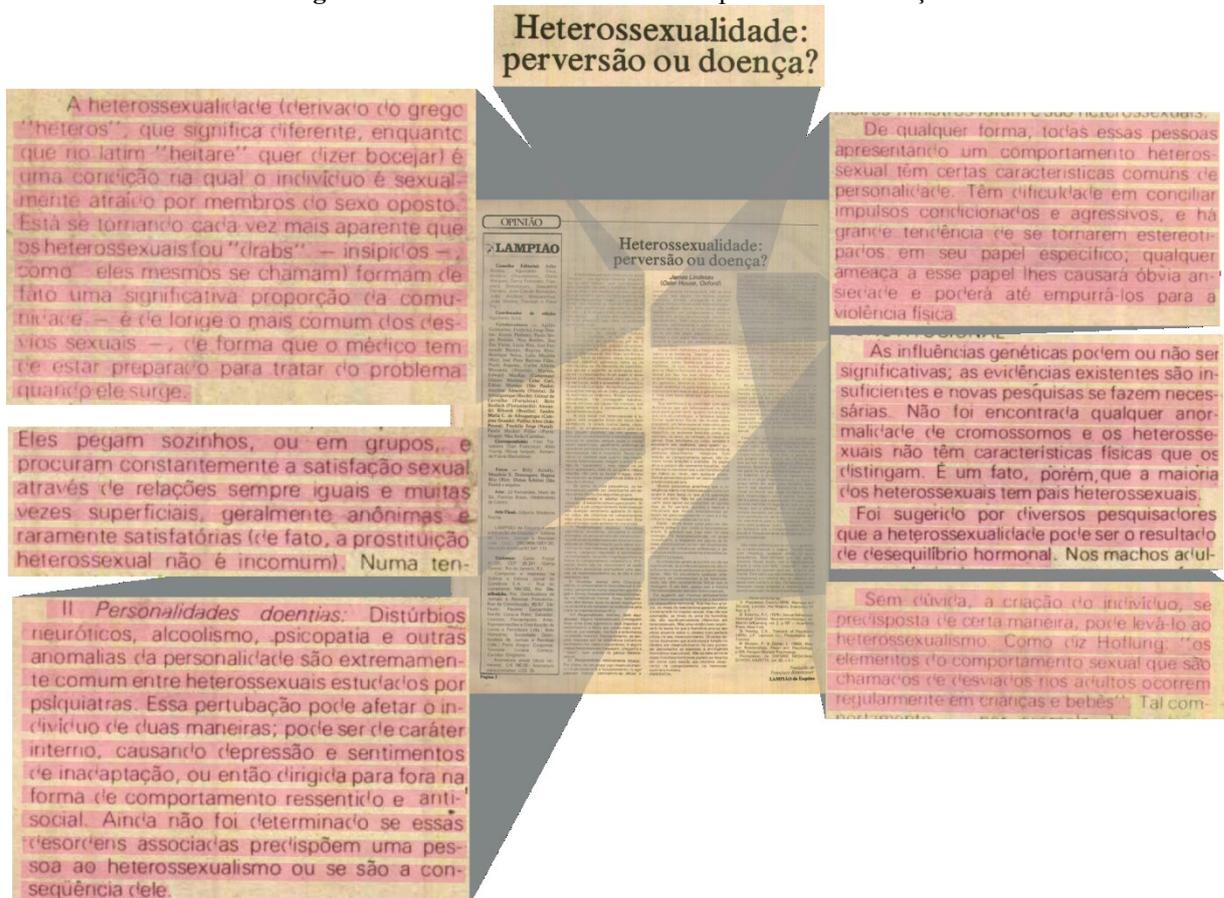
Estas normas estão assentadas em sistemas de significados, baseados nas relações de poder, que constroem sentidos e também são constituídos por eles. Ao voltar ao editorial nº 0 que estamos lendo, há também a proposta de “destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual”. Resignificar os sentidos construídos sobre a homossexualidade, orientando-nos por Lauretis (2010, p. 33-34), é um exercício de análise que navega pelas cadeias discursivas científicas modernas que associaram a heterossexualidade “como o natural, o saudável, o vital”, e a “consequente vinculação da homossexualidade com o antinatural, o enfermo, o morto e o mortal”.

os grupos indígenas brasileiros no século XX; colaborou com a Organização Internacional do Trabalho na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo; foi Diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC (1957-61); presidente da Associação Brasileira de Antropologia; fundador da Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor; foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil do Governo João Goulart. Com o golpe militar de 64, teve os direitos políticos cassados e se exilou. Retornou ao Brasil em 1976 e foi anistiado em 1980. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>>. Acesso em 13 dez 2018.

³³ Luiz R. B. Mott foi professor na Unicamp. Em sua auto-biografia consta que é “filho de pai italiano e de mãe luso-brasileira de tradicional família do interior de São Paulo, paulistano de nascimento, mineiro de formação e a mais de 20 anos residente na Bahia, “cidadão de Salvador” por decreto municipal. Estudou no seminário dos dominicanos de Juiz de Fora, formado em Ciências Sociais pela USP em pleno regime militar, Mestrado em Etnologia na Sorbonne, Paris; Doutorado em Antropologia pela Unicamp, Professor Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia-UFBA. [...] Gay assumido desde 1977, fundador do Grupo Gay da Bahia e do Centro Baiano Anti-Aids, ateu militante, brinco nas duas orelhas desde 1976, motoqueiro, “cat people”, ex-Secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT, é o decano do movimento homossexual brasileiro.”. Disponível em: <<https://luizmottblog.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em 13 dez 2018.

No discurso médico moderno os primeiros estudos sobre homossexualidade a diagnosticaram como condição patológica³⁴ que foge do “padrão natural” da sexualidade humana. Para Facchini e Simões (2009, p. 29) “o vínculo entre homossexualidade, ‘desvio’ e doença permanece um fantasma não esconjurado por completo”, ainda que “o Código Internacional de Doenças (CID) não inclui mais a homossexualidade no rol das patologias e, no Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual”.

Imagem 8 - Ensaio “Heterossexualidade: perversão ou doença?”



³⁴ Cf. Gonçalves, 2016, p. 21: “a homossexualidade foi incluída na lista de Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) na categoria 320 'personalidade patológica' a partir de sua 6ª Revisão de 1948. Com a 8ª Revisão, em 1965, a homossexualidade passou a pertencer à Categoria 302 'desvio e transtornos sexuais', especificamente na subcategoria 302.0 – homossexualismo. Ainda que a Associação Americana de Psicanálise tenha retirado a homossexualidade de sua lista de transtornos em 1973, e a Associação Americana de Psicologia em 1975, em sua 9ª Revisão de 1975 a OMS manteve a classificação na mesma categoria, retirando apenas em 17 de maio de 1990”.

James Lindesay³⁵, neste irônico ensaio traduzido por Francisco Bittencourt³⁶, tece críticas ao discurso patologizante invertendo a “lógica” de sentidos, partindo de um lugar que enxerga a heterossexualidade como “o mais comum dos desvios sexuais”. No artigo, para um outro olhar sobre a heterossexualidade, utiliza-se contra ela os mesmos discursos biologizantes que historicamente empurraram a homossexualidade para a abjeção.

Assim, há a associação da heterossexualidade com “pegações” entre “seres” que “procuram constantemente a satisfação sexual através de relações sempre iguais e muitas vezes superficiais, geralmente anônimas e raramente satisfatórias (de fato, a prostituição heterossexual não é incomum)”; típica de pessoas com “personalidades doentias” cujas “anomalias”, estudadas por psiquiatras, geram inaptações sociais... e que “ainda não foi determinado se essas desordens associadas predisõem uma pessoa ao heterossexualismo ou se são a consequência dele”.

Lindesay relaciona a heterossexualidade à agressividade: “Têm dificuldade em conciliar impulsos condicionados e agressivos, e há grande tendência de se tornarem estereotipados em seu papel específico; qualquer ameaça a esse papel lhes causará óbvia ansiedade e poderá até empurrá-los para a violência física”. Além disso, ironiza o discurso de “cura” sexual, sugerindo que a infância e a forma como são “criadas” as crianças podem desencadear o comportamento heterossexual.

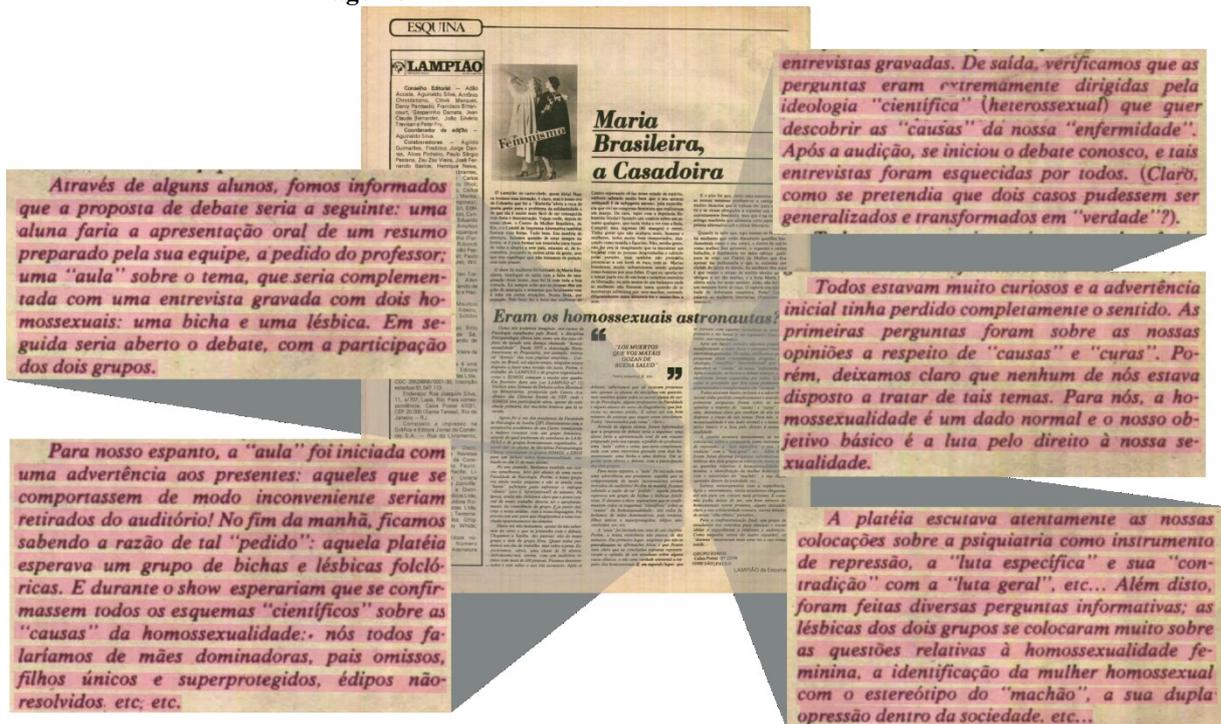
A partir desse exercício, invertem-se os sentidos dos discursos que enraizaram a heterossexualidade no imaginário social como o comportamento normativo para se relacionar afetiva e sexualmente com outra pessoa. Narrativas heteronormativas construíram historicamente a ideia de que qualquer comportamento sexual ou afetivo que fuja a esse padrão é considerado desviante ou fora da normalidade.

Tais discursos patologizantes concorrem para gerar processos de desigualdades entre pessoas, a partir da marcação da diferença, prescrevendo ao outro o lugar de “doente” ou “estranho”, deslocando sua humanidade para a condição de “objeto”. Estes sentidos se fixam no pensamento social afetando as relações humanas ao ponto de serem expostos sem constrangimento.

³⁵ Psiquiatra britânico. Cf. Facchini e Simões (2009, p. 86).

³⁶ Editor de *Lampião da Esquina*: “Poeta, crítico de arte e jornalista, publicou dois livros de poemas. É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (seção do Brasil), e colabora como crítico em vários jornais.” (*Lampião da Esquina*, edição nº 0, abril de 1978, p. 2).

Imagem 9 - Notícia “Eram os homossexuais astronautas?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 14, jul. 1979, p. 2

Este outro relato expõe o estranhamento do “enfoque clínico (isto é, heterossexual)” com pessoas homossexuais. Conta-se que estudantes da Faculdade de Psicologia de Itatiba (SP) convidaram uma mulher lésbica e um homem gay para uma aula que debateria homossexualidade. Inicialmente pensada para 50 estudantes, as duas pessoas convidadas se viram diante de um auditório lotado com mais de 200 pessoas, em que as perguntas giraram em torno das “causas da homossexualidade”, bem como possíveis “curas” de suas sexualidades, lidas como “enfermidades”.

Este relato retoma o “enfoque clínico” da sexualidade presente em discursos médicos que se configuraram, em tempo relativamente recente, como um dos mecanismos de regulação³⁷ da sexualidade humana - papel que durante séculos, no ocidente, coube fortemente à igreja católica. Para Foucault (1988), três grandes códigos explícitos, além dos

³⁷ A regulação e o controle da sexualidade não devem ser pensados somente como repressão, mas como intensificadora dos discursos sobre o sexo. Nunca se falou tanto em sexo, e também nunca se regulou tanto as práticas sexuais, como dito nas análises de Foucault, no volume I, *A Vontade de Saber*, de sua obra sobre *História da Sexualidade*: “O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo”. (FOUCAULT, 1988, p. 26).

costumes, regularam a sexualidade no Ocidente até o fim do século XVIII: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eles fixaram “o lícito” e “o ilícito”, além de fundar o matrimônio na monogamia heterossexual. A igreja tinha o controle sobre temas como adultério, aborto e o prazer feminino, condenados como “pecados”.

No entanto, Foucault (1988, p. 34) afirma ser entre os séculos XVIII e XIX que ocorre uma “explosão discursiva” sobre o sexo: “Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo.” Novos processos sociais advindos da industrialização intensificaram as relações entre sexo e “condutas econômicas e políticas deliberadas”.

Estudos sobre controle de taxa de natalidade, idade do casamento, nascimentos legítimos e ilegítimos, precocidade e frequência das relações sexuais e práticas contraceptivas contribuíram para a inauguração de “análises” acerca das condutas sexuais. Via judicialização, medicalização e teorização, tais análises agiram como criadoras de classificações da sexualidade, centrando-se na heterossexualidade, e criando as sexualidades periféricas.

Assim, os modos como operaram a regulação social da sexualidade variaram ao largo da história no ocidente. Para Weeks (1986, p. 34), “uma das mudanças mais importantes dos últimos cem anos tem sido que as igrejas se afastaram da regulação moral e uma forma mais laica de organização foi dada pela medicina, pela educação, pela psicologia, pelo trabalho social e pelas práticas de assistência social.”. A medicina e a psicologia atuaram, nesse sentido, como reguladoras de uma nova forma de se pensar a sexualidade.

A própria invenção da termo “homossexual” por Westphal em 1870, a partir do artigo *Archiv fur Neurologie*, decorre da opinião dos primeiros sexólogos, que produziram descrições e explicações carregando-a de sentidos de degeneração da natureza biológica, por deformação congênita ou resultante de trauma infantil. “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.” (FOUCAULT, 1988, p. 43-44).

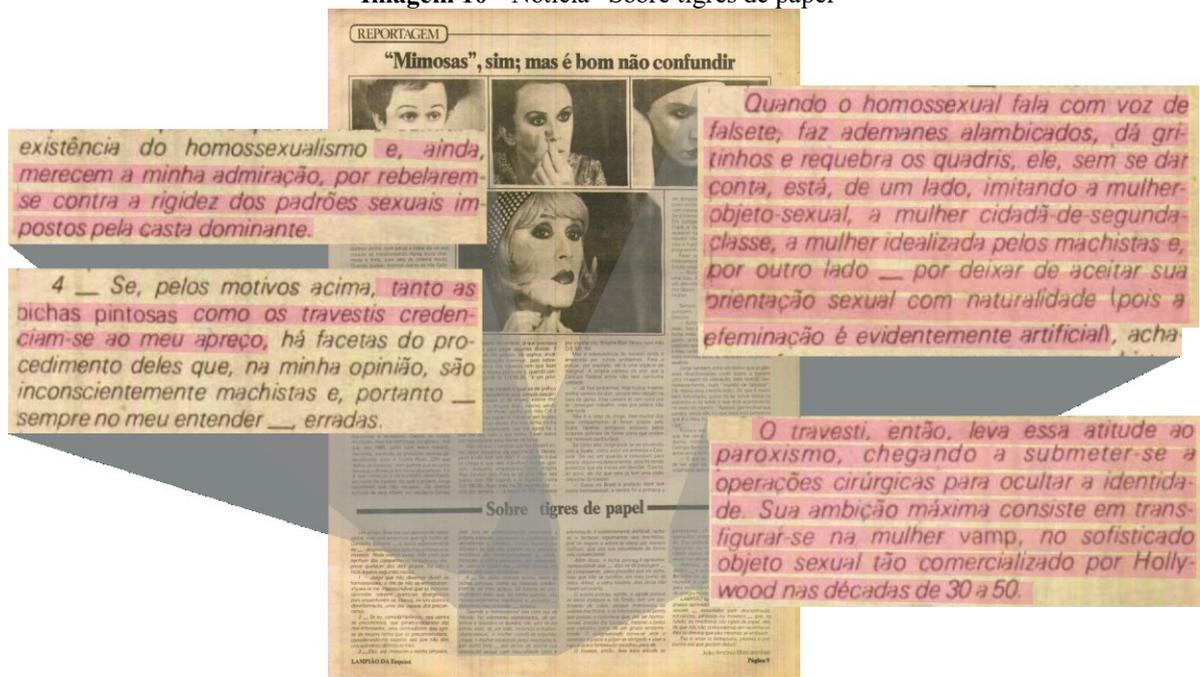
Assim, desde o início de sua invenção pelas chamadas ciências sexuais, a categoria “homossexual” se situa nas fronteiras entre as identidades sexuais e as identidades de gênero. Para os propósitos deste estudo, faremos um exercício de distingui-las para enxergar a diferença na hierarquização social. Para Louro (2014, p. 29), existem distinções entre as

identidades de gênero e as identidades sexuais, embora parte dos discursos sobre gênero englobem discursos sobre sexualidade. A autora, porém, alerta que na busca desta distinção “corremos o risco de cair numa esquematização, já que na prática social tais dimensões são, usualmente, articuladas e confundidas”.

Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. Ora é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. (LOURO, 2014, p. 30-31).

Nas páginas do Lampião, identidades de gênero e identidades sexuais puderam ser discutidas. A diferença de gênero que historicamente atuou nas relações entre mulheres lésbicas e homens gays não foi a única possibilidade de debate. As travestis com mais força, mas também as “bichas pintosas” e as “lésbicas caminhoneiras” foram, e ainda são, frequentemente apontadas como ininteligíveis na medida em que são interpretadas com desconfiança por terem sua identidade de gênero e sua identidade sexual não compreendidas na lógica binária.

Imagem 10 - Notícia “Sobre tigres de papel”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 4, ago./set. 1978, p. 9.

Nesta notícia que faz parte de uma reportagem de duas páginas, João Antônio Mascarenhas³⁸ questiona a identidade das travestis e das bichas pintosas. Diz ele no texto que, ao mesmo tempo em que elas “merecem minha admiração” e “credenciam-se ao meu apreço” “por rebelarem-se contra a rigidez dos padrões sexuais impostos pela casta dominante”, estão sendo “machistas” por estarem “imitando” a “mulher-objeto sexual, a mulher cidadã-de-segunda-classe, a mulher idealizada pelos machistas”.

Mascarenhas ainda afirma que “a efeminação é evidentemente artificial” e que ela teria como objetivo “ocultar a identidade” ou “deixar de aceitar sua orientação sexual com naturalidade”. Ao ler a opinião de Mascarenhas, o trânsito que travestis e bichas pintosas fazem a partir de seus corpos, é lido por nós, como desestabilizador das normativas de gênero mais do que das identidades sexuais. Para Flávia Teixeira (2012) “a possibilidade de trânsito, em termos de gênero, é ameaçadora”. Assim, machista é a visão de estranhamento sobre corpos que desestabilizam a masculinidade. “Reconhecer o caráter incerto e mutável das identidades significa minar o sistema normativo binário baseado no dimorfismo sexual” (TEIXEIRA, 2012, p. 507).

O discurso de imitação e artificialidade que Mascarenhas se vale está presente na forma como pessoas transexuais são lidas socialmente, fazendo com que vivam “cotidianamente, ao mesmo tempo, o não reconhecimento como pessoa e a dificuldade de passar despercebida” (TEIXEIRA, 2012, p. 503). A busca que muitas travestis fazem pela alteração corporal, a qual Mascarenhas se refere, “pode ser compreendida como uma das condições para tornar seu corpo inteligível” (TEIXEIRA, 2012, p. 511). Nesse sentido, a expressão do gênero em conflito com o sexo biológico provoca uma fratura no sistema de leitura dos corpos, revelando uma misoginia encoberta.

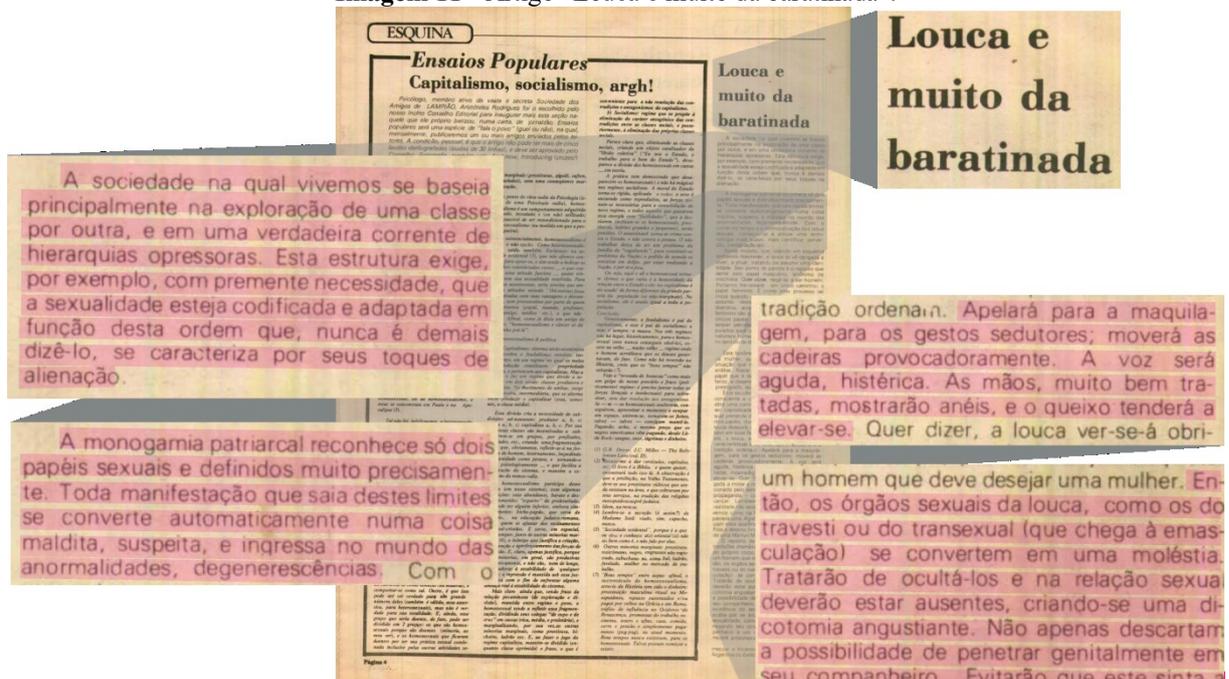
O argentino Néstor Perlongher (1987), ao analisar a prostituição masculina, que ele nomeia “prostituição viril”, na cidade de São Paulo, traz com intensidade a ideia da dicotomia feminina e masculina pensada no cotidiano do negócio do michê. Em sua análise, a aversão às características atribuídas à feminilidade geram redes de poder que diferenciam “michês-másculos”, “michês efeminados” e travestis, em sentidos que, para nós, podem expressar misoginia.

³⁸ Editor de Lampião da Esquina: “Advogado, jornalista e tradutor, abandonou a burocracia dos Ministérios da Educação e da Agricultura para formar a cadeia de 'gente boa' que resultou na ideia de se publicar LAMPIÃO.” (Lampião da Esquina, edição nº 0, abril de 1978, p. 2).

A analogia pode ser válida enquanto aponta que não há algo assim como uma 'natureza' feminina ou masculina - tratar-se-ia de 'construções'. Mas sua pertinência vacila se se considerar que, enquanto o michê estaria, no melhor dos casos, exagerando as características socialmente atribuídas ao seu sexo anatômico, a atitude do travesti, e da bicha efeminada em geral, implicaria um distanciamento, uma ruptura com os protótipos gestuais e comportamentais masculinos - indiciando uma espécie de 'devir mulher'. (PERLONGHER, 1987, p. 20).

Assim, a ressignificação histórica do que é ser homossexual variou conforme enfrentamentos entre identidades que disputavam “concepções de hierarquia e igualdade que remetiam a um contexto mais amplo de disputas políticas” (CARRARA e SIMÕES, 2007, p. 71). E as marcas da diferença, principalmente de gênero, operaram na dinamização dos sistemas de conhecimento sobre a sexualidade.

Imagem 11 - Artigo “Louca e muito da baratinada”.



Fonte: Lampião da Esquina, ed. n° 8, jan. 1979, p. 4.

A partir deste artigo intitulado “Louca e muito da baratinada”, assinado por dois homens *gays*, Hector e Ricardo, integrantes da Frente de Libertação Argentina no Exílio³⁹,

³⁹ Regina Facchini e Júlio Simões (2009, p. 45-47) contam que o primeiro grupo político homossexual argentino chamado *Nuestro Mundo* foi formado em 1969, e adotou a partir de 1971 a denominação Frente de Liberación Homossexual (FLH), até ser destruído pela ditadura militar em 1976. “A FLH teve uma publicação de curta duração chamada *Somos*, cujo nome inspiraria o primeiro grupo brasileiro, criado em 1978.”

podemos contextualizar melhor uma das formas com que as identidades de gênero e sexualidade eram pensadas durante o período em que o Lampião da Esquina circulou.

Naquele momento, as travestis eram referidas no masculino, “os travestis”, tendo sido interpretadas como uma das nuances da homossexualidade masculina. Para além disso, o nascente movimento transexual na Europa e nos Estados Unidos não havia se configurado por aqui. Segundo Berenice Bento (2006, p. 40):

A articulação entre os discursos teóricos e as práticas reguladoras dos corpos ao longo das décadas de 1960 e 1970 ganhou visibilidade com o surgimento de associações internacionais, que se organizam para produzir um conhecimento voltado à transexualidade e para discutir os mecanismos de construção do diagnóstico diferenciado de gays, lésbicas e travestis.

Embora ainda hoje⁴⁰ ocorram discussões sobre pessoas que, ilegalmente, oferecem “curas” em “clínicas de restauração sexual”, além de tentativas legislativas⁴¹ de autorizar estas “terapias”, a retirada da homossexualidade do rol de doenças mentais foi essencial para cidadania de lésbicas e *gays*. No entanto, a transexualidade continua refém do discurso médico que já perseguiu a homossexualidade.

Para Berenice Bento (2012, p. 2660-2661), apesar da mobilização internacional pela despatologização das identidades trans e pela retirada da transexualidade do Código Internacional de Doenças (CID-10) e do Manual Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), “o CID-10 e o DSM-IV são os principais documentos que orientam as atuais políticas públicas para o processo transexualizador realizado nos Centros de Referência”. Isso significa que as pessoas transexuais que desejam as cirurgias dependem da patologização para acessar a agência do Estado, já que o diagnóstico de transexualidade é condição para a realização do processo transexualizador.⁴²

⁴⁰ A atual Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves, foi gravada palestrando em uma “clínica de restauração sexual”, em 2013 e 2014. Nos vídeos, Damares declara que o sexo entre mulheres é uma “aberração”, que não existe “identidade de gênero” e que no Brasil há uma “doutrinação” para incentivar crianças a se tornarem homossexuais. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mais-videos-da-clinica-de-cura-gay-mostram-damares-em-pregacoes-contra-lgbtis/>>. Acesso em 10 jan. 2019.

⁴¹ Projeto de Decreto Legislativo nº234/2011, de autoria de João Campos (PSDB-GO) prevê sustar “a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em 10 jan. 2019.

⁴² De acordo com Bento (2006, p. 47-48), o processo transexualizador é composto pelas exigências que os Programas de Redesignificação definem como obrigatórias. Geralmente envolvem obrigações quanto ao tempo de terapia (no mínimo dois anos); à terapia hormonal (são administrados androgênios para os transexuais

Da notícia de Hector e Ricardo exprime-se que nossa sociedade se baseia “na exploração de uma classe por outra” que formam “hierarquias opressoras”. Exterioriza-se também que “a monogamia patriarcal reconhece só dois papéis sexuais e definidos muito precisamente”, e que “toda manifestação que saia destes limites [...] ingressa no mundo das anormalidades, degenerências”.

No entanto, em nosso entendimento, Hector e Ricardo seguem as narrativas sobre sexualidades limitadas pelo binarismo. São discursos que oprimiam novas identidades de gênero, como a das pessoas transexuais. Eles carregam de sentidos negativos a transexualidade, e confundem identidade de gênero e identidade sexual, ao pensá-las numa “dicotomia angustiante”.

Se concentram no discurso médico da patologização que feriu por tanto tempo a homossexualidade ao dizer que “então, os órgãos sexuais da louca, como os do travesti ou do transexual (que chega à emasculação) se convertem em uma moléstia.” Utilizam o falocentrismo como referência única para uma relação sexual ao dizer que as transexuais que ocultam suas genitálias durante o ato sexual “descartam a possibilidade de penetrar genitalmente em seu companheiro”.

Esta limitação nos discursos de Hector e Ricardo eram comuns ao pensamento dos primeiros grupos de liberação sexual. Para Perlongher (1987, p. 89-90), “nos seus primórdios, os grupos gays brasileiros se orientaram a diferenciar-se dos travestis, libertando-se da imagem degradada e folclórica do homossexual efeminado, festejado só no carnaval”.

No entanto, ao mesmo tempo foi contemporânea à ampliação das identidades de gênero e sexuais no Brasil na década de 1980. Para Louro (2014, p. 31), “tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. [...]. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis, e, portanto, passíveis de transformação.”

Dessa outra perspectiva, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais perturbam as convenções, normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco

masculinos e progesterona ou estrogênio para as transexuais femininas); ao teste de vida real (obrigatoriedade de usar, durante todo o dia, as roupas comuns ao gênero identificado; aos testes de personalidade (para verificar se o/a candidato/a não de nenhum tipo de 'Transtorno Específico da Personalidade'); além dos exames de rotina. Somente após conseguir cumprir todas as etapas e exigências estabelecidas, a pessoa transexual está apta à cirurgia de transgenitalização.

mais amplo e diversificado de possibilidades. (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 53).

Processos semelhantes estavam ocorrendo nos Estados Unidos, em que o nascente movimento *gay* procurava se distanciar de uma associação histórica entre homossexualidade masculina e atributos femininos⁴³. O mito do “*gay-macho*” passou a ser valorizado. Lampião, na mesma edição em que foi publicado este texto de Hector e Ricardo, também trouxe traduzido um artigo assinado por Seymour Kleinberg⁴⁴, publicado originalmente na revista estadunidense *Gay News*, em que se critica a nova tendência de “busca dos signos exteriores da masculinidade”.

Imagem 12 - Artigo “Gay-Macho: uma nova tragédia americana?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 8, jan. 1979, p. 8.

Neste texto, Kleinberg exterioriza sua opinião ao visitar o *Anvil Bar*, uma boate *gay* de Nova York. O local é descrito como uma atmosfera erótica, com *fuck-room*, suspensão e

⁴³ Cf. Carrara e Simões (2007, p. 84): “[...] evidências de que sistemas classificatórios da sexualidade masculina equivalentes ao ‘modelo hierárquico’, segundo idéias rígidas de “masculinidade” e “feminilidade” associadas à dicotomia ativo/passivo, vigoravam no mundo ocidental industrializado ainda no início do século XX.

⁴⁴ Atualmente é professor de inglês na Long Island University”.

fistfucking, baseada nas fantasias sadomasoquistas. Kleinberg se refere ao espaço como “um lugar rigoroso, onde o indivíduo se destrói em ritual de humilhação sexual”. O julgamento que Kleinberg faz nos remete a discussão sobre fantasias eróticas e sua relação com as estruturas de poder.

Carole Vance (1989) discute a tensão entre prazer e perigo nas sexualidades das mulheres, tanto lésbicas quanto heterossexuais e bissexuais. Para a autora, a sexualidade é um terreno em que se exerce a opressão não só na violência, brutalidade ou coação masculinas, mas também no silenciamento, invisibilidade e medo que operam na repressão dos desejos femininos. Ela propõe trazer para os estudos feministas a discussão dos desejos na construção da sexualidade. Vance externa que os debates das feministas sobre pornografia, sodomismo e a relação *butch/femme* necessitam de um aprofundamento sobre a fluidez do desejo sexual.

Para ela, “a questão da estabilidade e flexibilidade do desejo sexual em cada indivíduo continuará sendo misteriosa e pouco compreendida”. Assim, para romper com o “tabu do discurso sobre o prazer sexual” seria necessário que a sexualidade fosse pensada como uma intersecção do político, do social, do econômico, do histórico, mas também do pessoal e do vivencial, abrindo espaço para que as subjetividades e os processos individuais sejam considerados na articulação do comportamento com o pensamento e da fantasia com a ação.

Em nossa leitura, sem considerar a complexidade dos desejos que fala Vance, a avaliação de Kleinberg sobre os *gays* do *Anvil Bar* generaliza quando os localiza como auto-destrutivos a partir de um único aspecto: “o que parece ocorrer é uma variação homossexual do masoquismo: o desprezo do parceiro *straight* provoca o autodesprezo gay, que por sua vez é explorado como afrodisíaco.” Porém, não há aprofundamento sobre as subjetividades, nem acerca da linha tênue entre prazer e perigo.

Mas o que salta aos olhos de Kleinberg, e aos nossos também, é a percepção de uma nova tendência entre os jovens *gays* frequentadores do local, que “parecem ter abjurado o efeminamento com sucesso”: “Nada de desmunhecadas ou requebros excessivos. A maneira de andar e de falar, o tom de voz, as roupas, a aparência em geral são corretíssimos: estamos em terra de machos.” Para ele, “é esta a mensagem central do mundo das boates machistas: a masculinidade é a única verdadeira virtude; os demais valores são desprezíveis”.

Quando Kleinberg fala em nova tendência, está se referindo a uma movimentação do comportamento *gay*, ou comportamento *camp*, de terrenos associados às feminilidades para

lugares associados às masculinidades. “Quando o chamado comportamento *camp*, de efeminamento extravagante, começou na década de 50 a liberar muitos *gays* da raiva contra seu próprio modo de vida às escondidas, tornou-se também uma arma, além de uma crítica”. Para Kleinberg, os *gays* do comportamento *camp* “imitam as mulheres por compreenderem que são vítimas das mesmas idéias masculinas sobre sexualidade”.

De meados dos anos 1970 em diante, o movimento gay norte-americano deixou de flertar com a androginia e as transgressões de gênero. Estilos de indumentária e apresentações corporais passaram a celebrar um culto crescente ao "macho", na masculinidade estampada em bigodes, cabelos curtos, músculos definidos, ao estilo dos personagens criados pelo desenhista Tom of Finland (1920-1991). A valorização de uma sexualidade viril, agressiva, materialista e juvenil levou à estigmatização dos afeminados, maduros e velhos, e também tensionou as conexões existenciais e políticas dos *gays* com as lésbicas e transgêneros. (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 47).

De modo diferente, a construção das identidades lésbicas e *gays* no Brasil é apresentada com outros contornos por Sérgio Carrara e Júlio Simões (2007, p. 95). Para eles, tanto nas discussões acadêmicas quanto na ressonância social, o que marca a singularidade brasileira “seja menos a ênfase na oposição ativo/passivo ou em outros binarismos hierárquicos e mais a recusa em operar com dualismos e identidades essencializadas, incomensuráveis e intransitivas”. Essa nossa particularidade cultural teria provocado mudanças nas identidades sexuais e de gênero, expressando maior pluralidade.

Assim, em lugar de "bichas" e "homens" (ou "bofes"), ou de "sapatões" e "mulheres" (ou "ladies"), formam-se novas categorias de identidade sexual, tais como "entendido", "entendida", "homossexual", "gay" e "lésbica", de acordo com a visão de que é a orientação do desejo que importa para nomear os parceiros de uma relação homossexual, e não mais os papéis sociais relativos a masculino/feminino, nem a atividade/passividade sexual. "Entendidos", "entendidas", "homossexuais", "gays" e "lésbicas" passaram a designar pessoas que "transam" outras do mesmo sexo, independentemente de serem afeminadas ou masculinizadas, "passivas" ou "ativas". (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 57).

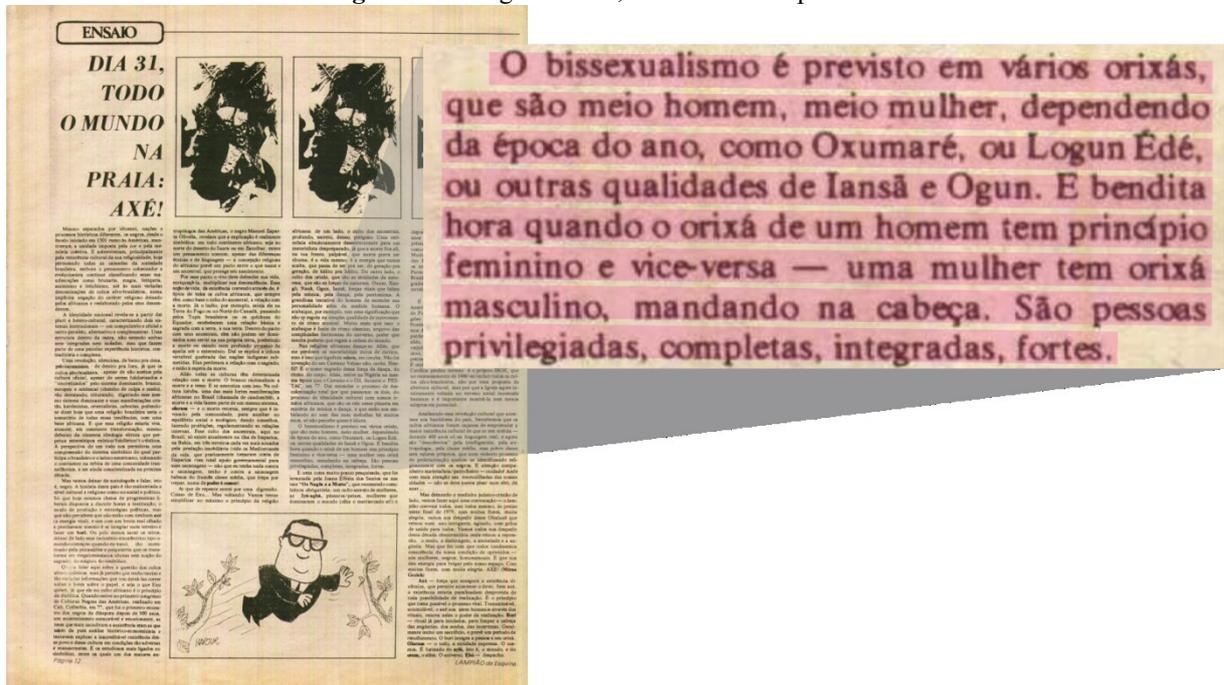
Consoante a esta avaliação, em depoimento colhido por Perlongher (1987, p. 74-75), um entrevistado nomeado como Clóvis revela que na década de 1960 “a diferença entre a bicha e o macho era muito mais nítida do que agora, falava-se em termos de bicha e bofe, não se usavam muito essas classificações como homossexual, nem ativo/passivo. Também entre

as lésbicas a diferença lady/sapatona era muito rígida.” Assim, notamos que em relação aos anos 1960, o final da década de 1970 e toda a década de 1980 ampliaram as identidades sexuais e de gênero no Brasil.

No entanto, Néstor Perlongher ao analisar a prostituição masculina em São Paulo revela que a valorização da masculinidade e o reforço do binarismo macho/bicha ou passivo/ativo continuavam presentes nas fantasias sexuais que muitos clientes buscavam nos michês: “Aqui nos encontramos com um primeiro paradoxo que vai marcar o negócio todo. Num apreciável número de casos, os rapazes que se prostituem não são ou não se consideram homossexuais; e esta recusa da homossexualidade vai de encontro à demanda dos clientes [...]” (PERLONGHER, 1987, p. 24).

Apesar das marcas do binarismo masculino/feminino permanecerem vivas, Perlongher traz a ideia de que, diferentemente das décadas anteriores, o final da década de 1970 e a década de 1980 sinalizaram uma diversificação dos “tipos” de michês e dos “tipos” de clientes, sinalizando uma ampliação das identidades que compõem as homossexualidades masculinas.

Imagem 13 - Artigo “Dia 31, todo mundo na praia: axé!”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 19, set. 1979, p. 12.

A transição entre masculino/feminino também é mencionada neste artigo publicado em *Lampião da Esquina*, no qual Mirna Grzich⁴⁵ apresenta elementos de fluidez das identidades de gênero e de sexualidade na mitologia *yorubá* herdadas das religiões de matriz africana. Este cenário de ampliação das discussões sexuais, mudanças nas identidades sexuais e de gênero, especificidades históricas e ativismos pela cidadania abriu possibilidades de viver e teorizar a diferença. No entanto, Lauretis (2010, p. 30, tradução nossa) afirma que ainda “não sabemos suficiente sobre nós mesmas/os quando se fala de diferenças entre e dentro de lésbicas, e entre e dentro de homens gays, em relação com raça e as diferenças de classe ou cultura étnica, geracionais, geográficas, sociopolíticas”.

Entre homens gays brancos a diferença étnico-racial com homens gays negros estabelecem desigualdades na forma como vivem suas homossexualidades. Perlongher (1987, p. 142) analisa que em São Paulo o racismo sofrido por gays negros não ocorrem baseados em “leis” mas sim nas relações sociais cotidianas. “Sabe-se de negros barrados nas portas de boates e de saunas gays. Neste último caso, a discriminação é ela mesma 'seletiva': se permite o ingresso de alguns negros mais 'transados', para afastar a suspeita de racismo, e se impede de entrar os restantes.”

Imagem 14 - Notícias “E se Gilberto Freyre também fosse negro?” e “A palavra dos ofendidos”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 13, jun. 1979, p. 2.

⁴⁵ Aparece nos expedientes como Colaboradora de *Lampião da Esquina*. Mulher branca.

Tanto a notícia intitulada “E se Gilberto Freyre fosse negro?” quanto “A palavra dos ofendidos” giram em torno de um mesmo fato: o racismo sofrido por quatro homens gays negros na boate *266 West*, frequentada pelo público gay em São Paulo. A primeira notícia foi escrita por Jorge Schwartz e a segunda é uma carta enviada ao *Lampião* pelas próprias pessoas que sofreram o racismo no caso relatado. Salta aos olhos o destaque maior para o texto escrito por Schwartz, judeu argentino branco professor da USP, em relação a carta escrita pelas pessoas que sofreram o racismo, quatro homens gays negros de classe média: Wilson Ferreira Menezes, Benê J. dos Santos, Marco A. Ferraz e Orlando S. Paiva.

Nos dois relatos apresenta-se a situação em que os rapazes foram impedidos de acessar o espaço de uma boate pela marca da diferença étnico-racial no corpo. Para afastar a suspeita de racismo, a boate utilizou o argumento de que “a casa estava lotada”, ainda que continuasse a permitir “a entrada de grupos de cinco e oito pessoas de uma vez logo depois de proibir, a entrada de duas pessoas com o motivo de 'casa lotada', sem ter saído ninguém de lá dentro”.

Nós alegamos que a maneira em que fomos recebidos pelo 266 West foi por sermos negros. Aproveitamos a ocasião para acrescentar que o homossexual brasileiro nunca deve se queixar dos preconceitos existentes na nossa sociedade enquanto ele mesmo mantiver determinadas restrições para com o seu próximo de cor. (*Lampião da Esquina*, ed. nº 13, jun. 1979, p. 2).

Ainda que possa ser interpretada como “bem intencionada” a publicação do artigo de Schwartz criticando a ideia de “harmonia racial” pregada por Gilberto Freyre em artigo assinado à *Folha de S. Paulo*, e citando o caso de racismo na boate *266 West* como exemplo de que não existe democracia racial no Brasil, não inaugura um fato novo, pois trata-se de uma narrativa contada por quem não sofreu o racismo diretamente. Nesse sentido, enxergamos a publicação da carta das pessoas que sofreram o racismo como o fato mais importante para se pensar as mudanças que as lutas ativistas que reclamavam ao mesmo tempo diferença e igualdade provocaram no contexto em que *Lampião* estava inserido.

Em vez de considerar a sexualidade como um todo unificado, devemos reconhecer que há diversas formas de sexualidade: de fato, existem muitas sexualidades. Há sexualidades de classe e sexualidades específicas de gênero, há sexualidades raciais e sexualidades de luta e reivindicação. ‘A invenção da sexualidade’ não foi um acontecimento único, agora perdido no passado remoto. É um processo contínuo que simultaneamente atua sobre nós e do qual somos atores, objetos de mudança e sujeitos dessas mudanças. (WEEKS, 1998, p. 46, tradução nossa).

O próprio fato do jornal justificar a diferença de destaques entre os textos é prova dessas transformações: “Já tínhamos programado a publicação de artigo de Jorge Schwartz, quando nos chegou às mãos uma carta, denunciando o mesmo fato [...]”. Assim, acreditamos que editores do jornal passaram a reconhecer os signos do racismo, denunciado pelos ativismos negros, e não queriam ser interpretados como racistas, explicando a razão da publicação do artigo de Schwartz.

A novidade que surge para nós, então, é a de que as diferenças étnico-raciais, de gênero e de sexualidades, que sempre existiram a partir de processos históricos, passaram a ser visibilizadas no terreno das relações humanas, levando produtores de sentido, como jornalistas, a considerarem suas implicações. Mudanças fortes estavam na esteira deste novo momento em que tensionar a existência das diferenças nos ajudava a sair dos guetos que elas nos empurravam: O *boom* de ativismos reclamando simultaneamente igualdade e diferença⁴⁶, provocaram disputas no ambiente social visibilizando como nunca antes a diferença.

Imagem 15 - Notícia “Quando o machismo fica no porão”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n.º 11, abr. 1979, p. 11.

No entanto, o rearranjo semântico nos discursos em relação à diferença também foram assimilados para mascarar a conservação do *status quo*, segundo João Silvério Trevisan neste

⁴⁶ Para Carole Vance (1989, p. 38, tradução nossa), “A investigação feminista sobre a sexualidade deve ser encarada mediante uma dialética entre especificidade e generalização, e suportar sua contínua tensão.”

artigo publicado em Lampião. Em seu relato sobre o 1º Congresso da Mulher Paulista, Trevisan faz uma autocrítica sobre o machismo. Ele expõe que a presença de homens convidados ao evento, em sua maioria de heterossexuais, mas também alguns gays, já cientes dos sentidos construídos sobre o machismo, passaram a guardá-los “no porão” naquele ambiente. E explica que, ainda assim, as práticas machistas acabaram se revelando:

A maioria dentre nós tinha vindo para **ajudar** as mulheres a serem menos passivas, **convencê-las** da importância de ter uma participação política e **mostrar-lhes** que elas também são seres humanos. Sob esse manto de "profunda compreensão", muitos estavam ali para continuar um processo: o de dizer às mulheres tudo o que elas deveriam fazer. Essa postura paternalista ficou mais evidente quando se discutiu a questão da sexualidade e frigidez feminina. (Lampião da Esquina, ed. nº 11, abr. 1979, p. 11).

Assim, Trevisan alerta que “a absorção de certos conceitos ‘perigosos’ funciona como forma sutil de não mudar nada.”. Haveria, portanto, uma contradição inexorável, pela qual na medida em que os diferentes ativismos construíam mudanças, o sistema social criava “defesas”: “Vários temas deixaram de ser ofensivos, entrando no processo de recuperação que o sistema utiliza para neutralizar potencialidades daninha.”. Uma transformação, no entanto, estava consolidada: as mensagens de pessoas subalternizadas passaram a circular com mais força não só nos movimentos sociais como na academia e na imprensa tradicional.

Nesse processo, a visibilidade da diferença e os sentidos construídos sobre ela guardaram com a linguagem uma grande relação: “Há alguns meses atrás, a Folha de S. Paulo ainda substituiu pudorosamente a palavra "lésbica" por "feminista". Hoje, esse jornal noticia até mesmo o encontro de homossexuais na USP.”. Dessa forma, palavras antes consideradas “ofensivas”, “perigosas” ou “tabus” deixavam de ser parte da linguagem só dos guetos, além de passarem por deslocamentos em seus sentidos sociais.

4 “AS PALAVRAS: PARA QUÊ TEMÊ-LAS?”⁴⁷

“[...] podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.”

Eni Orlandi⁴⁸

Para a tarefa de relacionar Comunicação, Cidadania e Diferença, partimos da ideia de que as palavras, inclusive a palavra impressa/escrita, carregam relações históricas com os sistemas de poder. Por isso, neste momento precisamos admitir, como Louro (2014), “que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história”, e que elas estão implicadas “linguística e politicamente”. Assim, quando pensamos os conjuntos de palavras acessados quando pensamos na diferença, estamos diante de marcas simbólicas históricas, produtoras e reprodutoras de sentido. Nessa perspectiva, os sentidos das palavras guardam especial relação com os processos de manutenção das desigualdades, mas também de sua subversão.

Assim, no contexto do Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, pessoas subalternizadas alcançam uma percepção destes processos, criando formas de resistência que passam tanto pela ressignificação das palavras que as prescrevem lugares sociais de subalternidade quanto pela “tomada da palavra” (DIAS, 2014) garantida apenas a determinados sujeitos sociais.

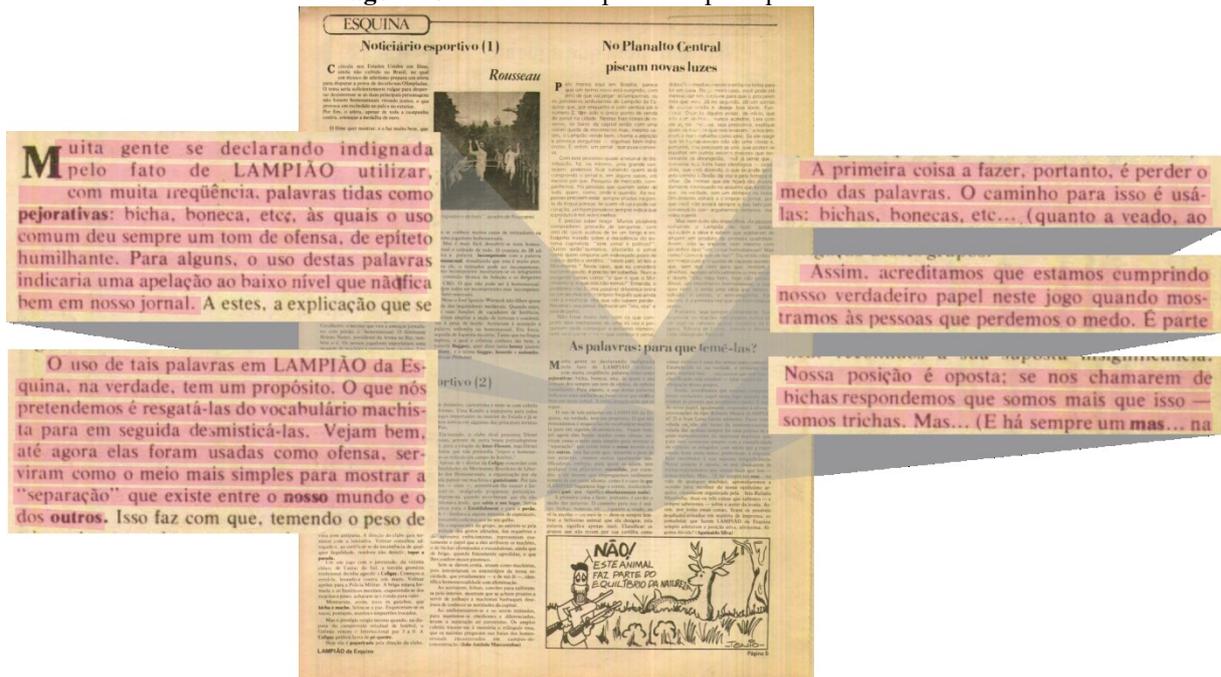
Na notícia “As palavras: para que temê-las?”, assinada por Aguinaldo Silva⁴⁹, aferimos que Lampião da Esquina avoca palavras que estigmatizam a homossexualidade, propondo “resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las”. Para Agnaldo, sinalizando opinião de Lampião como um todo, “a primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras.” Entendendo que as palavras são instrumentos para classificar pessoas e reprimi-las, a notícia propõe que não temamos “o peso de tais palavras”, para não sermos reféns de seus significados sócio-históricos estabelecidos.

⁴⁷ Título extraído de notícia publicada na seção Esquina da edição nº 3, de 25 de julho a 25 de agosto de 1978, do jornal Lampião da Esquina.

⁴⁸ Cf. Orlandi, 2009, p. 42-43.

⁴⁹ Editor de Lampião da Esquina: “Jornalista especializado em assuntos policiais, escritor (tem dez livros publicados), tem uma longa experiência na imprensa alternativa: colaborou com Opinião desde os primeiros números, e é um dos fundadores de Movimento.” (Lampião da Esquina, edição nº 0, abril de 1978, p. 2).

Imagem 16 - Notícia “As palavras: para quê temê-las”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 3, jul./ago. 1978, p. 5.

Assim, busca-se a assunção das palavras para retirar tanto seus sentidos pejorativos quanto sua possibilidade de ser usada contra nós. “Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas respondemos que somos mais que isso — somos trichas.”. Esta acepção de que as palavras são instrumentos de poder e podem mudar de sentido segundo as posições das pessoas que as empregam está de acordo com o que assinala Orlandi (2009).

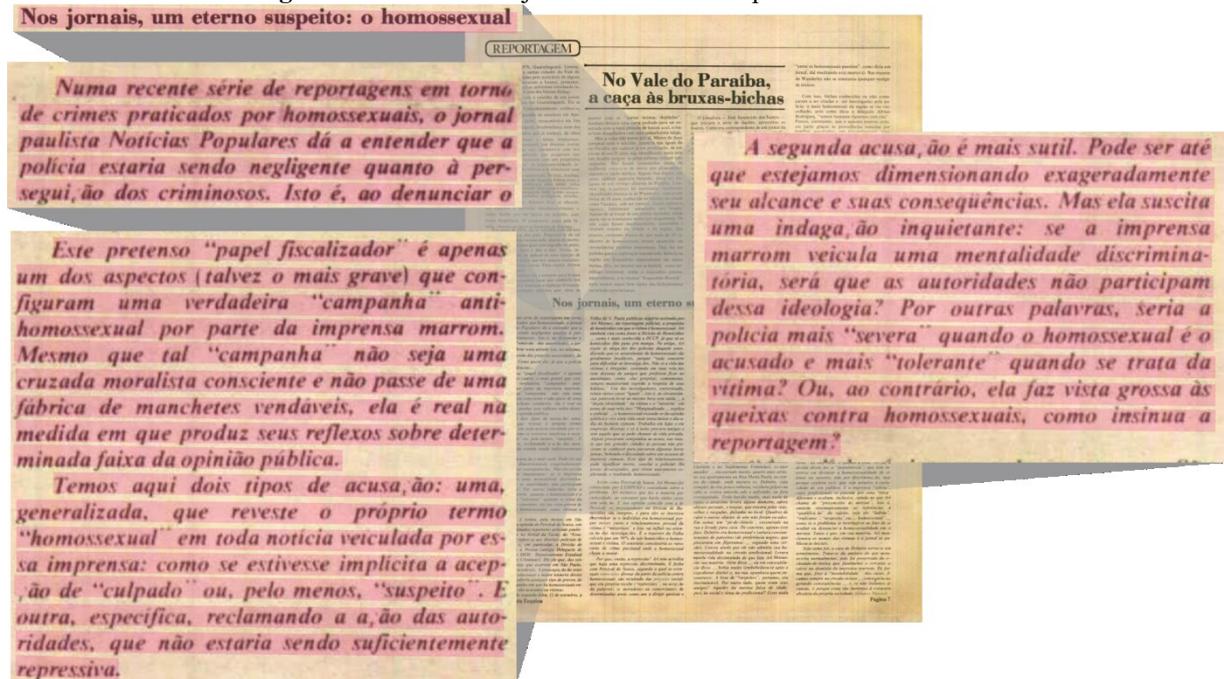
Na medida em que “as palavras podem significar muitas coisas” e que “elas são fugidias, instáveis e têm múltiplos apelos...”⁵⁰, sempre implicados politicamente, chamar para si seus sentidos construídos, ressignificando-os, é lida por nós como uma estratégia contracultural. E é por meio da palavra impressa, e do controle de uma plataforma capaz de veiculá-la, que as pessoas homossexuais que escreveram em *Lampião da Esquina* puderam imprimir os sentidos de suas próprias narrativas sobre o mundo social.

Pensando nisso, nos miramos no horizonte indicado por Carole Vance, para a qual “a palavra impressa é frequentemente o enclave da cultura dominante e é usada para reforçar a invisibilidade cultural, as vozes dos grupos de baixo nível são relativamente ausentes dos textos dominantes”. (VANCE, 1989, p. 29, tradução nossa).

⁵⁰ Cf. Louro, 2014, p. 18.

A chamada imprensa de “referência”⁵¹ quando raramente mencionava as homossexualidades, substituíam as palavras que considerava “perigosas” invisibilizando as pessoas referidas por aquelas palavras. Além disso, tanto esta imprensa quanto os jornais “populares”⁵², retratavam pessoas homossexuais de formas depreciativas, co-fabricando com outras narrativas os discursos de sua abjeção: seres não humanos, *corpus* de crimes, pecados e perversões.

Imagem 17 -Notícia “Nos jornais um eterno suspeito: o homossexual”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 6, nov. 1978, p. 7.

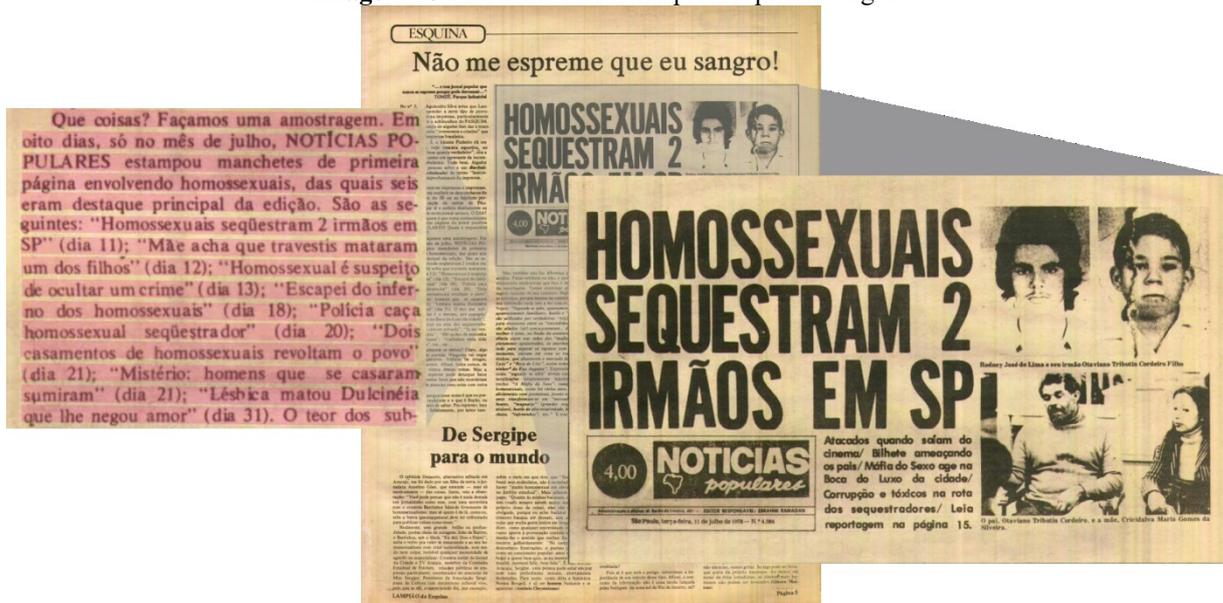
⁵¹ Márcia Franz Amaral (2006, p. 3) considera “jornais de referência os grandes jornais consagrados econômica e politicamente ao longo da história, que dispõem de prestígio no país e são dirigidos às classes A e B. Os jornais de referência são também conhecidos como *quality papers* e considerados veículos de credibilidade entre os formadores de opinião.” Estamos tomando como parâmetro estes jornais “tradicionais”, geralmente em formato *standard*, que se apresentam como portadores de técnicas “objetivas” de informação, no que pese seus alinhamentos políticos com o regime militar ou a força da censura.

⁵² Jornais em formato tabloide, popularizados, com apelos à vendagem. Não se confundem com a comunicação popular. “São jornais baratos, com baixa paginação, vendidos em bancas, que abrigam publicidades de produtos destinados ao público de baixa renda. Também se utilizam de elementos culturais historicamente destinados aos setores populares ou produzidos por eles. Mas o termo “popular”, não significa necessariamente contra-hegemônico, identifica apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato.” (AMARAL, 2006, p. 10-11).

Neste artigo, Glauco Mattoso⁵³ tece críticas a uma “série de reportagens em torno de crimes praticados por homossexuais” realizada pelo jornal paulista Notícias Populares. Para ele, a “imprensa marrom”, por trás de um “pretensão ‘papel fiscalizador’”, estaria realizando “uma verdadeira ‘campanha’ anti-homossexual”. Apreendemos do discurso de Glauco Mattoso que esta “campanha” “produz reflexos sobre determinada faixa da opinião pública”.

Para Louro (2014, p. 67), “o processo de ‘fabricação’ dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível”, por isso, “são, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança”. Este outro trecho, de outra notícia assinada por Glauco Mattoso, publicada em *Lampião*, também nos auxilia na compreensão de como os sentidos construídos pelo jornalismo cotidiano contribuem para a manutenção da cultura heteronormativa dominante.

Imagem 18 - Notícia “Não me espreme que eu sangro!”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 4, ago./set. 1978, p. 5.

⁵³ Apontado nos expedientes como colaborador do *Lampião da Esquina* por São Paulo. Em *Notícia bibliográfica*, na obra *Desilluminismo* (2016) consta: “O nome artístico do poeta Glauco Mattoso (que também é ficcionista, cronista e philologo) é um dos pseudonymos de Pedro José Ferreira da Silva (paulistano de 1951) e trocadilha com “glaucomatoso” (portador de glaucoma, doença congênita que lhe acarretou perda progressiva da visão, até a cegueira total em 1995), além de alludir a Gregorio de Mattos, de quem é herdeiro na satyra política e na critica de costumes”.

De fato, conteúdos de silenciamentos ou difamatórios em relação a pessoas homossexuais marcaram tanto a imprensa “de referência” quanto os jornais “populares”. Contudo, estamos propondo ir além, e apresentar que a invisibilidade lésbica⁵⁴, negra⁵⁵ e de classe⁵⁶, mesmo em publicações escritas por feministas e gays, fazem parte de dinâmicas estruturais dentro de espaços construídos por pessoas que também carregam marcas de processos de subalternização.

Andamos com Medina (2003) no entendimento de que ao narrar o mundo, organizando “o caos em cosmos”, estamos diante da “possibilidade complexa e democrática de tecer as múltiplas vozes (polifonia) e os múltiplos significados (polissemia)”. Ou seja, nos deparamos com a possibilidade de pensar a diferença nas construções simbólicas, entre elas na produção jornalística. Quebrar o silêncio e “nomear o inominável”, no sentido proposto por Vance (1989), é ação que gera mudanças extraordinárias, tão alegres e inesperadas quanto excitantes e assustadoras.

Por este mesmo caminho, estamos com Angelita Lima (2018, p. 28) quando afirma que “a palavra transforma vidas quando insubmissa. Desloca ideias fixas, revela verdades perdidas, escondidas ou esquecidas, e aponta para o desconhecido. Quando a palavra amplia a percepção e o imaginário, amplia potencialmente a vida”.

⁵⁴ Indicada por Carole Vance (1989, p. 29-30, tradução nossa): “Da mesma forma, as subculturas lésbicas estão ausentes dos testemunhos escritos, embora tenham reagido fortemente contra uma representação parcial e distorcida de lésbicas na cultura dominante, que achava ao mesmo tempo ridículo e perigoso reconhecer o amor entre mulheres.”

⁵⁵ Apontada por Lélia Gonzalez (1984, 2018).

⁵⁶ Reclamadas por cartas de pessoas leitoras de *Lampião da Esquina*, como esta: “Queridas, vocês escrevem livros, pintam retratos, donas de antiquários; enfim, labutam nas artes em geral; organiza-se e faz um jornal; procuram manter aquele círculo fechado; está divino e maravilhoso; agora não me venha com esta de que estão escrevendo no Jornal em prol homossexualismo, vocês não estão fazendo nada pelas bichas pobres!” (*Lampião da Esquina*, ed. n° 8, jan. 1979, p. 13).

4.1 “Ainda o auê das palavras”⁵⁷

“Não é por falta de uso que as palavras morrem, não; elas só morrem e, portanto, deixam de ser usadas, quando perdem o sentido. [...] Vamos passar um dever de casa pra você: medite sobre os vários significados que nos últimos anos teve a palavra democracia entre nós, e depois nos escreva sobre isso”.

Lampião da Esquina (ago./set. 1978, p. 18).

Este trecho destacado refere-se a resposta de Lampião da Esquina, na editoria Cartas na Mesa, a um leitor que critica o jornal por se referir a homens homossexuais como “bicha, boneca, etc”. O leitor entende que “usar os mesmos termos que a sociedade machista usa para marginalizar a classe homossexual contribui para que os mesmos permaneçam arraigados na mente de nosso povo”. É um ponto de vista. O jornal se posiciona a partir de outro olhar, que enxerga na disputa de sentidos - não em silenciar as palavras - instrumentos de libertação.

Se partirmos do pressuposto de que Jornalismo se faz por meio de palavras, e de que os sentidos que as palavras carregam são instrumentos de poder, ampliamos as lentes no exercício de ler os jornais como plataforma política⁵⁸. Ana Flávia Magalhães Pinto (2014), ao analisar literatos negros no cenário das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, apresenta processos que invisibilizaram autores negros nas narrativas jornalísticas e literárias sobre o Brasil do período estabelecendo relações entre o racismo, a escrita e a precariedade na cidadania de pessoas negras.

A autora localiza textos publicados na imprensa e na literatura, raramente acessados como documentos de seu tempo, escritos por Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, entre outros. Estes “diferentes pensadores e literatos negros forjaram suas trajetórias, vivenciaram incertezas, estabeleceram suas estratégias e alianças e, sobretudo, construíram seus entendimentos sobre o país do qual se consideravam parte e participantes” por meio do acesso ao debate público via escrita. No entanto, ela apresenta que esse pertencimento à escrita fora “atacado em virtude de sua origem racial”.

⁵⁷ Extraído de título homônimo da carta de uma pessoa leitora enviada ao Lampião da Esquina e publicada na edição nº 4, de Agosto/Setembro de 1978, p. 18.

⁵⁸ Cf. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX, de Ana Flávia Magalhães Pinto (2014).

Assim, caminhamos com Ana Flávia M. Pinto (2014, p. 26), na direção em que a imprensa assume “um lugar privilegiado”: “E ao ocuparem as colunas dos jornais, eles [literatos negros] tanto localizavam suas particularidades no cenário amplo quanto contribuíam para evidenciar o quão estreitos podiam ser os caminhos criados para os futuros passos do país”.

As narrativas que nos ancoramos sobre o pensamento comunicacional nesse exercício, afiliam-se à perspectiva da dialogicidade de Paulo Freire (2015). Ao tratar dos limites de comunicação entre o agrônomo (extensionista rural) e o camponês, por meio da dificuldade de diálogo entre os sujeitos comunicantes, Freire descreve as linhas gerais de uma Comunicação emancipatória. É este o caminho que procuramos ao pensar a diferença na busca por transformação social.

Se o sujeito 'A' não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito 'B', em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito 'B' em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual se pensa. Se assim fosse - e quando assim é -, não haveria nem há comunicação. Simplesmente um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados. (FREIRE, 2015, p. 86).

Assim, Freire questiona a estrutura comunicativa opressora, em que determinado sujeito comunicante vê seu interlocutor como objeto, e não como sujeito - possuidor da mesma dignidade que o locutor. Pensando assim, acreditamos que as lutas por reconhecimento das vozes de diferentes sujeitos na inscrição de narrativas sobre o mundo social é a chave para uma comunicação libertadora.

Por este caminho, a Ética da Libertação de Dussel (2000) adota a ideia de que a comunicação para ser transformadora deve visar processos de dialogicidade com (outras) vozes excluídas. Ele afirma que a diferença “entre a Ética do Discurso e a Ética da Libertação situa-se precisamente no seu ponto de partida. A primeira parte da própria comunidade de comunicação; a segunda, dos afetados excluídos dessa comunidade: as vítimas da não-comunicação” (DUSSEL, 2000, p. 418).

Pessoas homossexuais vivenciavam uma não-comunicação no contexto em que Lampião surge. Observamos isso não apenas na forma depreciativa como pessoas homossexuais eram retratadas, geralmente contada por vozes heteronormativas, mas também na recusa em publicar textos que abordassem a homossexualidade do ponto de vista de

pessoas homossexuais, tanto de jornais da chamada grande imprensa quanto dentro da denominada imprensa alternativa.

Imagem 19 - Notícia “Uma entrevista que ninguém ousou publicar”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 2, jun./jul. 1978, p. 10.

Aqui temos o registro publicado em *Lampião* dos argumentos que editores de jornais alternativos colocaram para não publicarem uma entrevista com Winston Leyland, diretor-editor do *Gay Sunshine Press*, considerado por *Lampião* “o mais antigo jornal americano em circulação” à época. O *Gay Sunshine* foi o jornal que inspirou os literatos gays que compuseram o corpo editorial de *Lampião da Esquina* à criação deste impresso⁵⁹. Os contatos infrutíferos com o jornal *Movimento*, a revista *Versus* e o jornal *O Beijo* revelaram a presença de uma cultura homofóbica, mesmo dentro da chamada imprensa alternativa.

Em nossa leitura, esses processos culturais homofóbicos encontram raízes na ausência de reconhecimento do outro, a pessoa homossexual, como sujeito igual. O procedimento dialógico em Freire (2000) é limítrofe ao “princípio moral de validade” da argumentação para Dussel (2000), a partir do reconhecimento dos “outros e a si mesmo como sujeitos morais iguais”. Por meio deste princípio, “se permite que participem na argumentação co-solidariamente enquanto afetados éticos em suas necessidades.” (DUSSEL, 2000, p. 215).

⁵⁹ A criação do jornal ocorreu após reuniões realizadas em novembro de 1977, motivadas pela visita de Winston Leyland ao Brasil. O objetivo da visita era reunir textos para serem publicados em uma antologia de poesias e prosas escritas por gays latino-americanos. cf. *Lampião da Esquina*, edições nº 0 e nº 2.

Em Lampião encontramos ainda a confissão de um premiado escritor heterossexual sobre o não reconhecimento do outro, o homossexual, como sujeito moral igual. Traduzido por Clóvis Marques⁶⁰, o texto intitulado “O vilão homossexual” foi escrito por Norman Mailer, jornalista e escritor tido como ícone⁶¹ da contracultura estadunidense dos anos 1960, ganhador de dois *Pulitzer*, e fundador do jornal alternativo *The Village Voice*. Nele, Mailer confessa preconceitos existentes em suas narrativas, e assume a importância da comunicação na construção dos sentidos:

Afinal, tenho sido tão culpado quanto qualquer romancista contemporâneo de atribuir conotações desagradáveis, ridículas ou sinistras aos personagens homossexuais (ou, mais precisamente, bissexuais) em meus romances. Quando escrevi esses romances, eu era conscientemente sincero. Efetivamente acreditava - como tantos heterossexuais - que existia uma relação intrínseca entre homossexualidade e 'mal', e me parecia perfeitamente natural, e simbolicamente justo, tratar o assunto dessa maneira. A ironia é que eu não conheci um único homossexual em todos aqueles anos. Naturalmente encontrara homossexuais, reconhecera alguns como homossexuais, 'suspeitara' de outros e percebi anos depois que um ou dois amigos chegados eram homossexuais, mas nunca conhecera um no sentido humano, o que significa olhar os sentimentos do amigo através dos olhos dele, e não dos seus. Eu não conhecia nenhum homossexual porque obviamente não queria. Bastava-me reconhecer alguém como homossexual para deixar de considerá-lo seriamente como pessoa. Ele poderia ser inteligente, corajoso, bom ou espirituoso, virtuoso ou torturado - não importava. Eu sempre o via, na melhor das hipóteses, como ridículo, e na pior - de novo a palavra - sinistro. (Lampião da Esquina, ed. nº 5, out. 1978, p. 7)

Ao ler a confissão de Mailer, inferimos que os conteúdos simbólicos de sua produção evidenciam opressões que impedem práticas dialógicas, eticamente libertadoras. Para desafiar a Comunicação, pensada como plataforma política produtora de sentidos, acompanhamos o pensamento de Dias (2014, p. 342), ao refletir que “se a relação é horizontal de trocas, de coconstrução, em solidariedade, as transformações positivas e afirmativas do mundo vêm na sequência, o mundo volta-se modificado”.

Esta transgressão por meio de práticas libertadoras está presente também no pensamento de bell hooks (2013, p. 174) que resgata a prática do diálogo para “cruzar as

⁶⁰ Editor de Lampião da Esquina: “Jornalista e tradutor, faz crítica e cinema. Sub-editor do Guia de Filmes publicado pela Embrafilme, é correspondente, no Brasil, de Film Dope, de Londres.” (Lampião da Esquina, edição nº 0, abril de 1978, p. 2).

⁶¹ Cf. Biografia. Disponível em: <<https://www.biography.com/people/norman-mailer-9395669>>. Acesso em 11 dez. 2018.

fronteiras, as barreiras que podem ser erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças”. Ou seja, a teorização interseccional está vinculada às práticas do vivido - um vivido que pode ser transformador ao invés de opressor.

Em complemento, a comunicação transformadora se vincula às possibilidades de diferentes vozes tecerem suas próprias narrativas sobre o mundo social. Para Marques de Melo (1998, p. 266), a opressão de que fala Freire “é uma situação concreta de homens injustiçados, roubados, principalmente na sua palavra. O oprimido é que não se comunica. É alguém que recebe comunicados. A opressão maior é talvez o seu silêncio, pois quando fala é para reproduzir a fala de seu opressor”. A própria história dos estudos em comunicação na América Latina expõe esta busca pela “tomada da palavra”.

Os estudos acerca das teorias da comunicação, enquanto esforço teórico de classificar as diferenças epistemológicas em escolas ou paradigmas, frequentemente associam Paulo Freire e Marques de Melo, com os quais caminhamos, à chamada Escola Latino-Americana. Os contornos desse enquadramento fazem frente à hegemonia das narrativas euro-americanas sobre os modelos de se fazer comunicação. Isto posto, julgamos necessário tangenciar aqui parte da trajetória dos estudos de Comunicação na América Latina, em suas relações com a Cidadania, para melhor compreendermos a Comunicação que fazemos.

Para Marques de Melo (2003), as pesquisas em Comunicação na América Latina, inicialmente impulsionadas por interesses externos, se desenvolveram, ao largo de tensionamentos, ao ponto de conquistarem sua própria autonomia teórica e metodológica. Esta trajetória de busca por uma alternativa epistemológica na pesquisa em Comunicação gerou novas narrativas sobre o pensamento comunicacional.

Ainda de acordo com Marques de Melo (2003), os estudos de Comunicação na América Latina ganharam impulso a partir da década de 1960 após a implantação em Quito, no Equador, apoiada pelo governo estadunidense, do Centro Internacional de Estudos Superiores de jornalismo para a América Latina - CIESPAL. Tratava-se de um importante centro de pesquisa em Comunicação que atraiu importantes investigadores latino-americanos. A proposta inicial, de viés funcionalista, era “incentivar” o “desenvolvimento social” a partir da Comunicação de massa, mas os processos de disputas sociais, concomitantes às pressões de movimentos, acabaram o transformando em centro de resistência e crítica latino-americana às políticas hegemônicas.

Não foi apenas a limitação do modelo hegemônico o que nos obrigou a mudar de paradigma. Foram os fatos recorrentes, os processos sociais da América Latina, os que estão transformando o "objeto" de estudo dos investigadores da Comunicação." (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 282).

A partir desta crescente crítica à realidade econômica, social, política e cultural, os estudos em Comunicação na América Latina ganharam oxigênio ao questionar a dependência cultural e propor alternativas comunicacionais como ferramentas estratégicas de desenvolvimento. Marques de Melo (1998) afirma que o primeiro encontro de pesquisadores latino-americanos da Comunicação ocorreu em 1973, na Costa Rica, promovido pelo CIESPAL. Este encontro revelou uma autocrítica do próprio CIESPAL e o reconhecimento das discordâncias teórico-metodológicas dos pesquisadores em relação aos seus financiadores. O episódio simbolizou um marco na Escola Latino-Americana. Suas constatações são:

a) Reconhece o caráter dependente da teoria da Comunicação e da metodologia da pesquisa correntes na região. Produto de um reconhecimento gerado nos países metropolitanos, tem sido aplicado indiscriminadamente às distintas situações regionais, com resultados obviamente inadequados e quase sempre distorcidos. b) Propõe a busca de alternativas teóricas e metodológicas capazes de oferecer soluções para os problemas enfrentados pelos países latino-americanos. [...]. c) prioriza dois aspectos a serem investigados: o papel da Comunicação na organização e mobilização populares. (MARQUES DE MELO, 1998, p. 94-95).

Este redirecionamento do CIESPAL deu início a uma nova fase preocupada com a organização e mobilização populares. Este modelo era influenciado por dinâmicas sociais, num contexto de efervescência política. Seus desdobramentos repercutiram em toda a região. Durante os anos 70 e 80 surgem outras instituições de pesquisa em Comunicação⁶². Neste intenso período de busca por alternativas comunicacionais, o trabalho investigativo e questionador das pessoas pesquisadoras reunidas nestes centros construiu as bases do modelo latino-americano para a pesquisa em Comunicação. Suas teses tiveram ressonância nas principais escolas de Comunicação da América Latina⁶³.

⁶² CEREN - Centro de Estudos da Realidade Nacional, no Chile de Allende; ILET - Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais, no México; ININCO - Instituto de Investigaciones de la Comunicación, na Venezuela. cf. MARQUES DE MELO (2003, p. 71).

⁶³ INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação; ALAIC - Asociación Latino-Americana de Investigadores de la Comunicación; COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. cf. MARQUES DE MELO (1998, p. 79).

Também na década de 1970 os latino-americanos foram precursores ao questionar o modelo clássico de comunicação e ao propor sua substituição". [...] Por se opor a ele como mecanicista, autoritário e conservador, vários comunicólogos da região empreenderam, de forma gradual mas decidida e criativa, o desenho do diretrizes básicas para a construção de um modelo diferente. Ou seja, eles começaram a repensar a natureza do fenômeno da comunicação em termos de sua realidade econômica, social, política e cultural. (BELTRÁN, 2005, p. 19-20, tradução nossa).

Um dos desdobramentos da crítica latino-americana foi a sua influência na construção do Relatório MacBride, documento elaborado pela Comissão Internacional para Estudos dos Problemas de Comunicação, da Unesco, que questionava as assimetrias nos fluxos de informação entre Norte e Sul, a hegemonia dos conteúdos e consequente dependência cultural. Desse modo, a Escola Latino-Americana surge como alternativa para se pensar a Comunicação, especialmente no seu papel na educação e na mobilização social.

Nos interessa para nossa investigação, especialmente, que essa busca de novos modelos comunicacionais pensados por pesquisadores eram expressões das demandas sociais de movimentos que questionaram a comunicação cotidiana hegemônica, criando a comunicação popular e abrindo espaço para o surgimento da chamada imprensa alternativa, da qual o jornal *Lampião da Esquina* fez parte - segundo nossas observações.

De acordo com Cicilia Peruzzo (2008, p. 3), “a imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade”. Para ela (2008, p. 49-50), a comunicação alternativa “é um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa”.

Deste modo, a partir das definições de Peruzzo (2008) localizamos o jornal *Lampião da Esquina* como um impresso alternativo que funcionou como plataforma política, na hipótese de nosso estudo, carregada de tensionamentos. Assim, consideramos que o *Lampião da Esquina* era um instrumento político para grupos subalternizados na medida em que externava pontos de vista de homens gays, e, em nossa leitura, tensionados por narrativas de outras pessoas subalternizadas.

No contexto social brasileiro da década de 1970, “o *Lampião*, mais que qualquer outro órgão da imprensa, abriu e sustentou a discussão sobre o homossexualismo e teve importância ao difundir a idéia de militância política homossexual.” (MACRAE, 1983, p. 55). Embora o

Lampião não fosse um movimento, sua existência ocorreu simultaneamente à ampliação dos grupos homossexuais no Brasil, estimulando-a.

Lampião da Esquina foi marcado como veículo que carregava uma canalização política para diferentes grupos homossexuais, ainda que focado em homens gays. “Embora o Lampião nunca tenha se colocado como porta-voz do movimento e tenha sempre afirmado a total autonomia de sua linha editorial, ele servia como ponto de referência e disseminava no país inteiro notícias sobre as atividades dos grupos”. (FRY e MACRAE, 1985, p. 30).

Imagem 20 - Box “Escolha seu grupo”.

ESQUINA
Nossas mulheres em Copenhague
Troca 3

Escolha Seu Grupo

"GOLS" — ABC — Grupo Opção A
Liberdade Sexual — Caixa Postal 426,
Santo André, SP — CEP 09.000.

GATHO — Grupo de Atuação
Homossexual/PE — Centro Luiz Freire,
rua 27 de Janeiro, Carmo, Olinda, PE —
CEP 53.000.

NÓS TAMBÉM/PB — Rua Orris
Soares, 51, Castelo Branco, João Pes-
soa, Paraíba — CEP 58.000.

AUÊ/Recife — Rua Francisco
Soares Canha, Quadra 2, Bloco 5, aptº
301, 2º andar, Curado III, Jaboatão,
Pernambuco — CEP 54.000.

GRUPO GAY DA BAHIA — Caixa
Postal 2552, Salvador, Bahia — CEP
40.000.

TERCEIRO ATO/BH — Caixa Postal
1720, Belo Horizonte, Minas Gerais —
CEP 30.000.

BEIJO LIVRE/Brasília — Caixa Pos-
tal 070812, Brasília, DF — CEP 70.000.

SOMOS/RJ — Caixa Postal 3356,
Rio de Janeiro, RJ — CEP 20.100.

AUÊ/RJ — Caixa Postal
16218/25029/65022, Rio de Janeiro, RJ
— CEP 20.000.

SOMOS/Sorocaba — Rua Fuad
Bachir Abdala, 53 aptº 31, Sorocaba,
SP — CEP 18.100.

LIBERTOS/Guarulhos — Caixa
Postal 132, Guarulhos, SP — CEP
07.000.

GRUPO DE SANTO ANDRÉ — Caixa
Postal 426, Santo André, SP — CEP
09.000.

GRUPO LÊSBICO-FEMINISTA/SP
— Caixa Postal 293, São Paulo, SP —
CEP 01.000.

EROS/SP — Caixa Postal 5140, São
Paulo, SP — CEP 01.000.

SOMOS/SP — Caixa Postal 22196,
São Paulo, SP — CEP 01.000.

FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA
CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/SP —
Av. Afonso Bovero, 815, Vila Pompêa,
São Paulo, SP — CEP 05.019.

GRUPO OUTRA COISA/SP — Caixa
Postal 8906, São Paulo, SP — CEP
01.000

Atenção turmas de Porto Alegre e
Goiânia: Quem estiver a fim de formar
um grupo nestas cidades, basta entrar
em contato com o seguinte pessoal:
Porto Alegre — Grupo Feminista "Cos-
tela de Adão", Caixa Postal 10.056 —
Porto Alegre — RS — CEP 90.000 e
Goiânia — Tom, Caixa Postal 10.047 —
Goiânia — Goiás — CEP: 74.000. Este
pessoal tem mil dicas e informações
para passar. Entre nesta festa!!

Fonte: Lampião da Esquina, ed. nº 27, ago. 1980, p. 12.

Esta “Cachoeira de Grupos Gueis” se formou pelas águas correntes da articulação nacional entre pessoas subalternizadas, a partir do compartilhamento de suas experiências, subjetividades e reivindicações políticas. Na luta contra o patriarcado, ao questionamento dos papéis de gênero e das hegemonias sexuais “ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo” (GREEN, 2000, p. 394). O controle do veículo por homens gays representou uma quebra na dominação heteronormativa da imprensa alternativa, mas excluiu possibilidades de afirmação lésbica.

Nessa toada, a Comunicação transformadora freireana passa por estratégias contraculturais, que ao nosso olhar são possíveis via pressões por uma maior dialogicidade. Com a ampliação das vozes impressas, e as conseqüentes disputas simbólicas por poderes, a imprensa alternativa, para nós, foi estratégica para a experimentação da cidadania, na medida em que se associava ao direito à livre expressão e à comunicação no Brasil do final da década de 1970. Não uma simples associação, mas tudo que ela representava: o acesso à construção dos sentidos sobre as narrativas sociais.

Alguns destes impressos, enquanto plataformas políticas, colocaram a diferença em pauta. Por nosso viés, funcionaram como uma experimentação da cidadania. Essas tentativas dialógicas ou a acusação de suas ausências, carregadas de tensão, em veículos como o *Lampião da Esquina*, foram simultaneamente libertadoras e limitadoras. O desafio continua para nossa imprensa contemporânea se pensarmos que a comunicação é estratégica para se repensar o mundo social: “Comunicação e liberdade são fenômenos coincidentes. Não dicotomizados. A comunicação só se faz autenticamente com liberdade. Por sua vez, a liberdade só se conquista pela comunicação” (MARQUES DE MELO, 1998, p. 266).

4.2 “Qual é a da nossa imprensa?”⁶⁴

Partimos da ideia de que pensar sobre “Qual é a do jornal Lâmpião da Esquina?” depende de reflexões sobre “Qual é a da nossa imprensa?”, seja a chamada grande imprensa, via jornais “de referência” e jornais “populares”, seja a denominada imprensa alternativa - e sua pluralidade de publicações. Fazemos este exercício com a intenção de pensar a Comunicação não apenas como mediadora de informações, mas como produtora/reprodutora de sentidos. Por isso, seguimos a ideia de Orlandi (2009, p. 21) para a qual “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”.

Ao pensar na Comunicação como produtora/reprodutora de sentidos, via significados inscritos em discursos, encontramos elementos nas edições do Lâmpião da Esquina que indiciam desigualdades de poder simbólico sobre as narrativas do mundo social. A partir de denúncias nas páginas analisadas, inferimos que nas produções da mídia brasileira do final da década de 1970 e início da década de 1980, a “distribuição da renda simbólica”⁶⁵ encontrava-se bastante concentrada na hegemonia das narrativas heteronormativas e masculinas contadas por vozes de pessoas brancas. Para Medina (2003), esta desigualdade de renda simbólica se vincula a processos situados antes e depois das veiculações. Por isso, para começar a falar de imprensa, julgamos importante mencionar quem a financia de forma majoritária: os anunciantes publicitários.

A produção simbólica que a propaganda realiza, em suas relações com a diferença, foi pauta da edição nº 17, de outubro de 1979, de Lâmpião da Esquina. Na ocasião, foram publicadas opiniões sobre o 2º Encontro Nacional de Criação Publicitária, promovido pelo Conselho Nacional dos Clubes de Criação, em São Paulo. Um dos assuntos que o encontro tratava era a discussão da relação da propaganda com “os grupos discriminados: mulher, negro e homossexuais, com presença de representantes de movimentos organizados destes grupos”.

⁶⁴ Título extraído de notícia homônima publicada na seção Esquina da edição experimental nº 0, de abril de 1978, do jornal Lâmpião da Esquina.

⁶⁵ Medina (2003) enxerga o produtor simbólico (jornalista, publicitário, romancista, etc) da comunicação como um interlocutor que atua tanto antes da veiculação, como voz social, fonte de significados, quanto depois, na distribuição da renda simbólica na comunicação coletiva, quando reelabora os sentidos distribuídos.

Imagem 21 - Notícia “Bichas, mulheres e negros no açougue do ‘marketing’”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 17, out. 1979, p. 3.

Após o encontro, *Lampião da Esquina* publicou duas opiniões sobre como a publicidade brasileira se relaciona com a Diferença. Um texto assinado por Antônio Chrysóstomo⁶⁶, e outro por Januário Garcia Filho⁶⁷, do Movimento Negro Unificado, convidados para um debate no evento. A infrutífera discussão é denunciada pelas duas opiniões, com tensionamentos dirigidos aos “profissionais que criam os anúncios”, sejam “diretores de criação, diretores de arte e diretores das agência de propaganda”.

Para Antônio Chrysóstomo, “o debate teria cumprido o seu fim se tivéssemos podido discutir livremente com os publicitários os estereótipos, a discriminação com que (mesmo quando também homossexuais) nos premiam em seus anúncios e filmetes.” Longe disso, o autor acusa a falta de diálogo que impediu que se abordassem as representações sociais na

⁶⁶ Editor de *Lampião da Esquina*: “Jornalista, especializado em música popular, escreveu, produziu e dirigiu vários shows. É um dos mais polêmicos críticos musicais do país.” (*Lampião da Esquina*, edição nº 0, abril de 1978, p. 2).

⁶⁷ Em pesquisa realizada por Nilma Neres Bispo e Elisângela de Jesus Santos (2017), intitulada “Leci e Januário: escrituras negras contemporâneas na música e fotografia”, publicado na *Revista Idéias*, da Unicamp, consta: “Januário é uma das principais lideranças orgânicas do Movimento Negro contemporâneo, além de ter sido um dos membros fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Possui formação e vivência no campo do cinema e, antes de atuar como fotógrafo profissional, na área da publicidade e imprensa, foi soldado paraquedista do Exército Brasileiro. As orientações da mãe serviram-lhe de luz que o conduziu, ainda nos anos 1970, ao trabalho de documentação visual, tanto dos momentos de articulação política e cultural do movimento negro brasileiro, quanto dos aspectos socioculturais da população negra e de grupos situados nos países do continente africano como Marrocos, Togo, Senegal, além de países da América Latina e Europa”.

propaganda nacional do contexto, que ele informa fomentar estas imagens sociais: “o negro é empregado doméstico ou varredor de rua; a mulher, um objeto-prêmio para o macho vencedor; a bicha, bicha mesmo, bem desmunhecada e ridícula em papéis de mordomo, cabelereiro etc.”.

Para Januário Garcia Filho, cujo texto publicado foi lido durante o encontro, “em todos os níveis da nossa sociedade é evidente o preconceito racial, e não seria a publicidade brasileira que iria fugir a este quadro.” Ele provoca que a propaganda “não está interessada em assumir a bandeira de luta de qualquer grupo discriminado”, mas também afirma “que não somos só um pequeno grupo. Temos certeza de que representamos um peso dentro do consumo estimulado pelos senhores e é exatamente por isso que viemos trazer nosso protesto”. Januário ainda questiona que “os homens que dirigem a publicidade no Brasil estabeleceram que o conceito de beleza, saúde e ascensão social é branco, dentro de uma nação em que o negro é maioria”. E conclui que “a propaganda, fator importante na mudança dos hábitos da população, tem cumprido até agora um papel não apenas alheio à realidade do negro; tem cumprido uma missão de preservar a história da discriminação do negro”.

As duas opiniões colocam no debate público, até onde as luzes do Lampião alcançam, as críticas dirigidas a estas pessoas que (re)produzem imagens simbólicas: publicitárias e publicitários. Para nós, este debate localizado no tempo ainda precisa ser pensado em nossos dias. Satler (2016) considera que a própria formação de profissionais da publicidade em cursos superiores deveria estimular saberes advindos da experiência vivida e da experimentação de linguagens, formatos e produção de sentidos. Assim, a ação docente pode ser conduzida considerando os aspectos culturais “como processos, como uma série de práticas que se referem à produção de sentidos construídos pelos membros de uma sociedade para interpretar o que está ao seu redor e dar significado ao mundo em que vivem” (SATLER, 2016, p. 21).

No ato de interpretar o que está ao redor, inclusive os processos culturais que definiram as desigualdades, os construtores simbólicos podem experimentar a tarefa de pensar a Diferença em igual dignidade. Entretanto, notamos na construção desta notícia em Lampião a ausência da publicação de opinião assinada por Maria Célia⁶⁸, publicitária carioca que

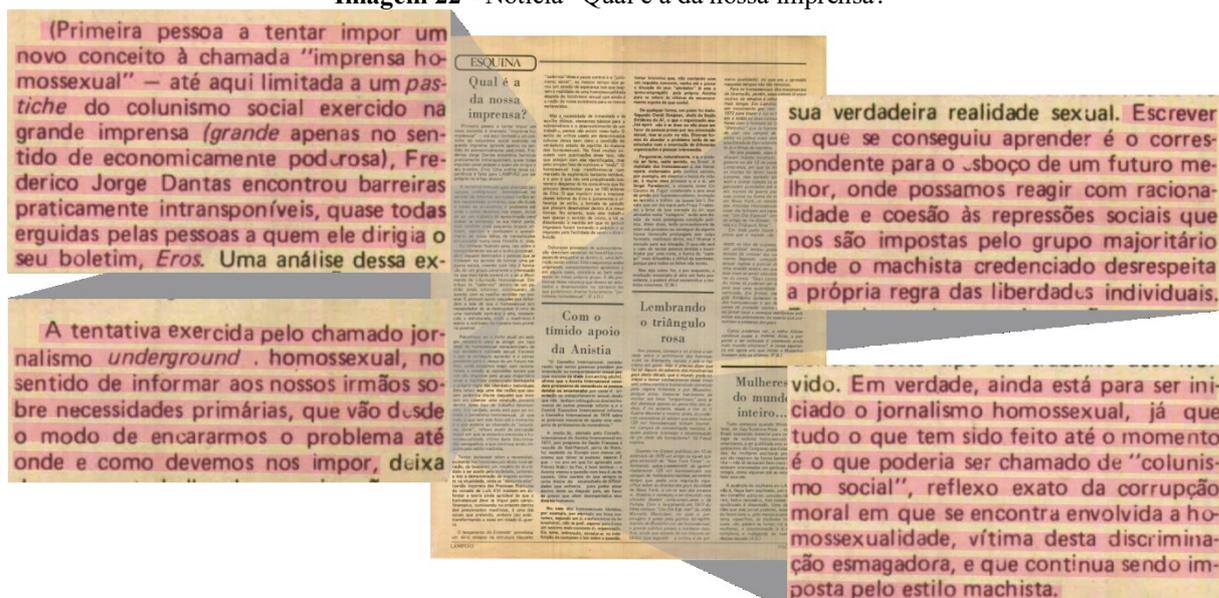
⁶⁸ Encontramos pistas no currículo Lattes da publicitária, artista plástica e professora carioca Maria Célia Santos Salgado que indicam ser ela a Maria Célia citada na reportagem. Em seu Lattes consta participação no “2º Encontro Nacional dos Clubes de Criação Publicitária. CCSP. Grupos Excluídos da Propaganda. 1979. (Encontro)” e do “Encontro Nacional da Mulher Brasileira. A Mulher e a Propaganda. 1979. (Encontro)”.

também participou do encontro, representando as mulheres. Para nós, esta omissão sinaliza uma própria contradição na crítica sobre a desigualdade simbólica de narrativas que Lampião denuncia na imprensa brasileira, como vemos, uma edição antes, em relação ao Jornal do Brasil (JB), em texto escrito por Dimitri Ribeiro, apontado na maioria dos expedientes como fotógrafo pelo Rio de Janeiro e arte-finalista do jornal Lampião da Esquina:

Pode-se então perguntar ao Informe JB: e a omissão dos fatos, também não é crime? A omissão na defesa da pessoa humana, independente de credo, raça, ideologia ou preferência sexual. A omissão de qualquer movimento, seja de negros, homossexuais ou presos políticos (a greve de fome dos presos políticos do Rio só foi tocada nas páginas do Jornal do Brasil quando já estava em seu décimo segundo dia). ‘Um jornal é tão bom quanto as verdades que ele diz’. (Pera aí, pessoal, deixa eu ter um frouxo de riso. Quá! Quá! Quá!). (Lampião da Esquina, ed. nº 16, set. 1979, p. 2)

Nesse ponto, olhamos novamente para Medina (2003) que acredita no desafio de “tratar teoricamente e concretizar na prática profissional a narrativa polifônica e polissêmica no jornalismo diário”. Para ela, na medida em que exercitamos a atenção às “estradas de tempos múltiplos (histórico, sociocultural, mítico)” que construíram os processos da interação social, podemos reconstruir narrativas. Lampião sinaliza este exercício ao interrogar, na relação com a Diferença, não apenas a grande imprensa ou outros veículos da imprensa alternativa, como também contraditar as narrativas da própria “imprensa homossexual”.

Imagem 22 - Notícia “Qual é a da nossa imprensa?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 0, abr. 1978, p. 5.

Frederico Jorge Dantas⁶⁹, neste artigo, faz um relato de sua experiência ao escrever o boletim alternativo Eros. Para ele, as primeiras publicações voltadas para pessoas homossexuais na “grande imprensa”, que ele considera “grande apenas no sentido de economicamente poderosa”, eram limitadas “a um *pastiche* do colunismo social”. Essa limitação, fez com que ele passasse a distribuir “‘cadernos’, dentro de um padrão ainda informal” na tentativa de se criar um “jornalismo *underground*, homossexual, no sentido de informar aos nossos irmãos sobre necessidades primárias, que vão desde o modo de encararmos o problema até onde e como devemos nos impor”.

Assim, o conceito “imprensa homossexual” é apresentado como lugar de subversão de uma imprensa que impedia que outras narrativas sobre sexualidade pudessem ser apresentadas. No entanto, Dantas relata que neste exercício encontrou “barreiras praticamente intransponíveis, quase todas erguidas pelas pessoas a quem ele dirigia o seu boletim, Eros”: pessoas homossexuais. Para ele, tais barreiras eram “reflexo exato da corrupção moral em que se encontra envolvida a homossexualidade, vítima desta discriminação esmagadora, e que continua sendo imposta pelo estilo machista.”.

O “estilo machista” de que fala Dantas sinaliza indícios uma continuidade de mecanismos hegemônicos andro-centrados em impressos alternativos escritos por gays nos anos de derrubada do regime militar. Ainda que em um ambiente experienciado por gays - pessoas subalternizadas em relação à sexualidade -, a partir das informações sobre disputas políticas contidas em páginas de jornais alternativos, é possível descortinar discursos machistas, além de significados que denotam racismo, ou que sustentam narrativas elitistas em termos de classe.

Em vista disso, nos afeta refletir como as aproximações entre corpos subalternizados são atravessadas por relações de poder, advindas dos processos de aprendizagem e práticas culturais que as tornam construídas socialmente. Com esta reflexão, nos sentimos afetados para exercitar um olhar sobre a continuidade de desigualdades na comunicação que fazemos. Por isso, consideramos que “os corpos ganham sentido socialmente”, conforme nos diz Guacira Lopes Louro (2010), para a qual eles são moldados “no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”. As diferenças, nessa visão, são “socialmente estabelecidas e codificadas” por relações sociais.

⁶⁹ Fundador do periódico Entender, apontado como colaborador do Jornal Lampião da Esquina, pelo Rio de Janeiro.

Por esta direção, as relações sociais, que evidentemente abrangem as experienciadas por pessoas subalternizadas, se vinculam ao repertório simbólico histórico de dada sociedade, constituído por significações de poder e, portanto, de hierarquizações. Assim, também acompanhamos a orientação assinalada por Rita Laura Segato (1998) ao considerar as alteridades como invenções históricas, específicas de cada nação, com seus próprios processos que talharam categorias sociais como raça, gênero, sexualidades e classe.

Ao considerarmos as marcas sociais da diferença como signos destas categorias históricas, procuramos atender a necessidade indicada por Angela Davis (2016) e Avtar Brah (2006) de enxergá-los em suas relações complexas, ou seja, pelas lentes da interseccionalidade, para chegar ao terreno das desigualdades transversalizadas. Neste exercício, interrogamos sobre como a experimentação da cidadania na chamada imprensa alternativa brasileira pode nos ajudar a pensar sobre as esquinas onde se cruzam desigualdades históricas.

O aparecimento da imprensa alternativa, ou imprensa nanica, no Brasil é indicado por Peruzzo (1998) como vinculado aos processos de oposição à ditadura militar. Beltrán (2005), da escola latinoamericana de comunicação, também aponta a mesma origem: “No Brasil, grupos de ousados jornalistas criaram a estratégia da ‘imprensa nanica’ (em miniatura) formada por pequenos jornais, quase clandestinos, como singular expressão de resistência do povo à ditadura”. Assim, pessoas que integravam movimento sociais, entre elas jornalistas, encontravam nestas publicações “independentes” espaço para a expressão de suas opiniões políticas fora do cerco da censura e do monopólio de informação da grande imprensa.

Imagem 23 - Anúncio de jornais alternativos.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 2, jun./jul. 1978, p. 14.

As publicações que formaram esta imprensa alternativa, embora tivessem o lugar comum de estarem em oposição ao regime militar, representavam uma pluralidade editorial, que abarcava desde jornais financiados por partidos políticos ou sindicatos de esquerda até publicações de movimentos sociais das alcunhadas “minorias”, que se tornaram mais variadas na década de 1970. Incluíam, assim, jornais, boletins e zines que funcionavam como uma fonte de informação alternativa, dotada de conteúdos contestadores à produção hegemônica.

No Brasil, a expressão ‘imprensa alternativa’ tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. Também chamada de ‘nanica’, foi lançada no mercado a partir da década de sessenta, para tornar-se mais freqüente e variada nos anos setenta. (PERUZZO, 1998, p. 120).

No ato de ler esta diversidade de publicações, no entanto, um ponto importante a se destacar é que nas esquinas por onde circulou a imprensa alternativa, existia uma localização quase fixa de classe. Embora também vinculada aos movimentos sociais, como o jornalismo popular⁷⁰ e a comunicação comunitária, o jornalismo alternativo se diferenciou destas em relação à circulação majoritária nos espaços estabelecidos por e para a classe média brasileira, ainda que em uma perspectiva contracultural.

Assim, Peruzzo (2018) apresenta que os veículos desta imprensa eram conduzidos por pessoas jornalistas, intelectuais e ativistas políticos advindas de um lugar social privilegiado em termos de classe, que desejavam protagonizar novos processos sociais e buscar espaços alternativos à grande imprensa e ao discurso institucional universitário. Por isso, estes jornais, além de serem vendidos por assinatura, eram comercializados nas bancas mais centralizadas ou em locais como universidades, centro de convenções, bares e livrarias direcionados, majoritariamente, a pessoas com condições sócio-econômicas favorecidas.

Outras marcas sociais, no entanto, se cruzavam nas e pelas esquinas da imprensa alternativa onde a diversidade começava a se fazer vista. Este cenário iluminou tensionamentos nas lutas por emancipação cidadã. Assim, apesar de serem uma alternativa ao monopólio da informação da grande imprensa, e das agudas críticas ao regime militar, muitos

⁷⁰ Peruzzo (2018) apresenta convergências e diferenças entre comunicação popular, alternativa e comunitária. O termo jornalismo popular aqui se difere dos chamados jornais populares ou popularizados de cunho sensacionalista.

impressos alternativos como *O Pasquim*, que circulou de 1969 a 1991⁷¹, adotavam uma linha editorial não atenta às narrativas reclamadas por pessoas das chamadas “minorias”.

Ainda que *O Pasquim* representasse uma oposição à grande imprensa, e uma mudança em relação às publicações alternativas típicas da esquerda ortodoxa no uso do humor para a crítica cultural, perpetuava opressões contra feministas e homossexuais. A historiadora Rachel Soihet (2007) analisou experiências de machismo e misoginia nas páginas de *O Pasquim*, como esta charge publicada na edição nº588 do periódico:

Imagem 24 - O Piche. Charge de Ziraldo.



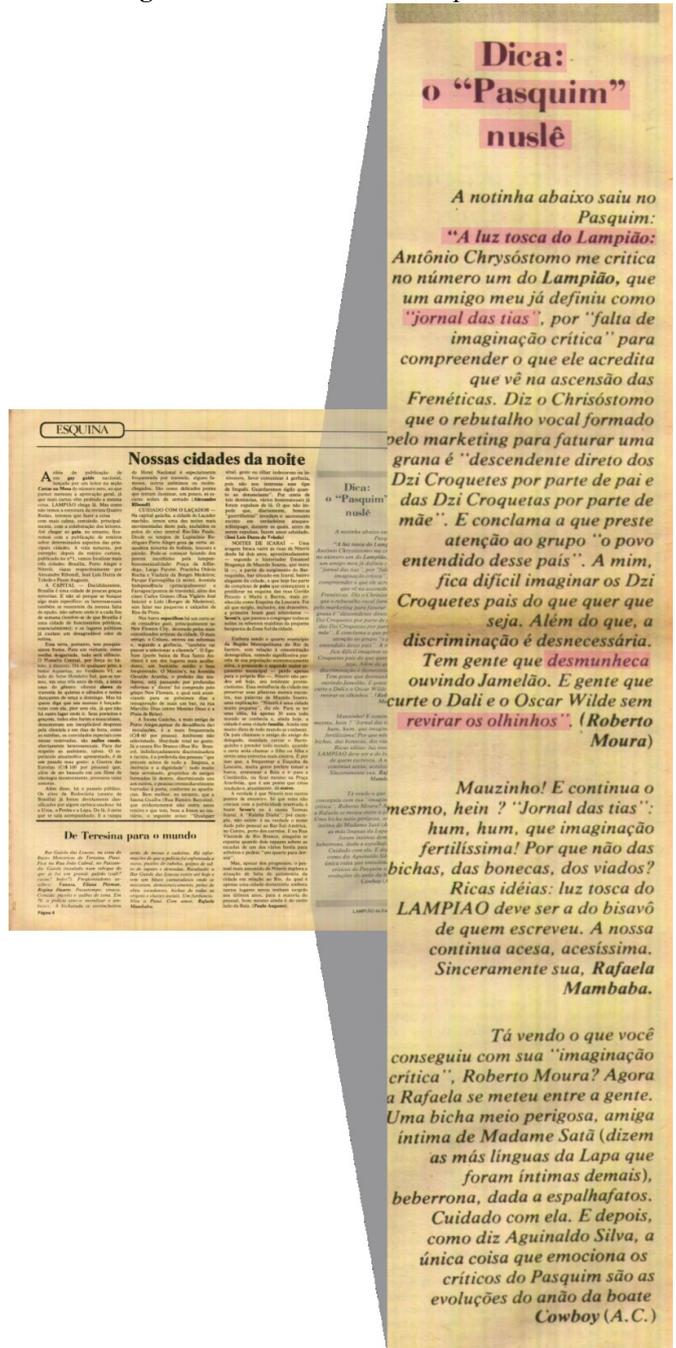
Fonte: *O Pasquim*, n. 588, Rio de Janeiro, 3 a 9 out. 1980, p. 8.

Analisada por Soihet, esta charge de Ziraldo⁷² busca a desqualificação feminista ao ressignificar um cartaz distribuído por mulheres do Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, que dizia “Que as mulheres decidam. Nosso corpo nos pertence”. Carregada de signos para depreciar as narrativas feministas e valorizar um discurso da mulher sexualmente objetificada, a charge provocou revolta. Além dos conflitos com as feministas, *O Pasquim* também destilou discursos normativos sobre homens gays, cujas tensões podem ser notadas em Lampião.

⁷¹ Márcia Leme Buzalaf (2009) afirma que *O Pasquim* nasceu no Rio de Janeiro, em Ipanema, e se tornou “o jornal alternativo brasileiro que mais vendeu, e que mais tempo durou”, conseguindo publicar 1.072 edições, durante mais de 22 anos, sendo mais de cinco deles sob censura direta. Sua última edição data de 11 de novembro de 1991.

⁷² Cartunista, desenhista, cronista e chargista brasileiro. Foi um dos fundadores de *O Pasquim* ao lado de Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral e Millôr Fernandes.

Imagem 25 - Nota “Dica: o ‘Pasquim’nuslé”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 2, jun./jul. 1978, p. 4.

Neste excerto, Lampião se posiciona em relação a uma nota provocativa de Roberto Moura⁷³, d’o *Pasquim*. Inferimos que Lampião constrói a expressão “nuslé” valendo-se da mesma estratégia semiótica que dois anos depois Ziraldo utiliza na charge “O piche”: fazer combinações de significados atrelados à imagem da nudez para transmitir discursos de

⁷³ Jornalista, escritor e crítico de música. Foi um dos editores de *O Pasquim*.

desqualificação protegidos pela máscara do humor. Assim, dissimulados pela narrativa cômica, os objetivos discursivos de “nuslê” e da charge “O piche” se distinguem: constranger os editores heterossexuais de *O Pasquim versus* objetificar e deslegitimar feministas.

Outras estratégias discursivas podem ser percebidas na nota intitulada “A luz tosca de Lampião”. Observamos nos sentidos da palavra “tosca” tanto um discurso de vinculação da homossexualidade com tolice, quanto um discurso que associa o Lampião a um jornal rudimentar, feito sem apuro, cuidado ou instrução. Além de que, um dos sentidos etimológicos da palavra “tosco” é vil⁷⁴. Associar à homossexualidade um sentido de algo desprezível e abjeta é ação de múltiplas frentes simbólicas?

Há ainda referência ao Lampião como “jornal das tias”, o que sinaliza, por trás do disfarce do humor, tanto o uso de uma simbologia da homossexualidade masculina associada à perda do gênero masculino, como algo negativo, quanto a referência ao envelhecimento dos editores de Lampião, também como negatividade. Estes sentidos transmitidos por discursos humorísticos recebem o privilégio de uma “licença poética” face à crítica de sua violência.

Imagem 26 - Notícia “A ironia de um certo humor”.



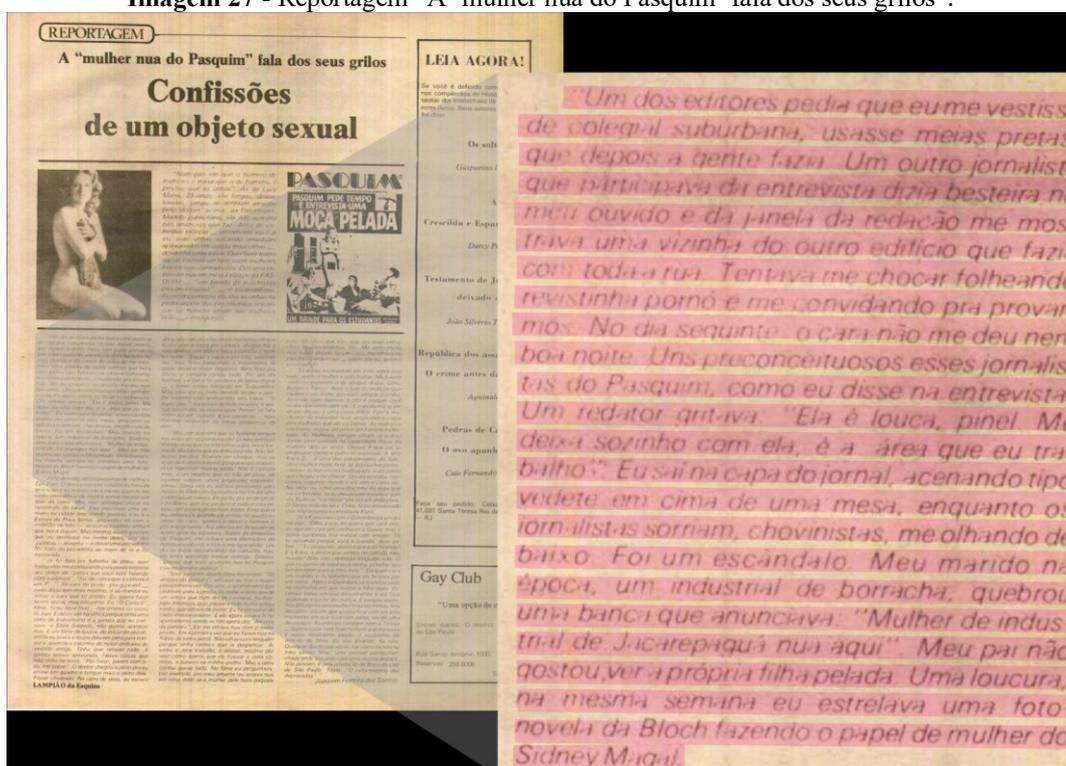
Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 13, jun. 1979, p. 7.

⁷⁴ Cf. Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=QwRlx>>. Acesso em 19 dez. 2018. Cf. Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2>>. Acesso em 19 dez. 2018.

Neste artigo, Janice Caiafa⁷⁵, da Comissão de Contra-Informação do Coletivo de Mulheres, denuncia o machismo no humor de Ziraldo em uma palestra que ele proferiu em 1979 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Janice questionou, durante o evento, um humor limitado à combater a ditadura como “única política”, sem se preocupar em também defrontar violências contra homossexuais, mulheres e pessoas negras. No entanto, ao invés de ser respondida, teve sua pergunta neutralizada pelo próprio “uso do humor” e a cumplicidade da plateia. Em resposta no texto, Janice revida que esse tipo de humor fala “a língua velha e dominante de uma política estagnada”.

Janice menciona também que Ziraldo contou à plateia, sob intensos risos desta, “para provar que homem tem timidez de mostrar a bunda e mulher não”, a história “daquela moça que foi posar nua com os homens do Jornal [*O Pasquim*] (eles vestidos, é claro)”. Esta moça é Lucy Mafra⁷⁶, de 23 anos à época, que aceitou se despir em capa do “Pasca” numa estratégia do jornal de usar a nudez feminina para aumentar as vendas. Após este episódio, Joaquim Ferreira dos Santos realiza uma entrevista com Lucy, que sai publicada em *Lampião* em 1978.

Imagem 27 - Reportagem “A ‘mulher nua do Pasquim’ fala dos seus grilos”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 4, ago./set. 1978, p. 13.

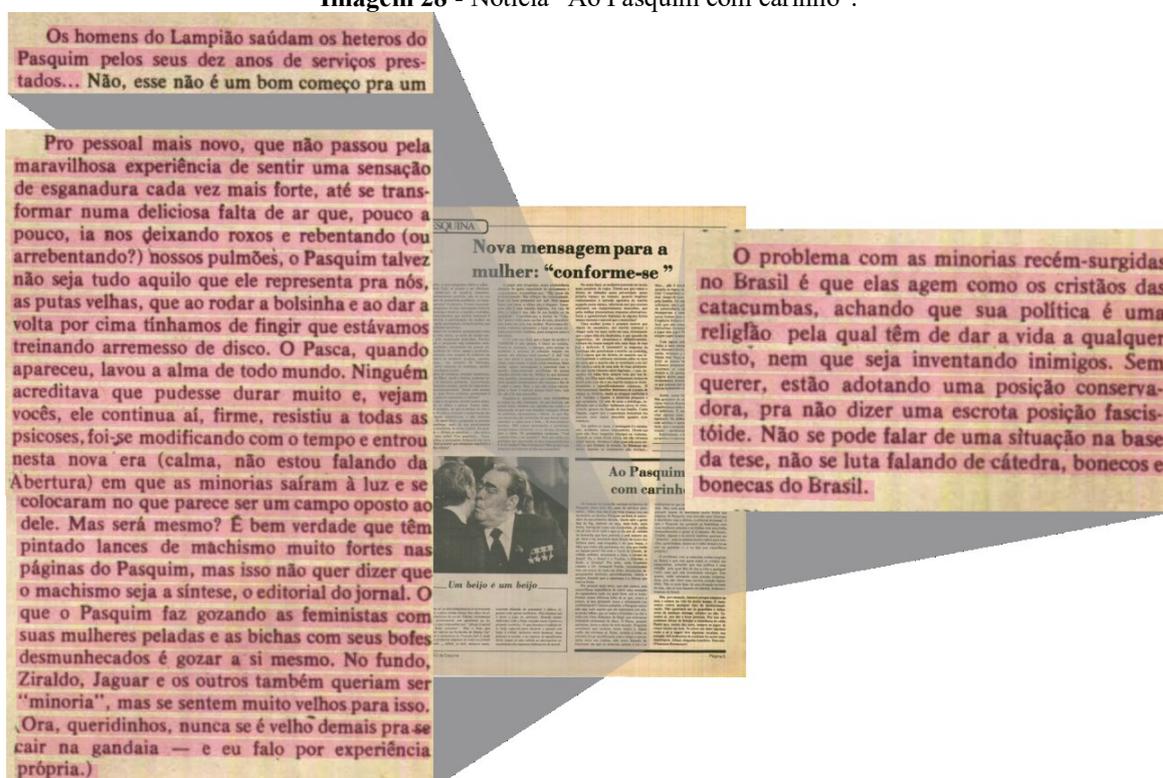
⁷⁵ Poeta, antropóloga e professora da Escola de Comunicação da UFRJ.

⁷⁶ Atriz da Rede Globo por 25 anos. Faleceu aos 60 anos, em 2014, em decorrência de pneumonia e depressão.

Nesta entrevista, Lucy relata o assédio dos jornalistas de *O Pasquim* e a objetificação sexual que sofreu em vários trabalhos no cinema e na televisão como atriz. A violência do humor de *O Pasquim*, no entanto, também pode ser verificada nesta publicação de Lampião, que apresenta Lucy como “um objeto sexual” e não como uma pessoa objetificada. Além disso, Lampião usa a ambiguidade de sentidos da palavra “grilo” que, sob o véu do humor, faz uma neutralização das denúncias que Lucy traz na entrevista.

Esta identificação com o humor de *O Pasquim* é notada na declaração de Francisco Bittencourt, editor do “Lampa”, na edição nº 14 do periódico. Nela, Bittencourt denota cumplicidade ao expor que “os homens do Lampião saúdam os heteros do Pasquim pelos seus dez anos de serviços prestados...”. O editor ainda relativiza o machismo do “Pasca”, e critica a oposição “das minorias recém-surgidas no Brasil” como “os cristãos das catacumbas, achando que sua política é uma religião, pela qual têm de dar a vida a qualquer custo, nem que seja inventando inimigos”. Para ele, estas minorias estariam “adotando uma posição conservadora, para não dizer uma escrota posição fascistóide”.

Imagem 28 - Notícia “Ao Pasquim com carinho”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 14, jul. 1979, p. 5.

Desse modo, pelo nosso olhar impressos alternativos como *O Pasquim* renunciaram às esquinas com a Diferença, pois possuíam uma perspectiva de ativismo jornalístico contra o regime militar ao mesmo tempo em que riam das demandas das mulheres, das pessoas negras e das pessoas homossexuais.

No entanto, há elementos de uma cumplicidade com as narrativas contadas pelo viés do que poderíamos chamar de jornalismo alternativo hegemônico, mesmo entre pessoas que participavam de periódicos que procuravam abrir espaços guetizados, como Francisco Bittencourt no *Lampião da Esquina*.

Para caminhar nas e pelas esquinas dessa imprensa alternativa, entendemos que devemos mencionar outras publicações que compuseram sua pluralidade editorial. Para nós, com movimentos que recuam e avançam, com discursos que dizem e contradizem, pessoas negras, mulheres e homossexuais pressionaram nestes espaços algumas perspectivas de cidadania.

A trajetória de impressos voltados para homossexuais, mais próxima de nosso olhar, guarda algumas heranças com publicações anteriores mais limitadas que *Lampião* em termos de classe, e menos politizadas no sentido da tentativa de uma comunicação dialógica - em nossa leitura.

Assim, iniciou atividades em 1963, 15 anos antes de *Lampião*, o impresso *O Snob*, conduzido por Agildo Guimarães⁷⁷ e um grupo de amigos. O impresso, que contou com 99 edições, viria a circular de julho de 1963 a junho de 1969⁷⁸. Em sua edição nº 95, de 1968, o impresso publicou o que chamou de “Os dez mandamentos da bicha”⁷⁹.

Chamamos atenção para o mandamento nº 9, que expõe preconceito etário e machista com a performatividade corporal de gays afeminados mais velhos. Em 68, as pessoas que conduziam *O Snob*, ainda jovens, reforçam um discurso que anos mais tarde tenderia a, em relação à idade, os colocar em marginalidade nas relações homossexuais. A representação da identidade homossexual em *O Snob* revela também discursos de uma dualidade fixa de gênero

⁷⁷ Consta como colaborador de *Lampião da Esquina* nos expedientes.

⁷⁸ Cf. Flávia Péret (2011) no livro “Imprensa gay no Brasil”.

⁷⁹ Na lista de orientações constava os seguintes mandamentos: “Amar a todos os homens” (nº 1); “Nunca ficar com um só” (nº 2); “Beijar a todos os bofes” (nº 3); “Evitar falar do futuro” (nº 4); “Quanto mais intimidade na cama melhor” (nº 5); “Fingir que sempre ama um só” (nº 6); “Nunca esquecer os bofes casados” (nº 7); “Evitar falar em dinheiro” (nº 8); “Não querer as mariconas” (nº 9); “Casar só por uma hora” (nº 10). Cf. GREEN (2000, p. 299).

na inscrição da sexualidade, “macho”/”maricona”, mais tarde combatida em impressos como o *Lampião*.

Enfatizamos a localização de classe em *O Snob*, simbolicamente encontrada na própria escolha do título da publicação, para reforçar que a imprensa alternativa brasileira em geral, via publicações sindicais ou político-partidárias ou por meio de jornais feministas e homossexuais, procedia predominantemente de pessoas da classe média. Por isso, entendemos que os corpos que escreviam nestes jornais inscreviam pontos de vista que passavam por um lugar privilegiado de classe.

Um dos principais editores de *O Snob*, o pernambucano Agildo Guimarães, segundo Flávia Péret (2011), se mudou para o Rio de Janeiro devido a pressão em torno de sua homossexualidade. Em 68, no Rio, após ter fundado *O Snob*, um quadro de agitação social e política de oposição ao regime ditatorial deu uma oxigenada nas articulações entre as publicações dirigidas por e para homens gays, rapidamente abafada pelo governo.

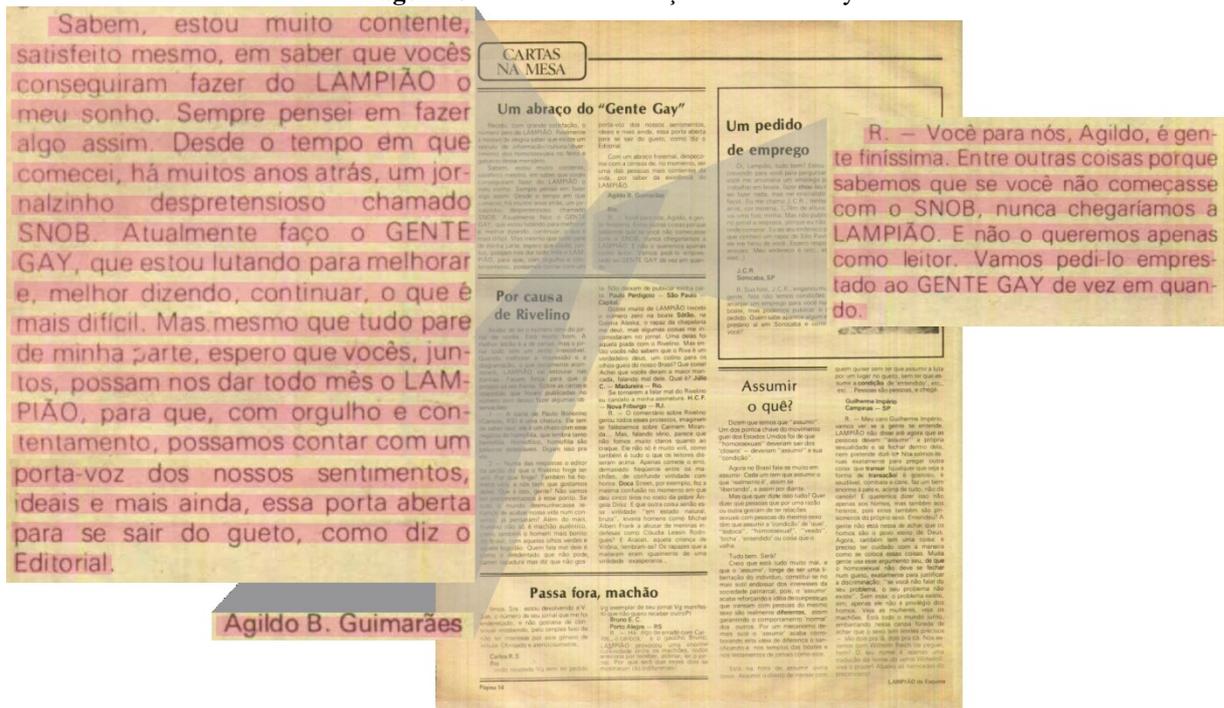
James Green (2000, p. 298) revela que este quadro se desdobrou na Marcha dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968, importante manifestação popular de protesto contra a ditadura militar ocorrida nas ruas do Rio de Janeiro. Em 13 de dezembro do mesmo ano o governo militar puniria a ebulição civil com a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que sinalizou o período mais duro da ditadura militar.

Para Green (2000) os editores de *O Snob* se beneficiaram da atmosfera de insubordinação e fundaram a Associação Brasileira da Imprensa Gay (ABIG), para articular impressos conduzidos por gays. Ainda que limitada a poucos periódicos, e da localidade reduzida, a proposta sinalizou uma mobilização inovadora: “Vários jornais no Rio fizeram dessa proposta uma realidade no início de 1969, ao promover o primeiro encontro da associação que, mantendo a tendência hiperbólica de *O Snob*, foi chamado de Congresso da ABIG.” (GREEN, 2000, p. 313).

Após fechar as portas de *O Snob* em 1969 por causa da atmosfera política, Agildo Guimarães reviveu esforços jornalísticos no momento de liberalização do final da década de 70. Em 1977, ele foi um dos fundadores do *Gente Gay*⁸⁰ e, em 1978, foi lembrado por *Lampião* onde passou a figurar como colaborador do periódico.

⁸⁰ Lançado em 1977 por Agildo Guimarães e Anuar Farah, era uma publicação impressa e não mimeografada. Segundo James Green (2000) representou a primeira de uma nova onda de publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país.

Imagem 29 - Carta “Um abraço do ‘Gente Gay’”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 1, maio/jun. 1978, p. 14.

Ao ler esta carta enviada por Agildo Guimarães e a resposta de *Lampião* percebemos o registro de um diálogo que revela a continuidade de publicações escritas por e para gays. O discurso de *Lampião* é de valorização do papel cumprido por *Snob*. Afinal, o tabu da homossexualidade marcada historicamente limitava que a mesma existisse nas narrativas jornalísticas, e, nesse sentido, tanto *Snob* quanto *Lampião* vieram a fissurar os muros da invisibilidade. No entanto, as pessoas que acessaram estas fissuras possuíam localizações de gênero, raça, classe e idade que nos auxiliam a interpretar as posições de seus discursos.

Esse posicionamento na classe média do nascente movimentos homossexual brasileiro também é indicada por Trevisan (2010). Para ele, com distinções da trajetória do movimento nos Estados Unidos. O autor afirma que nos dois contextos, brasileiro e estadunidense, os movimentos homossexuais surgiram circunscritos às esquerdas, mas que entre as esquerdas dos EUA havia mais polifonia, com mais pontos de vista gerando uma consciência homossexual surgida também das bases e não apenas das elites sócio-econômicas.

Para Trevisan (2010, p. 50) a eclosão do movimento estadunidense no bar *Stonewall Inn* de Nova York, em 28 de junho de 1960, refletiu em “farta participação popular, considerando que a revolta contra a polícia foi iniciada espontaneamente pela população homossexual proletária e de classe média baixa que frequentava o local.”

Essa polifonia, em sua avaliação, guarda relação com a descentralização entre as esquerdas estadunidenses, situação oposta ao contexto brasileiro onde “desde o início as esquerdas se nuclearam em torno de partidos centralizadores, autoritários e rigidamente organizados, geralmente ao estilo stalinista.” Essa tradição centralizadora migrou para o movimento homossexual brasileiro com ativistas “distanciados da grande massa homossexual e sem real representatividade”.

Sinalizada a especificidade de classe da imprensa alternativa nacional, prosseguimos rumo às esquinas onde se cruzam outras marcas sociais da diferença. Embora o domínio da imprensa alternativa seguir centralizado em jornais avessos às narrativas homossexuais, feministas e negras, o ambiente inflamado pelo querosene da expressão destas “minorias” criou fissuras.

Conflitos editoriais dentro do próprio *O Pasquim* significaram rupturas. Fundado no Rio de Janeiro por dissidentes do “Pasca”, O jornal *Já*, de 1971, representou esse processo. Para James Green (2000, p. 417), “O semanário tinha uma coluna intitulada ‘Gay Power’ e uma série de notas breves e notícias reunidas e assinadas por Sylvio Lamenha”.

Ainda na década de 70 e 80, a partir de grupos feministas ou dissidências feministas em grupos político-partidários, as mulheres experimentaram suas publicações de maior circulação na imprensa alternativa brasileira. Assim, fundaram e escreveram *Brasil Mulher* (1975-1980)⁸¹, *Nós Mulheres* (1976-1978)⁸², *Mulherio* (1981-1988)⁸³ e *ChanaComChana*⁸⁴, a primeira exclusivamente escrita por mulheres lésbicas, lançada em janeiro de 1981, pelo Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF).

⁸¹ Publicado pela Sociedade Brasil Mulher, com 16 edições regulares e quatro edições extras entre 1975 e 1980. Para Rosalina Leite (2003, p.236) as mulheres que fundaram o *Brasil Mulher* eram constituídas por “mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)”.

⁸² Publicado pela Associação de Mulheres. Rosalina Leite (2003, p. 236), aponta que o *Nós Mulheres*, mais autônomo, era constituído por mulheres do Debate, grupo formado no exílio por dissidente “ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas”. Jornal Nós Mulheres. Digitalizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>>. Acesso em 19 de dez. 2018.

⁸³ Publicado pela Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas. Para Rosalina Leite (2003, p. 237), é o primeiro que já surge institucionalizado, podendo ser considerado uma Organização Não-Governamental (ONG). Jornal Mulherio. Digitalizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/capas2.html>>. Acesso em 19 dez. 2018.

⁸⁴ Digitalizado e disponibilizado pelo Acervo Bajubá - Memória LGBT. Disponível em: <http://acervobajuba.com.br/?s=chana>. Acesso em: 01 jan. 2019.

Imagem 30 - Nota “Um jornal com muitas chanas”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 34, mar. 1981, p. 18.

No mesmo ano em que *Lampião* apagou as luzes de sua redação, veio a surgir o impresso *ChanaComChana* a partir do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), conforme registrado por Dolores Rodrigues em uma das últimas edições de *Lampião*, a de nº 34. “Junto ao gueto lésbico, o grupo [GALF] procurava divulgar seu boletim *ChanaComchana*, criado em 1981. Com periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral, o *ChanaComchana* circulou ao longo década de 1980. (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 114).

O lançamento de *ChanaComChana* é indicado por Patrícia Lessa (2007, p. 109-110) como “uma mobilização lesbiana que constrói seu próprio espaço de lutas e sai de dentro dos movimentos feministas e homossexuais”. Para ela, a publicação contou com uma edição em formato de jornal (1981) e doze edições em formato de boletim (1982 a 1987), estando relacionada principalmente às atuações políticas de Miriam Martinho⁸⁵ e Roseli Roth⁸⁶. Lessa

⁸⁵ Ativista lésbica que esteve no grupo *Lésbico-Feminista*, no *Grupo Ação Lésbica-Feminista*, e uma das precursoras da rede de informação *Um Outro Olhar*, segundo Lessa (2007). *Um Outro Olhar* funciona hoje em formato de um *site*. Disponível em <<http://www.umoutroolhar.com.br/>>. Acesso em 20 dez. 2018.

ainda conta que Rosely Roth, judia lésbica paulistana, protagonizou um “Stonewall tupiniquim lésbico” no Ferro’s Bar, em São Paulo.

O bar era frequentado por mulheres lésbicas desde a década de 1960, segundo Facchini e Simões (2009, p. 67-68). No dia 19 de agosto de 1983, Rosely articulou com outras mulheres lésbicas, feministas e alguns homens gays uma ocupação no bar, cujos proprietários haviam proibido a venda do boletim *ChanaComChana*. A polícia interveio, mas as mulheres do periódico obtiveram a permissão para vender o impresso no local.

Imagem 31 - Algumas edições do Boletim ChanaComChana.



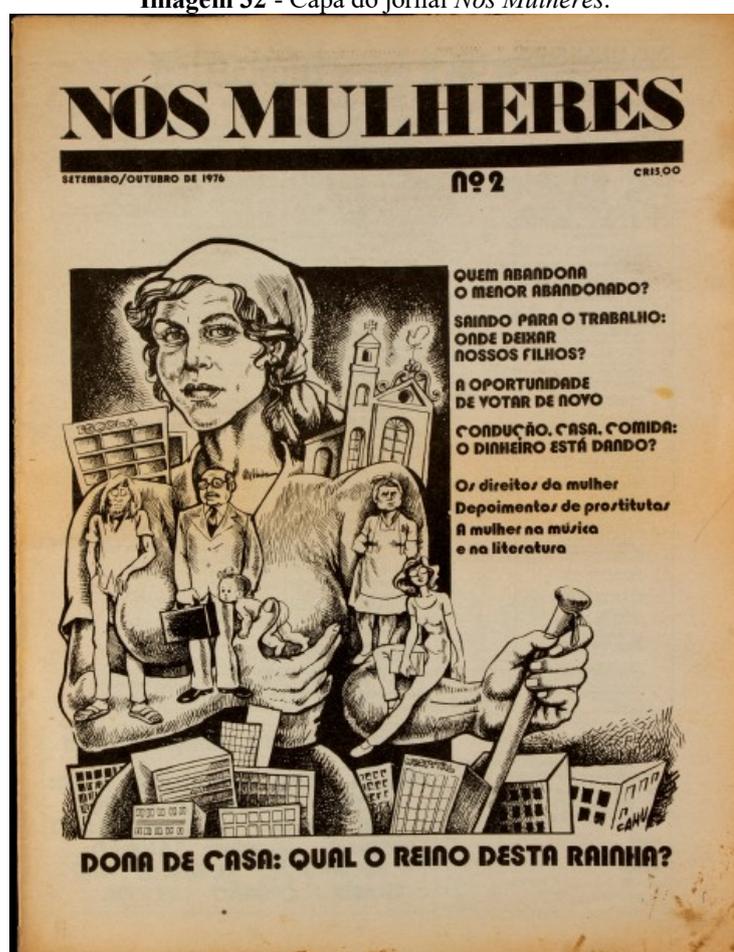
Fonte: *Exposição Histórias da Sexualidade*, MASP, jan. 2018. Fotografia de Lucas Lustosa.

⁸⁶Rosely Roth atuou como ativista lésbica em São Paulo nos anos 80; participou dos grupos *Lésbico-feminista* e *SOS Mulher*; foi uma das fundadoras do *Grupo Ação Lésbica-Feminista*; foi uma das vítimas da violência física e simbólica contra mulheres lésbicas, levando-a a cometer suicídio em 28 de agosto de 1990. (LESSA, 2007).

A busca por uma publicação lésbico-feminista sinaliza uma demanda pela especificidade de mulheres lésbicas dentro da imprensa e dos movimentos feministas e homossexuais. *ChanaComChana* diferenciou-se de impressos como *Nós Mulheres* por representar um outro olhar sobre o feminismo nacional que adveio da esquerda classista.

Para Lessa (2007, p. 90), “os movimentos de mulheres dos anos 70 denunciam a dominação sexista existente, inclusive dentro de grupos e de partidos de esquerda”. Jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* “visavam à conscientização das mulheres trabalhadoras utilizando a linguagem marxista, questionada no início dos anos 80 com a 'explosão desconstrutivista”.

Imagem 32 - Capa do jornal *Nós Mulheres*.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, *Nós mulheres*, ed. nº 2, 1976, p. 01.

Na esteira das mudanças, outra publicação, o jornal *Mulherio*, inicia-se em 1981. Mariza Corrêa (2001), que compunha seu corpo editorial, afirma que o periódico foi um dos

primeiros a trazer a especificidade da mulher negra. A transformação adveio com a presença de Lélia Gonzalez como uma de suas editoras. Corrêa (2001, p. 18), afirma que a publicação “fez, de início, grande sucesso, contando com cerca de mil assinantes já em seu terceiro número, mas também não conseguiu se manter, como a maior parte das publicações alternativas da época”. O periódico contava ainda com Fúlvia Rosemberg⁸⁷ e Adélia Borges⁸⁸.

Imagem 33 - Artigo “Mulher Negra”.



Neste artigo, a antropóloga Lélia Gonzalez, do Rio, militante ativa dos movimentos negro e feminista, faz uma análise abrangente da situação da negra no trabalho e na família, mostrando a dupla opressão que ela sofre, por ser mulher e por ser negra. E revela dados alarmantes, como este: nas ocupações de nível superior, as mulheres ganham, em média, 35% a menos que seus colegas homens, mas as negras ganham 48% a menos que as brancas.

Fonte: Fundação Carlos Chagas, Mulherio, ed. n° 3, 1981, p. 08.

⁸⁷ Segundo Medrado e Lyra (2014), Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg (in memoriam) foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde coordenou o Negri (Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade). Contam ainda que Fúlvia coordenou a sessão brasileira do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford e idealizou o Instituto Papai, que atua prioritariamente com homens e sobre masculinidades na vida reprodutiva e no cuidado com crianças visando combater expressões do machismo na paternidade. Fúlvia era irmã de Luiz Mott.

⁸⁸ Em biografia no site *Mulheres Designers* consta: “Graduou-se em Jornalismo na Universidade de São Paulo em 1973. Atua na imprensa desde 1972, tendo trabalhado em veículos como Folha de S. Paulo (1972, repórter da área de Educação), O Estado de S. Paulo (1973-79, repórter e subeditora de Cidades e Política, sucessivamente), Fundação Carlos Chagas (1979-82, editora do jornal Mulherio), TV Globo (1982-84, editora de telejornal), TV Cultura (1984-86, diretora do programa diário Palavra de Mulher) e Editora Abril (1986-87), entre outros. É autora ou coautora de mais de 15 livros”. Disponível em: <http://www.mulheresdesigners.com.br/pag/adelia.html>. Acesso em 14 jan. 2019.

Pelo exposto, aprendemos mudanças progressivas nas e pelas publicações feministas, cujo foco em classe e gênero vai se dilatando para um olhar também atento a outras marcas sociais da diferença, como raça e sexualidade. O surgimento de *ChanaComChana* e a presença em *Mulherio* do ponto de vista de uma mulher negra, Lélia Gonzalez, dão sinais de que outras narrativas estavam saindo dos becos onde historicamente foram alocadas, iluminadas pela força da fala.

Imagem 34 - Notícia “‘Tição’: os negros já falam”.



Exatamente 90 anos depois da Abolição parece que a conscientização do problema do negro na nossa sociedade está começando a merecer maior atenção. No

Paralelamente a tudo isso chega às nossas mãos a revista *Tição* nº 1, a qual se dedica totalmente ao negro do Rio Grande do Sul: procurando dar voz a essa minoria. Entre muitos artigos que vão desde a pesquisa das origens do negro no Brasil, destacam-se dois: *Mulher Negra, com depoimentos de mulheres ne vários níveis sociais e Racismo na Educação*. Nos

Tição é uma publicação da Editora Paralelo 30 Ltda, Rua Lima e Silva, 92/1005 (tendereço provisório), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Adão Acosta

Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 02, jun./jul. 1978, p. 05.

Neste artigo assinado por Adão Acosta, o único gay negro do corpo editorial de *Lampião da Esquina*, há um registro de que a imprensa negra se renovou no final da década de 70 e início de 80. Renovação porque a imprensa negra já havia se constituído em outros momentos de nossa história.

Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2014) relata que a primeira produção jornalística feita por e para pessoas negras surgiu em 1833, vinte e cinco anos após o início da atividade jornalística no Brasil (1808), com o jornal *O Homem de Cor*, que mais tarde se tornou *O Mulato ou O Homem de Cor*, conduzido por Francisco de Paula Brito⁸⁹.

Rosa (2014, p. 59) aponta que outros títulos sucederam *O Homem de Cor*: “Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho e O Lafuente – todos circulantes em 1833”. Em sua análise, apresenta ainda que “O Homem - Realidade Constitucional ou Dissolução Social foi o primeiro impresso a circular em Recife (1876), seguido por A Pátria, em São Paulo (1889), e O Exemplo, em Porto Alegre (1892)”.

Segundo a autora, por meio dessas publicações pessoas negras formularam falas próprias e as tornaram públicas. Rosa cita ainda a imprensa negra gaúcha do século XIX: “A Cruzada (Pelotas, 1905), A Alvorada (Pelotas, 1907), A Revolta (Bagé, 1925), A Navalha (Santana do Livramento, 1931)”. E na imprensa negra em São Paulo do século XX, a partir da leitura de Miriam Ferrara (1981), ela destaca:

No primeiro período, de 1915 a 1923, O Menelik (1915), A Rua (1916), O Xauter (1916), O Alfinete (1918), O Bandeirante (1919), A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Kosmos (1922) e Getulino (1923); no segundo período, de 1924 a 1937, O Clarim da Alvorada (1924), Elite (1924), Auriverde (1928), O Patrocínio (1928), Progresso (1928), Chibata (1932), Evolução (revista 1933), A Voz da Raça (1933), Tribuna Negra (1935) e A Alvorada (1936); e, no terceiro período, de 1945 a 1963, Alvorada (1945), Senzala (revista 1946), União (1948), Mundo Novo (1950), Quilombo (revista 1950), A Voz da Negritude (1953), O Novo Horizonte (1954), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Hífen (1960), Níger (revista 1960), Nosso Jornal (1961) e Correio d’Ébano (1963). (ROSA, 2014, p. 64).

Mas é a partir dos anos 70 que Rosa (2014, p. 68) compreende como um “período em que a efervescência afro-brasileira desencadearia processos políticos como a fundação do MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial), em 1978, seguindo

⁸⁹ No projeto editorial de reflexão e valorização da produção cultural e artística da diáspora negra, a Revista *O Menelick 2º Ato* traz sua biografia: “Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro, 1809-1861), ou simplesmente Paula Brito, como gostava de ser chamado, deu início ao movimento editorial brasileiro. Homem negro de origem modesta e sem instrução formal foi o precursor da imprensa e do mercado literário no Brasil. Tipógrafo, livreiro e poeta, tornou-se o editor preferido da elite carioca e o principal editor da sua época. Sua livraria foi associada ao Movimento Romântico. Reuniam-se em sua loja os romancistas Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Gonçalves Dias, o compositor do hino nacional brasileiro Francisco Manuel da Silva, Casimiro de Abreu, atores como João Caetano, os jornalistas Firmino Rodrigues e Joaquim de Saldanha.” Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/admiravel-paula-brito>. Acesso em: 08 jan. 2019.

para a nova formatação de entidades e organizações negras contra o racismo”, sendo uma nova referência para a imprensa negra.

Esta nova referência está presente no registro de Adão Acosta, quando o autor noticia que chegou em suas mãos, em 1978, a publicação *Tiçã*⁹⁰, de Porto Alegre, publicada pela Editora Paralelo 30. “Exatamente 90 anos depois da Abolição parece que a conscientização do problema do negro na nossa sociedade está começando a merecer maior atenção”, diz Acosta.

Para Rosa (2014, p. 563) “*Tiçã* se destaca pela contundente cobertura da temática negra e pela denúncia do racismo”. Os conteúdos construídos pelas pessoas que conduziram *Tiçã* desenharam uma linha editorial com narrativas interseccionais:

Já a primeira e única edição do jornal, em outubro de 1980, descortina mais temas em franco debate na atualidade, tais como violência racial, discriminação no mercado de trabalho, conjugação das discriminações de gênero e raça e indicadores sociais: “Chega de violência”, cuja charge coloca em primeira plano um jovem negro e um cerco de policiais a suas costas, “Igualdade e autonomia do negro”, “Negra: discriminada em dose dupla” e “Censo tapa o sol com a peneira”. (ROSA, 2014, p. 563).

Tiçã era editada pela jornalista feminista negra Vera Daisy Barcellos⁹¹, o que indica que a inscrição do gênero nas mesma esquina onde se cruza processos de racialização pode revelar novos sentidos na narrativa jornalística, quando o racismo é complexificado na experiência de uma mulher negra. Outras publicações da imprensa alternativa conduzidas por pessoas negras são mencionadas em Lampião, como *Sinba* no artigo “E o negro, é ‘beautiful’?”, publicado na edição nº 14 de Julho de 1979.

Em capítulo⁹² escrito por Maria Paula Nascimento Araújo, intitulado “uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70”, consta: “SINBA, publicado no Rio de Janeiro, era órgão da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Diretor: Carlos Silveira. Redatores: Amauri Mendes Pereira, Célio de Oliveira, Yedo Ferreira,

⁹⁰ A publicação *Tiçã* contou com duas Revistas (1978 e 1979), e um jornal (1980).

⁹¹ “Jornalista, militante do movimento negro desde a década de 70, editora da revista *Tiçã*. Atuou por 16 anos no jornal Zero Hora, foi editora responsável pelos projetos especiais do jornal A Voz da Serra. Assessora de imprensa de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras/RS.” Disponível em: <https://www.coletiva.net/perfil/vera-daisy-barcellos-a-opcao-pelo-jornalismo.151961.jhtml>. Acesso em: 10 jan. 2019.

⁹² Cf. COSTA, L. F. de; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999.

Togo yorubá. Foi lançado em 1977. Após dois anos de ausência *Simba* voltou a circular entre 1979/81”. (ARAÚJO, 1999, p. 167).

Imagem 35 - Notícia “E o negro, é ‘beautiful’?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 14, jul. 1979, p. 08.

Neste artigo, escrito por João Carlos Rodrigues, o autor opina que “ainda está para ser feito um estudo do conteúdo” das publicações escritas por e para pessoas negras. Este cenário continua atual, na medida em que encontramos dificuldade em localizar teses e dissertações sobre estas publicações ou mesmo sobre a biografia das pessoas que as conduziram. No entanto, interpretamos que as pistas, no contexto de *Lampião*, para “entender porque não surgiu ainda nem o *Lampião dos negros*, nem o Movimento afro-brasileiro, ou ao menos o *Pasquim crioulo*”, dúvidas de João Carlos Rodrigues, podem ser acessadas no próprio discurso lampiônico.

Apesar de também divulgar o logotipo de *Jornegro*⁹³, em sua edição nº 2, de jun./jul. 1978, p. 14 (Imagem 23), ao lado de outros logotipos da imprensa alternativa, não encontramos em publicações de *Lampião* sinais de diálogo com as publicações negras contemporâneas às suas atividades. Se discurso é prática, o que é dito e o que não é dito

⁹³ Circulou de 1978 a 1981, mesmo período de vida de *Lampião da Esquina*. Digitalizado e disponibilizado pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PJORN&titulo=JORNEGRO. Acesso em: 01 jan. 2019.

também é feito. “Nessa fase atual da vida brasileira onde índios, feministas e homossexuais têm-se organizado e manifestado, uma voz continua estranhamente calada: a do negro.” E este silenciamento, em nosso entendimento, também fez parte da curta vida de *Lampião*.

A voz negra silenciada em *Lampião* é tensionada após a publicação deste artigo, quando algumas pessoas do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra procuraram a redação do *Lampião da Esquina*. O resultado da visita foi a publicação de uma entrevista de capa com Abdias Nascimento⁹⁴, intitulada “Nessa democracia quem governa é a minoria branca”, na edição nº 15, de agosto de 1979.

Após esta importante mudança, *Lampião* também publica nota assinada por Leci Brandão⁹⁵, que havia sido entrevistada na edição nº 6, e que publica um texto de sua própria autoria na edição nº 20. Em termos de acesso à escrita no *Lampião* por pessoas negras, além de Adão Acosta e um único texto de Lélia Gonzalez, lemos que o fato mais marcante foi a colaboração de Rubem Confete⁹⁶ ao jornal, da edição nº 22 a edição nº 31.

Assim, enxergamos que as pressões multidirecionadas entre pessoas subalternizadas movimentaram a Comunicação das décadas de 70 e 80 em relação às narrativas sobre a Diferença. Os deslocamentos de sentidos provocados por essas mudanças culturais localizadas historicamente, revelaram significações de uma Comunicação em movimento, que ainda se relaciona com as narrativas de nosso tempo, permanecendo vivas as interrogações a um futuro sobre narrativas que deem conta da polifonia social que complexifica nossa sociedade.

⁹⁴ Abdias Nascimento “[...] na década dos 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46. A Convenção propõe à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. À frente do TEN, Abdias organiza o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT. Na qualidade de primeiro deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-87), apresenta projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-99), continua essa linha de atuação. O Governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000”. (IPEAFRO, 2017).

⁹⁵ Cf. *Lampião da Esquina*, ed. nº 20, jan. 1980, p. 2.

⁹⁶ Homem negro compositor, jornalista, roteirista, teatrólogo, radialista, gráfico, cantor, ativista e estudioso das questões afrobrasileiras.

4.3 “Povo gay já pode falar?”⁹⁷

As pequenas mudanças atomizadas dos anos 60 e primeira metade dos anos 70, constatadas na grande imprensa e na imprensa alternativa acerca de narrativas sobre a diferença, ganharam progressiva força no final dos anos 70 e por toda a década de 80 (GREEN, 2000; PÉRET, 2011; FACCHINI e SIMÕES, 2009). Em nossa leitura, tomados como plataformas políticas, estes espaços de fala representaram instrumentos para disputas simbólicas que desenharam desdobramentos concretos na vida de pessoas subalternizadas. Mas como as marcas da diferença, visibilizadas pela “tomada da palavra” e os tensionamentos dela decorrentes, se relacionam com a cidadania?

Para iniciar um debate sobre como a possibilidade da fala, inclusive de contraditar e estabelecer pressões, se relaciona com a experimentação de direitos, escolhemos partir da observação sobre crescentes narrativas feita por e para gays para chegar em *links* que se cruzam e expressam as noções de cidadania de que estamos falando. Afinal, caminhamos com Medina, no entendimento de que “a luta pela cidadania ou ampla partilha desses poderes [econômico, político e simbólico] a favor das majorias deserdadas tem relação direta com o acesso à informação” (2003, p. 95-96).

James Green (2000), ao traçar um panorama da representação homossexual na imprensa nacional, apresenta como um dos sinais do processo de mudança da segunda metade dos anos 70, o surgimento, em fevereiro de 1976, da *Coluna do Meio*, de Celso Curi⁹⁸. Tratava-se de uma coluna diária, na edição paulistana do jornal *Última Hora*, de cunho informativo, social e humorístico dirigida a homens gays. Na coluna também circulou um *Correio Elegante*, que funcionava como facilitador de encontros; e Curi criou personagens que utilizavam um vocabulário associado à linguagem comumente empregada por gays ou travestis. A coluna alavancou as vendas do jornal, e passou a receber cartas diárias, entre agradecimentos e ameaças, vindas de todas as partes do país.

No entanto, em outubro de 1976, o Ministério Público do Estado de São Paulo apresentou denúncia contra Celso Curi, como incurso no art. 17 da Lei de Imprensa, por “ofender a moral e os bons costumes”, cuja pena poderia chegar de 3 meses a 1 ano. Entre as

⁹⁷ Título extraído da manchete “Povo gay já pode falar”, que estampou a capa da edição nº 18, de novembro de 1979, do *Lampião da Esquina*.

⁹⁸ Jornalista e produtor cultural nascido em Bom Retiro, São Paulo.

peças da acusação estavam algumas expressões publicadas na coluna, como “herói gay” e “Cidade Ma-ra-vi-lhooo-sa”. Em novembro de 1977, Curi foi despedido do *Última Hora* - que justificou a demissão por “crise financeira” - coincidentemente no mesmo período em que se noticiou a segunda audiência do processo movido contra ele.

Imagem 36 - Coluna do Meio.

Coluna do Meio
Celso Curi

LUTA PELA SAPATILHA

Bonito, olhos azuis-violeta (os de Liz Taylor), pele branca, muito branca, boca vermelha como se usasse batom. Mikhail Baryshnikov, 27 anos — Mischa, para os íntimos — é uma grandiosidade de talento.

A mais nova estrela do balé internacional, dizem que está passando a perna em Nureyev, seu conterrâneo. Mischa ri timidamente quando se fala no assunto, respondendo que não é verdade. “É uma estupidez. Essa competição não existe entre nós. Dançamos estilos diferentes e estamos aqui — fora da Rússia — vencendo juntos.

Nureyev não é tão simpático em suas respostas: “Baryshnikov está aqui a pouco tempo e ainda é difícil saber quem ele é. Talvez nem ele saiba”.

CORREIO ELEGANTE

“Sou nissei. Tenho a idade de ouro (24), 1,69 de altura, 63 quilos e sou do tipo físico tanajura. Gosto de leitura e de muita diversão. Gostaria de formar um clubinho de amigos (aliás o primeiro fã clube dessa coluna) de preferência jovens negros, do tipo black-power. Não precisa enviar foto, o endereço para correspondência é o suficiente”
Maria Berta — SP.

RAPIDINHAS

- Valéria vai se apresentar, hoje, na churrascaria Xikote, em Santos. Preparem as roupinhas. E, sucesso.
- O show novo que o Medieval está prometendo, vai estreiar no dia 17, de fevereiro. Novos quadros, e lançamentos. O guarda-roupa está sendo feito por Reinildo Cabral.
- Lugares especiais estão para abrir em São Paulo. Em breve, a grande dica.
- Hermínio Bello de Carvalho esteve ontem em São Paulo. Vem assistir o show de Isaura Garcia, na Igrejinha. Eta, fã clube danado!
- Maria Odete também estava presente, no show da Personalíssima. Parece que a moçoquinha um tanto desorientada, ou, quem sabe, abandonada. Subiu no palco e usou um vocabulário do tipo: bicho, amizade e outras coisas mais. Quem se habilita?

Mexa-se. Porém com muito charme.

Caminhando de maneira bem exagerada, um jovem alegre, muito alegre, lá dizendo pelas areias de Ipanema — entre a Farme de Amedeo e a Montenegro — a versão gay da canção do Mexa-se:

“Boneca que é boneca, faz como eu. Acorda cedo, arruma toda casa, prepara o desjejum do bofe e já põe o almoço no fogo. Lava algumas peças de roupa, dá alpinista para o passarinho e leite para os gatos — siameses, é claro. Pega a sacola, o bronzeador e a toalha do Yves Saint Laurent e vai à praia. Lá, anda 4 quilômetros por dia, falando com as amigas — rias é claro — e testa o corpinho para brilhar na luz negra. Volta pra casa, arruma tudo de novo — porque o bofe já sujou — e dá uma descansadinha. Acorda, passa roupa, tira a som-brancelha, dá uma retocada na maquiagem e sai. Caminha durante algumas horas pela calçada da Av. Nossa Senhora de Copacabana — pra lá e pra cá. Entra no Sótão à meia-noite e dança até as 4 horas da manhã. Voltando pra casa ainda é obrigado a fazer coisas desagradáveis. Não é João!”

Terível perseguição

Uma entidade de homossexuais denunciou, ontem, em Buenos Aires, que vários dos seus integrantes foram assassinados pelo comando terrorista de extrema direita Aliança Anti-Comunista Argentina, que ameaçou “executar todos os homossexuais do País”.

Numa publicação denominada “Somos”, a denominada Frente de Libertação Homossexual da Argentina, expressa que seus membros foram forçados a exilar-se ou ocultar-se abandonando suas residências devido a uma terrível perseguição da AAA.

O grupo exorta a luta “pelos direitos de dispor livremente do próprio corpo” e para “libertar-se das opressões” num país que considera “atrasado e machista”.

A Frente Libertadora Homossexual denuncia ainda: “Somos perseguidos, detidos e desprezados pelo simples fato de sermos homossexuais — mas assegura — não ficaremos parados, de braços cruzados e muito menos nos afogaremos em pranto de autopunição.”

“LÉ COM LÉ, CRÉ COM CRÉ”
(Velho o Sábio ditado popular)

Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 0, abr. 1978, p. 8.

Nesta imagem, extraída de uma reportagem de três páginas publicada em *Lampião da Esquina*, temos a reprodução de uma edição da *Coluna do Meio*. *Lampião da Esquina* logo em seu primeiro número experimental, de abril de 1978, pautou o processo contra Curi, questionando sua criminalização.

Nesse sentido, para nós, *Lampião* nasce como plataforma política, na medida em que permite uma experimentação do direito de expressão e do direito à comunicação que possibilita estabelecer discussões políticas. A partir da posse sobre este instrumento de tecer

narrativas foi possível para os lampiônicos contestarem as acusações sobre Curi, cuja envergadura simbolizava uma tentativa de criminalizar a homossexualidade ante à ausência de tipificação penal no Brasil.

Imagem 37 - Às portas da lei



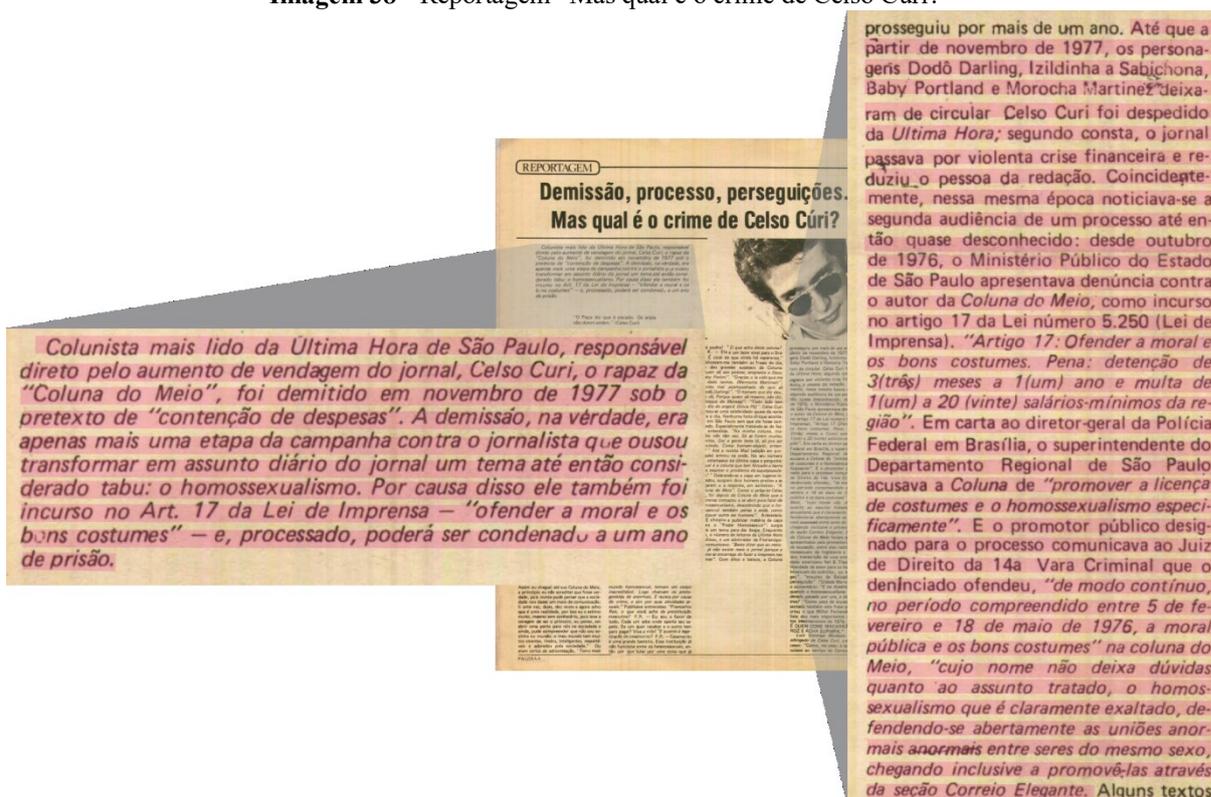
Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 17, out. 1979, p. 4

Nesta notícia publicada em *Lampião*, temos a transcrição de uma entrevista com o professor de Direito Penal Ruy da Costa Antunes da Universidade de Pernambuco, que define “a posição do homossexual perante a lei”. O catedrático afirma não existir tipificação penal para a homossexualidade no Brasil, embora mencione a existência de regulamentos militares que são “rigorosos no tocante à conduta homossexual, considerada incompatível com a disciplina e dignidade da caserna”. O que explicaria, então, Celso Curi ter sofrido demissão, processo e perseguição após escrever a *Coluna do Meio*?

Até ser absolvido⁹⁹ em março de 1979, Celso Curi experimentou violações de sua cidadania que também ferem os direitos humanos. A empresa alegou que o despediu por “contenção de despesas”, mas tanto a demissão da instituição em que trabalhava, quanto o processo judicial que sofreu - além das ameaças-, se originaram, em nossa análise, de uma conduta “atrevida” de pautar a homossexualidade masculina em um jornal diário de grande circulação.

⁹⁹ Cf. *Lampião da Esquina*, ed. nº 11, abr. de 1979.

Imagem 38 - Reportagem “Mas qual é o crime de Celso Curi?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 0, abr. 1978, p. 6.

Assim, enxergamos que na narrativa sobre sua demissão por “crise financeira” e na narrativa jurídica sobre o possível crime de “ofender a moral e os bons costumes” estavam implícitos discursos homofóbicos. Entretanto, estes discursos subentendidos no processo contra Curi não faziam parte de um caso isolado. Outras narrativas sobre processos penais acusando gays e lésbicas de crimes foram contadas, por outros pontos de vista, na imprensa alternativa.

Em matéria assinada por Aguinaldo Silva, na edição nº 13, de junho de 1979, *Lampião* publica outro caso em que a Diferença operou na criminalização. Trata-se da situação em que a morte de Vânia da Silva Batista, inicialmente registrada como suicídio, foi considerada posteriormente “morte suspeita” após o delegado responsável pelo caso ler uma carta de amor endereçada à Vânia, assinada por “Nino, o italianinho”. No processo criminal constava que Nino era Ninuccia Bianchi, definida como uma mulher lésbica de 29 anos acusada de assassinar sua companheira Vânia.

Imagem 39 - Reportagem “Só provam que ela é lésbica”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 13, jun. 1979, p. 8.

Segundo narra a notícia, a promotoria e o advogado de acusação, na falta de provas de homicídio, rechearam a denúncia com discursos que “incriminam” Ninuccia como uma “lésbica” cuja “paixão ardente” a teria levado a cometer um “gesto extremo” após Vânia ameaçar deixá-la; e Vânia como uma mulher “feminina” que queria resgatar sua “normalidade” afastando-se de Ninuccia.

A reportagem menciona que Vânia poderia tanto ter se jogado quanto ter sido empurrada do prédio de Ninuccia, mas denuncia que os discursos da acusação centram-se na quebra da normatividade de gênero e de sexualidade de sua companheira, e não em relação à provas de homicídio.

Após ser exposta como “assassina lésbica” por veículos da imprensa, ter seu luto desrespeitado, e sofrer o estigma do caso em sua vida social, Ninuccia foi inocentada pelo júri em 26 de junho de 1980, por 5 votos contra 2, por falta de provas. Entrevistada por Leila Miccolis, sua absolvição foi pauta da edição nº 27, de agosto de 1980 de *Lampião da Esquina*. Ninuccia Bianchi relata na entrevista que:

O fato da morte de Vânia foi um triste episódio, principalmente pelas circunstâncias que o cercaram. Ainda sinto os efeitos, mesmo, porque Vânia carecia de afeto, pois tinha sido repudiada por toda a família, notadamente pelo pai, José Luis Batista, que sequer permitia a sua aproximação do lar. No dia do acidente, Vânia chegou muito nervosa, sem dizer o que se passava. Após permanecer por algum tempo, saiu novamente sem dizer onde ia, retornando após às onze horas, ainda mais excitada; procurei conversar, não adiantou, e a conselho de uma vizinha chamada Wilma Sampaio dei-lhe água açucarada, ajudei-a o despir-se, e em seguida, como ela já estivesse deitada no sofá da sala, onde dormia, fui para o meu quarto deitar-me, sendo acordada pelo síndico do prédio - Valentim da Silva Prado - que me informou ter a Vânia caído da janela da sala. Quanto à briga que teria havido antes do fato, não é verdade, nem durante toda a instrução do processo qualquer testemunha fez referência a tal fato. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, ed. nº 27, ago. 1980, p. 6).

Outro caso em que a criminalização partia da marca da diferença e não dos indícios de um crime é registrado por Trevisan (2018) em relação à campanha contra Antônio Chrysóstomo, que também era editor de Lampião. Após adotar uma criança de três anos, chamada Cláudia, os vizinhos de prédio de Chrysóstomo e uma empregada doméstica que trabalhou em sua casa iniciaram denúncias de que ele estaria maltratando e estuprando a menina. “Cláudia foi retirada da custódia de Chrysóstomo e levada para as dependências da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, onde passou a viver” (TREVISAN, 2018, p. 193).

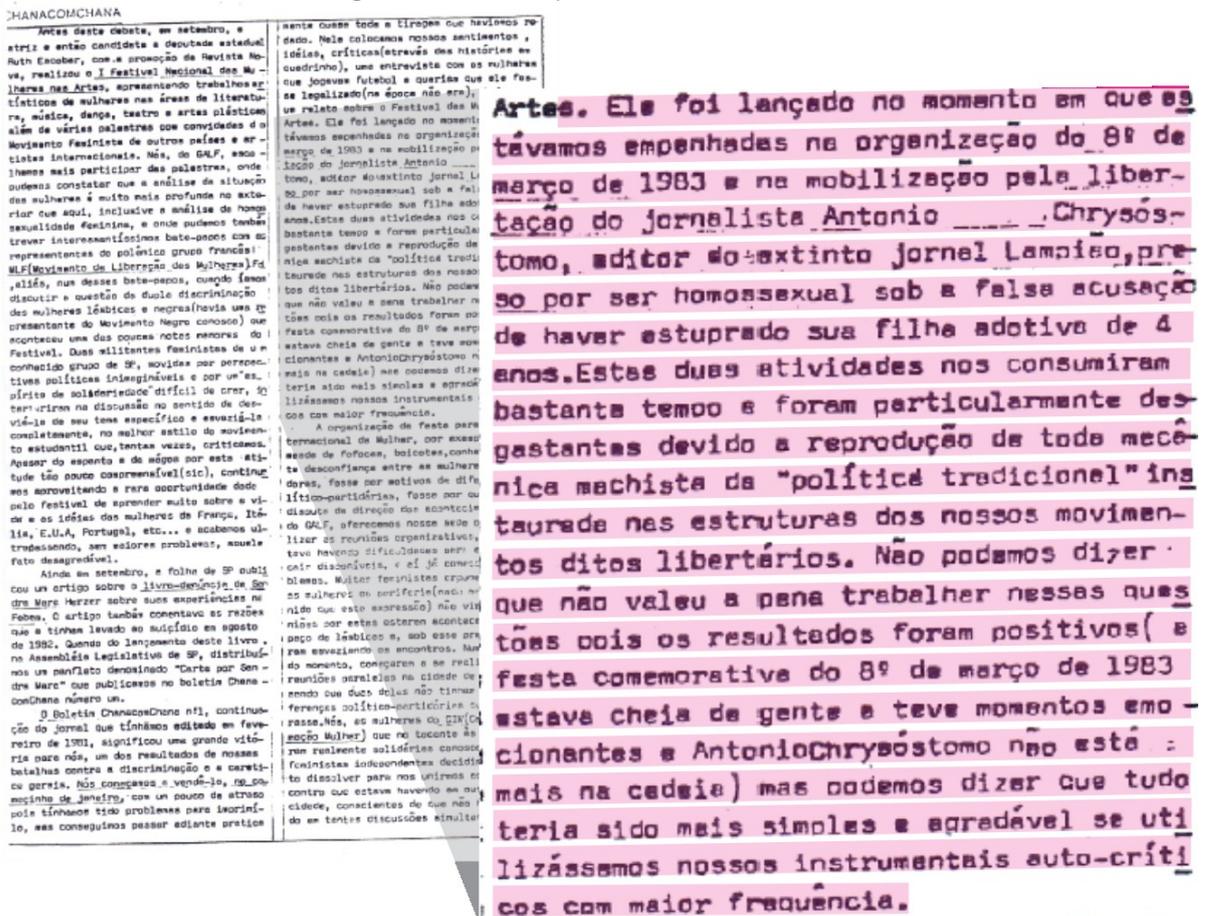
Trevisan (2018, p. 193) relata que após ser examinada por médico-legistas e afastados indícios de estupro, Chrysóstomo continuou a ser acusado de “maus-tratos contra menor” e “uso de menor para fins condenáveis” recebendo ordem de prisão preventiva, “sob alegação de que se tratava de um ‘pedofílico, numa cidade onde existem milhares de menores abandonados’”. Ao pedido de prisão, o promotor anexou um exemplar de Lampião para provar “uma noção exata da personalidade daqueles que leem o jornal, e a fortiori, dos seus responsáveis - argumento acatado pelo juiz que considerou se tratar de um ‘pasquim imoral e contrário aos bons costumes’”.

Uma vizinha também testemunhou que Chrysóstomo dava muitas festas na casa, sempre sem a presença de mulheres. Em depoimento, a empregada doméstica que trabalhava na casa, da religião Testemunha de Jeová, relata que “certa vez encontrara garrafas vazias de uísque e sinais de esperma no chão do apartamento, quando chegou na segunda-feira para trabalhar”.

Além disso, contou que já tinha visto Chrysóstomo beijado a menina na boca. Examinado por psiquiatras do Estado, Chrysóstomo foi considerado “uma pessoa afável e sem anomalia psíquica”, mas que apresentava “transtornos de personalidade: enquanto homossexual, sofria de parafilia - atividade sexual repetida com parceiro não concordante ou impróprio”.

Após oito meses na cadeia, o jornalista foi julgado e condenado a “dois anos e oito meses de prisão por atentado violento ao pudor, mais dois meses e vinte dias por maus-tratos a menor e um ano de medida de segurança em prisão por periculosidade social”. No entanto, no julgamento de segunda instância, “no dia 17 de março de 1983, foi considerado inocente, sob alegação de que o julgamento anterior se baseava não em provas, mas em conjecturas”, sendo libertado após um ano e oito meses de prisão. Definindo, alcoólatra e depressivo, Chrysóstomo “faleceu alguns anos depois, sem nunca reaver a garota”.

Imagem 40 - Caso Chrysóstomo no ChanaComchana.



Fonte: ChanaComChana, ed. nº 3, 1983, p. 6.

Após uma leitura destes três casos, enxergamos que ao se pensar sobre os direitos de pessoas subalternizadas, pela perspectiva interseccional de Crenshaw (1991), precisamos iluminar as esquinas em que a institucionalidade legitima violências praticadas no cotidiano não institucional. Essa legitimidade ocorre quando existem expressamente discursos de abjeção da diferença no corpo da lei, mas também, especialmente no caso brasileiro, quando há uma invisibilidade das marcas da diferença na hermenêutica jurídico-legal. Neste exercício, propomos distinguir Direitos Humanos e Cidadania para se pensar como estes institutos jurídico-políticos, construídos historicamente, muitas vezes ainda não oferecem agência à determinados corpos.

Maria Victoria Benevides Soares (2004) distingue direitos “naturais” a todos os seres humanos e os direitos ligados à Cidadania a partir do divisor jurídico-político. Para a autora, “cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um Estado” (2004, p. 51). Assim, esta ideia de Cidadania não é universal. Nesse sentido, o cidadão brasileiro não possui acesso aos mesmos direitos do cidadão indiano ou do cidadão alemão, por exemplo. Além disso, dentro da ordem jurídico-política de um Estado podem existir diferenças de acesso aos direitos, visto que, por exemplo, um presidiário tem seus direitos civis limitados.

Em contraponto, os Direitos Humanos foram pensados a partir de uma lógica pretensamente universal, “comuns a todos os seres humanos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral” (SOARES, 2004, p. 54). A primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita em 1948, ao final dos horrores da segunda guerra mundial, propõe uma “universalidade do ser humano e sobre o conjunto de direitos a ele associados” (SOARES, 2004, p. 54). Mais que um documento, significou um compromisso político de organismos internacionais com princípios protetivos a todo ser humano, inclusive os mais vulneráveis socialmente.

Algumas práticas que hoje podemos chamar de violações aos Direitos Humanos já foram legais em diversos países, principalmente ocidentais. Crimes cometidos contra gays na Alemanha nazista, por exemplo, estavam validados por lei. O clima de liberação sexual¹⁰⁰ que existia na Berlim da década de 1920 foi quebrado quando o governo nazista utilizou o

¹⁰⁰ Para Fry e MacRae, a Berlim da década de 1920 era uma cidade liberal e avançada, “cuja fama de ‘capital da homossexualidade’ poderia ser comparada com a de São Francisco hoje em dia”. (1985, p. 54).

parágrafo 175 do Código Penal Alemão¹⁰¹, em desuso jurídico, como justificativa para perseguir homossexuais:

Em 1935, o número de condenações sob o parágrafo 175 era de 835. Em 1935, a abrangência deste parágrafo foi aumentada para incluir beijos, abraços e até fantasias homossexuais, entre os crimes passíveis de punição. Assim, em 1936, 5.321 pessoas foram condenadas e em 1939 o número subiu dramaticamente para 24.450. Estes, depois de condenados, passavam pelas mãos da Gestapo e eram enviados para campos de concentração onde eram freqüentemente castrados e mantidos sob regimes de trabalho forçado e de subnutrição especialmente concebidos para acelerar sua morte. (FRY e MACRAE, 1985, p. 54).

Ou seja, as limitações aos direitos de gays na Alemanha nazista estavam dentro dos limites da Cidadania alemã. E não apenas lá. Paralelamente à situação alemã, a União Soviética sob o governo de Stalin põe fim a ampliação¹⁰² de direitos sexuais e reprodutivos obtidos nos três primeiros anos da revolução russa, e volta a tipificar a homossexualidade masculina como crime, em março de 1934, com pena de até oito anos de prisão.

Fry e MacRae afirmam que a campanha pela aprovação da lei que (re)criminalizou a homossexualidade na União Soviética “encontrou o apoio da imprensa que iniciou uma violenta campanha contra a homossexualidade com a colaboração do escritor realista socialista Máximo Gorki” (1985, p. 53). Para nós, mais um indício histórico de como as narrativas simbólicas constroem sentidos que impactam relações de poder concretas.

Em Lampião da Esquina encontramos registros dessas narrativas sobre a vulnerabilidade jurídica de pessoas homossexuais ante mudanças de sentido na sociedade, inclusive nas diretrizes de governos. “Além de outras coisas, o que se pode aprender desta história é o grau de vulnerabilidade de homossexuais perante mudanças bruscas da opinião pública (...)”. (FRY e MACRAE, 1985, p. 54).

¹⁰¹ Parágrafo do Código Penal Alemão, em vigor desde 1871, que punia relações sexuais entre homens. “[...] estipulava que atos de luxúria que atentassem contra o que é natural e realizado entre pessoas do sexo masculino ou entre homens e animais poderiam justificar a prisão e a perda dos direitos civis dentro do Estado alemão” (Henk et al., 2017, p. 283).

¹⁰² Segundo Fry e MacRae (1985, p. 52) “[...] na União Soviética imediatamente pós-revolucionária dava-se muita importância à questão da ‘libertação sexual’, chegando-se até a propor a abolição da instituição familiar. Em dezembro de 1917, o governo bolchevique aboliu as leis contra atos homossexuais. Esta medida fazia parte de uma série de iniciativas visando promover uma verdadeira revolução sexual: facilitar o divórcio e o aborto, a legalização da prostituição, concubinato e incesto”. Também corrobora Facchini e Simões (2009, p. 40).

Imagem 41 - Artigo “De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 13, jun. 1979, p. 17.

Este artigo, publicado originalmente em 1972 pelo Boletim Cidams¹⁰³, foi republicado na edição n° 13 de *Lampião da Esquina*. Nele encontramos discursos que denunciam o silenciamento de uma outra narrativa sobre o holocausto, que narra além do genocídio hebraico. Segundo consta, também foram perseguidas e executadas pessoas Ciganas, Testemunhas de Jeová, homossexuais, presos políticos e acusados de outros “crimes” em geral. Entre os argumentos apresentados no artigo está o registro do Parágrafo 175, que legitimou expressamente assassinatos em massa de homens gays na Alemanha nazista. Há também menção ao retrocesso legal, após um rápido suspiro de esperança na União Soviética, com a volta da criminalização da homossexualidade, sob influência das narrativas de Górkki neste processo.

Podemos observar, por meio destes episódios, os limites de uma ideia de Cidadania pensada estritamente sob o ponto de vista legal. Tanto discursos explícitos no corpo da lei podem conduzir a decisões jurídico-políticas que criminalizam os corpos diferentes, quanto na sua ausência, interpretações canalizadas por discursos implícitos de abjeção podem violar direitos. Por isso, para nós, orientados por Crenshaw (1991), a vulnerabilidade jurídica de determinados corpos aos olhos da lei só pode ser acessada iluminando-se as esquinas onde se cruzam questões étnico-raciais, sexuais, religiosas, de gênero e de classe.

¹⁰³ Coletivo italiano CIDAMS - *Centro Italiano per la Documentazione delle Attività delle Minoranze Sociali*.

Ainda que cada Estado-Nação tenha soberania para definir suas próprias noções de cidadania, os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxeram um novo panorama ao estabelecerem direitos fundamentais para qualquer pessoa humana. Estes princípios, como o princípio da dignidade da pessoa humana, passaram a orientar legislações nacionais acerca da Cidadania, entre elas a brasileira. No entanto, em sociedades periféricas como a brasileira, com uma experiência democrática menos enraizada, a efetividade da Cidadania a partir de parâmetros clássicos de direitos civis, políticos e sociais, influenciados pelos princípios dos Direitos Humanos, encontra enormes desafios, evidenciando diferentes níveis de Cidadania:

Tornou-se costume desdobrar a Cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam os não-cidadãos. (CARVALHO, 2008, p. 9).

Desse modo, especialmente em países cuja história foi lapidada por colonialidades extremamente violentas, como aqui no Brasil, marcadores sociais da diferença como raça, gênero, sexualidade e classe podem indicar diferentes níveis de acesso à Cidadania. Para Berenice Bento (2014), as relações desiguais que a diferença historicamente construída imprime, podem repercutir não apenas no acesso à Cidadania, mas também na própria forma como determinados corpos são socialmente lidos em sua humanidade, formando o que ela conceitua como Cidadania precária:

A Cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. (BENTO, 2014, p. 167).

Portanto, para a autora, em nossa sociedade, tanto a Cidadania quanto a própria condição humana de pessoas subalternizadas são acessadas de forma precária. Ela complementa (2014, p. 179): “As lutas por reconhecimento de mulheres, gays, lésbicas,

transexuais, travestis, transgêneros, negros/as têm um ponto em comum: tiveram que disputar visões e projetos de humanidade. Qual corpo tem direito a adentrar na humanidade?”.

Por um lado, enquanto a “concessão” da Cidadania jurídico-legal ocorre a conta-gotas, com vulnerabilidade frente à instabilidade política, os precários cidadãos se organizam e buscam o reconhecimento de sua humanidade. No Brasil, os homossexuais começam a se organizar no mesmo contexto em que se reorganizam os movimentos negros e feministas, ou seja, um contexto de derrubada do regime militar, integrando os chamados movimentos sociais urbanos. “Desde a segunda metade dos anos 70, acompanhando o início de abertura do governo Geisel, houve enorme expansão dos movimentos sociais urbanos”. (CARVALHO, 2016, p. 188).

Para Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 90), após o período mais autoritário de 1964 a 1978, que calou a sociedade civil, ressurgem os movimentos negros, os movimentos das mulheres, os movimentos sindicais e “os novos movimentos sociais urbanos, que mantêm a sociedade civil mobilizada, durante toda a década de 1980”. Este modelo de mobilização social vai ao encontro do que Maria de Lourdes Manzini-Covre (1995) conceitua como Cidadania em Construção:

Com a Cidadania em construção, pode-se dizer que se está para além da própria concepção de “Cidadania burguesa”, de uma Cidadania que não está presa ao Estado, mas que se utiliza deste, que se desenvolve a partir do que hoje se chama sociedade civil, e que leva em conta as particularidades dos grupos e dos indivíduos. (MANZINI-COVRE, 1995, p. 82).

É nesse contexto que em fevereiro de 1979 surge, em São Paulo, o primeiro grupo organizado de homossexuais do Brasil, o Somos - Grupo de Afirmação Homossexual. Alguns integrantes do Somos eram editores do jornal *Lampião da Esquina*, que surgiu em abril de 1978, sendo a primeira publicação editada por pessoas declaradamente homossexuais de grande repercussão nacional.

Acreditamos que a conquista deste veículo foi conduzida pelos processos de mobilização social do período, e, ao mesmo tempo, tornou-se condutora de muitos grupos de liberação sexual no Brasil. Para Festa (1986, p. 11): “os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe do poder”.

Ao pensarmos nas origens históricas das desigualdades sociais, percebemos como a diferença é marcada socialmente. No terreno de existência do jornal *Lampião da Esquina* encontramos elementos para se discutir a humanidade e a cidadania de pessoas subalternizadas, essas pessoas marcadas.

Ante a inexistência de leis que punam as homossexualidades no Brasil, pressões jurídico-legais como registrada na notícia “Sinal de alerta”, guardam relações com as disputas políticas de hoje. Em pleno 2019, assistimos a um presidente que fala em seu discurso de posse sobre “ideologia de gênero”, garantindo combatê-la¹⁰⁴.

Na esteira de seu poderio como “representante” da nação, ao afirmar esse compromisso, pronuncia-se um discurso de ameaça às lutas por reconhecimento das mulheres e das pessoas LGBTs - reivindicações de acesso à cidadania e à humanidade. Ameaças que se concretizam do ponto de vista jurídico-legal quando, em seu primeiro dia de governo, assina a medida provisória nº 870/19, que retira a população LGBT da lista de diretrizes e políticas destinadas a promoção dos Direitos Humanos¹⁰⁵.

Este cenário atual, para nós, sinaliza um alerta sobre a vulnerabilidade histórica dos direitos para pessoas subalternizadas. A recente trajetória de pequenas conquistas jurídico-legais para acessar a cidadania, como o direito ao casamento¹⁰⁶, não são garantias permanentes, tendo em vista a instabilidade da legitimação político-cultural sobre os direitos dessas populações - direitos que advém de conquistas muito recentes.

Os movimentos homossexuais que reivindicaram ampliação da Cidadania no final da década de 1970 e início da década de 1980 no Brasil não possuíam espaço político-partidário ou representatividade legislativa. Sua luta era travada na rua, e na articulação com movimentos feministas e movimentos negros. Somente em 1995 surge uma proposta na Câmara dos Deputados que visava ampliar a Cidadania de homossexuais - era o Projeto de

¹⁰⁴ Em nosso olhar, o discurso de Bolsonaro é extremamente ideológico na medida em que levanta posições político-culturais de abjeção aos cidadãos marcados pela diferença historicamente construída. Segundo ele: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e a nossa tradição judaico-cristã, combatendo a ideologia de gênero, resgatando os nossos valores. O Brasil passará a ser um país livre das amarras ideológicas.” (Discurso de posse de Jair Bolsonaro, 01 de jan. 2019). Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-01/no-discurso-de-posse-bolsonaro-pede-apoio-para-reconstruir-o-pais>>. Acesso em 03 jan. 2019.

¹⁰⁵ Medida Provisória nº 870/19. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em 03 jan. 2019.

¹⁰⁶ Resolução nº 175, de 14 maio 2013, do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>>. Acesso em 03 jan. 2019.

Lei nº 1151/95, de união civil entre pessoas do mesmo sexo¹⁰⁷, apresentada pela então deputada Marta Suplicy.

Este início de acesso à discussão política sobre a Cidadania de grupos subalternizados se desdobrou nos últimos anos no Brasil em um pequeno crescimento da inserção de pautas LGBT em partidos políticos e, conseqüentemente, em cadeiras legislativas - embora ainda extremamente sub-representadas. No entanto, como no Brasil a Cidadania precária da perspectiva de Bento (2014) nega duplamente Cidadania e humanidade, e, para Manzini-Covre a cidadania está continuamente em construção, ainda não alcançamos aqui o ponto do pensamento de Elisabeth Holzleithner (2016, p. 890):

O direito é muito visado pelos movimentos sociais. Hoje em dia, lutas por reconhecimento não são travadas apenas nas ruas e em projetos de resistência. Cada vez mais, são deslocadas para o interior do lobby na produção legislativa e para o interior das salas dos tribunais. Intervenções jurídicas devem impulsionar a emancipação de grupos desfavorecidos. O direito é, finalmente, um significativo meio de controle da sociedade: é democraticamente legitimado, comprometido com a observância dos direitos humanos e é imposto de forma institucionalizada, o que constitui seu poder especial.

Balisada na realidade austríaca, Holzleithner não alcança a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas que envolvem a luta por leis que garantam Cidadania para pessoas LGBTs no Brasil contemporâneo. No entanto, aponta uma tendência de aumento do uso Jurídico e Legislativo para que as pessoas possam buscar efetividade da Cidadania. Em nosso entendimento, entretanto, estas agências estão menos possíveis de serem acessadas no atual cenário.

Por isso, para além de demandar a cidadania individualmente no campo jurídico, podemos tal qual os movimentos sociais das décadas de 70 e 80, também utilizar estratégias coletivas para sobreviver. Neste ponto “existe também um reconhecimento crescente de uma outra resposta: aquela que se dá por meio da coalizão - a afinidade em vez da identidade” (HARAWAY, 2000, p. 53).

Nesse sentido, somos adeptos da ideia de que tais estratégias de coalizão necessitam de alguns princípios dialógicos, que a experimentação da cidadania em Lampion da Esquina pode nos ajudar a pensá-los. A complexa teia social da diferença, com múltiplas combinações

¹⁰⁷ Ver Luiz Mello (2005).

dos eixos sociais da diferença historicamente construídos revelam um largo terreno de disputas necessárias para a construção da cidadania.

Seguindo Honnet (2003) e Manizini-Covre (1995), acreditamos que as lutas por reconhecimento e efetividade da cidadania guardam estreita relação com as disputas ideológicas concretizadas nos terrenos políticos, como as ruas e suas esquinas - inclusive aquelas impressas.

No enfrentamento às desigualdades estruturais, pessoas subalternizadas estabeleceram coalizões, que geraram cobranças multidirecionais e permitiram uma experimentação da Cidadania que, ao nosso olhar, ainda se faz necessária. Por isso, apresentamos a seguir elementos encontrados em Lampion da Esquina que localizam marcas sociais da diferença e auxiliam a compreender os tensionamentos impressos nas páginas do jornal.

5 “QUEM TEM MEDO DAS MINORIAS?”¹⁰⁸

Para se colocar no debate público, as pessoas marcadas pela diferença traçaram suas estratégias de coalizão na luta pelo reconhecimento de suas especificidades durante as décadas de 70 e 80. Chamadas de “minorias”, travaram disputas de paradigmas com as direitas e as esquerdas ortodoxas pelo reconhecimento de suas existências nos projetos políticos nacionais.

Mais do que isso, em suas coalizões, estabeleceram discussões entre si revelando desigualdades complexificadas por múltiplos eixos de diferenciação social. Ao ler as páginas de Lampião, interpretamos que esse terreno de tensionamentos permitiu uma experimentação da cidadania em construção, numa relação multidirecional, com a macro e com a micro-política.

Posto que a diferença historicamente constituída opera em nível sistêmico quanto às relações de poder, os processos de luta por reconhecimento revelaram conflitos com os não aliados e também entre co-aliados. Para ler esse cenário, em suas distintas dinâmicas, começamos pela compreensão de que, no contexto histórico-social de Lampião da Esquina, as pessoas marcadas pela diferença eram compreendidas como “minorias” pela macro-política, ainda que, quantitativamente, não o fossem.

Ora, a noção contemporânea de minoria - isto que aqui se constitui em questão - refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc. (SODRÉ, 2005, p. 11-12).

Portanto, Sodré (2005, p. 12) visualiza minoria como “um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. E quando uma minoria ativa dispositivos de Comunicação, como o jornal Lampião da Esquina, propondo diálogo com outras minorias, amplia-se a ressonância de sua luta contra-hegemônica - e também os desafios para lidar com as diferenças dentro da diversidade.

¹⁰⁸ Título extraído de reportagem na edição nº 10, de março de 1979, do Lampião da Esquina.

Imagem 44 - Reportagem com Fernando Gabeira.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 18, nov. 1979, p. 5.

Julgamos importante para a análise do contexto histórico-social trazer este excerto extraído de uma entrevista de Fernando Gabeira ao *Lampião* intitulada “Não se pode esperar 70 anos para ter um orgasmo”. O entrevistado traz discursos que apontam disputas de paradigma¹⁰⁹ entre as esquerdas ortodoxas da época e os movimentos de “minorias”.

Ao interpretar esta narrativa, temos em um primeiro plano a noção de “minorias” aplicada às pessoas que estão reclamando emancipação cidadã, por meio do reconhecimento de diferentes identidades sexuais, de gênero e étnico-raciais. E num segundo plano, encontramos a percepção de “esquerdas” para se referir às pessoas que estão construindo lutas de enfrentamento à ditadura baseadas exclusivamente na relação de classe.

Percebemos a tensão existente quando a diferença é diminuída em prol de uma “luta maior”. E como esta “luta maior”, quando pensada isoladamente ou como prioritária, pode ser conservadora do *status quo* relativo a condições específicas de existência de determinadas pessoas. Para Facchini e Simões (2009, p. 105) este foco de conflito entre os movimentos sociais da época evoluiu “para uma polarização entre a prioridade das lutas específicas de mulheres, negros e homossexuais e a prioridade da chamada luta maior contra a ditadura e pela transformação social.”

¹⁰⁹ Luiz Inácio Lula da Silva, ainda sindicalista no ABC paulista, também concedeu entrevista ao *Lampião da Esquina* ecoando os estigmas das esquerdas à época para com as reivindicações de “minorias”: “Feminista pra mim é desocupada” e “Homossexualismo na classe operária? Não conheço”. ENTREVISTA. Alô, alô classe operária, e o paraíso, nada? *Lampião da Esquina*, ed. nº 14, jul. 1979, p. 9-11.

Este dado sobre a polarização é fundamental para a compreensão de coalizões entre pessoas subalternizadas nas suas lutas específicas por reconhecimento. Acreditamos ter sido nesta perspectiva que Lampião adotou uma linha editorial que buscava ser espaço “para todas as minorias”. No entanto, os processos necessários para cumprir este objetivo seriam desafiantes, principalmente quando lidos pelas lentes da interseccionalidade.

Em nossa leitura, reclamando pontos de equilíbrio, outras pessoas subalternizadas contestaram Lampião quanto ao aspecto “negado-oprimido e afetado-excluído”¹¹⁰ de suas narrativas em relação à gênero, raça e classe. Compreender estes conflitos como experimentação da cidadania nos auxilia na tentativa de desnudar as múltiplas dimensões que estruturam os poderes em nossa sociedade.

5.1 “Lampião é desnudado”¹¹¹

A partir deste momento, por meio das relações entre marcadores sociais da diferença e poder, procuramos localizar tensionamentos entre pessoas subalternizadas no jornal Lampião da Esquina para despir processos de silenciamento, conflitos e cidadania. Peruzzo (1998, p. 276) afirma que: “em matéria de Comunicação, não basta incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para mantê-los desobstruídos. Isso tem a ver com objetivos estratégicos, ou seja, aonde se quer chegar”. Assim, em contraponto aos objetivos editoriais de democratizar o veículo para todas as “minorias”, Lampião foi pressionado por estas pessoas a destravar seus canais de acesso.

Neste exercício, trazemos primeiramente alguns elementos por nós lidos como referentes a uma perspectiva androcentrada do jornal Lampião da Esquina. No ato de desnudar o periódico, apresentamos como os discursos majoritários dentro do jornal tinham uma localização centrada no gênero masculino. A começar pelo símbolo do jornal que, associado ao nome LAMPIÃO DA ESQUINA¹¹², formavam o logotipo do jornal.

¹¹⁰ Cf. Henrique Dussel (2000, p. 421).

¹¹¹ Título extraído de carta publicada na seção Cartas na Mesa da edição nº 3, 25 de julho a 25 de agosto de 1978, do jornal Lampião da Esquina.

¹¹² Trevisan (2018, p. 317) afirma que o nome do jornal foi pensado, inicialmente, apenas como Lampião. Mas que acabou sendo registrado como Lampião da Esquina “para contornar o fato de que alguém anteriormente já patenteara o nome ‘Lampião’. Como a empresa editorial se chamava Esquina, o sentido do nome continuava ambivalente”.

Imagem 45 - Símbolo do jornal *Lampião da Esquina*.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 1, 1978, p. 1.

Enxergamos que o símbolo do jornal construído a partir de um chapéu de cangaço, associado à escolha do nome, remete à figura de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, líder da insurreição sertaneja do cangaço. Desses sinais, inferimos que a apropriação do nome Lampião foi pensada como uma subversão do machismo que o mesmo representava¹¹³, ao associá-lo a um jornal conduzido por homens gays, cujos corpos são marcados pela quebra da heteronormatividade.

Depreendemos ainda que um dos sentidos da esquina em que este Lampião circula é o de se referir ao gueto noturno onde se cruzam corpos marginalizados. É o lugar da encruzilhada, do perigo. A esquina também têm o sentido da prostituição, feminina ou masculina, que geralmente ocorre em locais mal iluminados.

Além disso, alcançamos que o rosto presente no símbolo é construído visualmente em referência direta à genitália masculina. No entanto, a alusão ao falo na escolha do símbolo de um jornal que pretendia “ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados”¹¹⁴ foi tensionada por mulheres à época como “uma atitude agressiva e machista (...) uma posição desrespeitosa em relação às mulheres”. Em carta publicada na

¹¹³ Cf. MACHADO, Maria C. R. M. Aspectos do fenômeno do cangaço no nordeste brasileiro (II). *Revista de História*, n. 95, São Paulo, 1973b, p. 177-212. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/132041-Texto%20do%20artigo-252202-1-10-20170510.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

¹¹⁴ Cf. editorial edição experimental nº 0, de abril de 1978, de *Lampião da Esquina*.

edição nº 3 de Lâmpião, sem assinatura, mulheres de um grupo¹¹⁵ de homossexuais de São Paulo, fazem observações sobre o jornal Lâmpião, incluindo uma opinião sobre seu símbolo.

Imagem 46 - Carta "Lâmpião é desnudado".



Achamos importante mencionar que o nosso acesso a cartas de pessoas leitoras, inclusive aquelas com tons de crítica ao jornal, foi feito a partir das próprias edições de Lâmpião. Assim, opiniões de oposição ao periódico que foram publicadas em suas próprias páginas passaram pela aprovação de seu corpo editorial. Isso sinaliza um aparente movimento de abertura a outros pontos de vista, que, no entanto, foi apontado por Trevisan (2018) como eivado de limites, na medida em que existiram pautas e notícias que teriam recebido a censura dos editores - prática condenável pela visão de Juarez Bahia (1990, p. 43):

Cada veículo tem mecanismos de controle editorial por meio dos quais exerce os seus critérios de produção seleção e organização das notícias, sem que o

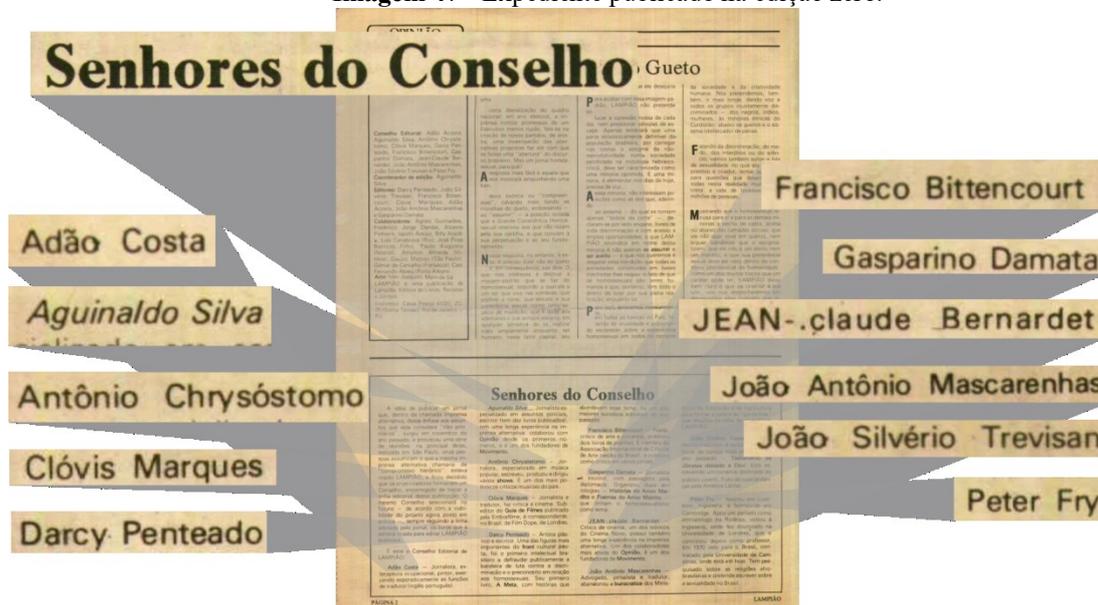
¹¹⁵ Não mencionado no texto qual seria este grupo.

exercício dessa função implique autolimitações à liberdade de informar ou a prática condenável da autocensura interna para substituir a censura externa.

Para Trevisan (2018, p. 337-338), existiram momentos em que Lampião passou por uma “uma inegável centralização de poder”. Neste cenário, “as decisões acabaram ficando nas mãos de um ou dois editores, que vetavam ou cortavam o que queriam, dificultando ou não permitindo discussões mais amplas sobre novas perspectivas para o jornal”. O autor se refere ao último ano de existência de Lampião, após divergências internas entre os editores somadas aos problemas financeiros e à diluição na grande imprensa das pautas que Lampião retratava.

Antes disso, entretanto, este controle editorial era exercido exclusivamente pelos “Senhores do Conselho”, composto por onze homens gays que cotizaram financeiramente o jornal para o seu surgimento (TREVISAN, 2018, p. 316). Segundo Facchini e Simões (2009, p. 84), “Lampião era, em vários aspectos, muito diferente de tudo o que lhe havia precedido em termos de imprensa homossexual” por reunir em seu conselho editorial “um conjunto de jornalistas, escritores e intelectuais de considerável peso na vida cultural brasileira, que emprestavam uma inédita legitimidade à empreitada”.

Imagem 47 - Expediente publicado na edição zero.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 0, abril 1978, p. 02.

Salta aos olhos a ausência de mulheres lésbicas na composição deste corpo editorial que decidia sobre textos que pautavam a questão homossexual. Trevisan afirma que, no período de surgimento do jornal, mulheres foram contatadas, mas que “negaram-se

terminantemente a colocar seus nomes no jornal. Daí por que a equipe era toda constituída de homens” (ibid, p. 317).

Sem espaço no corpo editorial, ao longo da trajetória de *Lampião*, mulheres participaram do periódico na condição de colaboradoras, caso de Leila Miccolis¹¹⁶ mais fortemente, e de Dolores Rodrigues¹¹⁷, Cynthia Sarti¹¹⁸, Zsu Zsu Vieira¹¹⁹, Lucia Rito¹²⁰, Mariza, Mirna Grzich, Nica Bonfim¹²¹, Regina Rito¹²² e Sandra Albuquerque, com menos participações. Entre mulheres negras, apenas Lélia Gonzalez teve texto publicado, mas não chegou a figurar no expediente do jornal. Também não constava nos expedientes, mas publicou textos Janice Caiafa¹²³, mulher branca.

Constatamos ainda a presença de uma única pessoa negra entre os lampiônicos editores. Trata-se de Adão Acosta¹²⁴, um dos cinco a continuar como editor da primeira à última edição, ao lado de Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt (equipe do Rio) e João Silvério Trevisan e Darcy Penteadó (equipe de São Paulo); e um dos cinco, ao lado de Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt, Antônio Chrysóstomo e Clóvis Marques, a serem fotografados e indiciados pela polícia federal, no dia 02 de abril de 1979, em inquérito¹²⁵ que foi aberto contra o *Lampião* por atentar “a moral e os bons costumes” tipificada na Lei de Imprensa.

Entre as pessoas colaboradoras constantes nos expedientes, encontramos a presença de textos de uma única pessoa negra: Rubem Confete, que constou como colaborador nos

¹¹⁶ Literata autora de contos e poesias. Em seu site é possível acessar alguns de seus textos. Disponível em: <http://www.blocosonline.com.br/sites_pessoais/sites/lm/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹¹⁷ Dolores Rodrigues, mulher branca lésbica, passa a figurar como revisora do jornal a partir da edição nº 27.

¹¹⁸ Fazia parte do corpo editorial de *Nós Mulheres*.

¹¹⁹ VIEIRA, Zsu Zsu. A doença infantil do machismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, p. 2, jul./ago. 1978. Zsu Zsu Vieira é pseudônimo de uma jornalista brasileira que publicou coluna sobre problemas sentimentais em jornal carioca.

¹²⁰ Escritora, jornalista e produtora cultural. Falecida aos 53 anos. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/morre-a-escritora-e-jornalista-lucia-rito,20030618p319>>. Acesso em 09 jan. 2019.

¹²¹ Atriz e artesã carioca.

¹²² Jornalista. Atualmente é colunista de telenotícias do jornal *O Dia*.

¹²³ CAIAFA, Janice. Passagem de fluxo. *Lampião da Esquina*, ed. nº 17, out. 1979, p. 7;

CAIAFA, Janice. Mulher, discurso minoritário e atuação revolucionária. *Lampião da Esquina*, ed. nº 22, mar. 1980, p. 8.

CAIAFA, Janice. Aborto corpo livre. *Lampião da Esquina*, ed. nº 29, out. 1980, p. 10.

¹²⁴ Não encontramos informações atuais sobre Adão Acosta, apenas dedicações (in memoriam) de Aguinaldo Silva a ele, “Jornalista de vida breve, negro e atrevido”. Disponível em: <<http://m.musica.uol.com.br/ultnot/2012/05/18/love-to-love-you-baby-um-hino-de-amor-que-nunca-sera-esquecido.htm>>. Acesso em 08 jan. 2019.

¹²⁵ LAMPIÃO DA ESQUINA. Uma capa com muitas estrelas. *Lampião da Esquina*, ed. nº 12, maio 1979, p. 3.

expedientes das edições nº 22 a nº31, escrevendo também em outras edições¹²⁶. No entanto, foram entrevistadas pessoas negras como o ativista panafricanista Abdias Nascimento¹²⁷ e artistas como Zezé Motta¹²⁸ e Leci Brandão¹²⁹, além de publicadas notícias assinadas por pessoas negras leitoras¹³⁰ e por movimentos negros¹³¹:

Imagem 48 - Notícias “Fala do Movimento Negro Unificado” e “Fala o pessoal do IPCN”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 21, fev. 1980, p. 10.

Interpretamos que essa centralização do poder editorial, em termos de marcadores sociais da diferença, vai na contramão da originalidade proposta por Lampião. Em nossa leitura, o jornal foi pensado para ir além dos modelos hegemônicos da grande imprensa e da imprensa alternativa: “[...] editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade procurando forjar alianças com as demais ‘minorias’, ou seja, os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico”. (FRY e MACRAE, 1985, p. 11).

¹²⁶ CONFETE, Rubem. No quilombo, o samba é pra valer. *Lampião da Esquina* ed. nº 17, out. 1979, p. 14.

CONFETE, Rubem. Quanto vale o negro brasileiro. *Lampião da Esquina*, ed. nº 19, set. 1979, p. 10.

CONFETE, Rubem. IBGE dá golpe nos negros. *Lampião da Esquina*, ed. nº 20, jan. 1980, p. 16.

¹²⁷ ENTREVISTA. Nessa democracia quem governa é a minoria branca. *Lampião da Esquina*, ed. nº 15, ago. 1979, p. 10-12.

¹²⁸ ENTREVISTA. Zezé Motta, negra e mulher-bicha. Edição nº 19, set. 1979, p. 11.

¹²⁹ ENTREVISTA. A música popular entendida de dona Leci Brandão. ed. nº 6, nov. 1978, p. 10-11.

¹³⁰ CELESTINO. Longe daqui, aqui mesmo: um negro escreve de Paris. *Lampião da Esquina*, ed. nº 15, ago. 1979, p. 13.

SANTOS, Ivan. Um garçon escreve ao “Dr. Gilberto Freyre”. *Lampião da Esquina*, ed. nº 15, ago. 1979, p. 13.

¹³¹ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Um dia de luta contra o racismo. *Lampião da Esquina*, nº 3, p. 2, jul./ago. 1978.

Pensamos que compreender até que ponto as diferenças operaram na redação do Lâmpião passa por enxergar os limites de representação internos ao jornal. Os expedientes revelam que o corpo editorial sofreu mínimas variações ao longo de seus três anos de existência, mantendo uma composição majoritária de homens gays, cis, brancos de classe média. Selecionamos, respectivamente, os expedientes de uma edição intermediária e da última edição para um comparativo com o expediente da edição nº 0.

Imagem 49 - Expediente publicado na edição 28.



Fonte: *Lâmpião da Esquina*, ed. nº 28, 1980, p. 02.

As pequenas mudanças no corpo editorial foram decorrentes de divergências entre os editores, acirradas ao final do terceiro ano do jornal, mas que teve início já no primeiro ano do periódico, no final de 1978, quando João Antônio Mascarenhas deixou de constar no expediente a partir da edição nº 7. Para Facchini e Simões (2009, p. 94), Mascarenhas “preferia também que o jornal adotasse uma linha editorial voltada para a informação e prestação de serviços aos homossexuais, e focalizasse sobretudo os que viviam mais distantes dos grandes centros urbanos”. Sua posição isolada defendia a “construção de um movimento por direitos civis mais aos moldes dominantes no contexto norteamericano”.

A partir da edição nº 28, de setembro de 1980, a primeira em que Lampião expõe¹³² fortemente as dificuldades financeiras para manter suas atividades, Peter Fry também deixa de constar no expediente. Uma tendência que se mantém na edição nº 32, quando as divergências entre os editores do jornal se intensificam e Aguinaldo Silva passa a ser mencionado como coordenador da edição. A cada edição, mais editores vão deixando o jornal, até o expediente final da edição nº 37, de junho de 1981, a edição que apaga as luzes de Lampião da Esquina.

Imagem 50 - Expediente publicado na edição 37.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 37, 1981, p. 19.

A crise financeira, somada às divergências internas e externas relativas aos ativismos¹³³, e a perda de espaço¹³⁴ para a grande imprensa sobre temas “minoritários” contribuíram para o fechamento do jornal *Lampião da Esquina*.

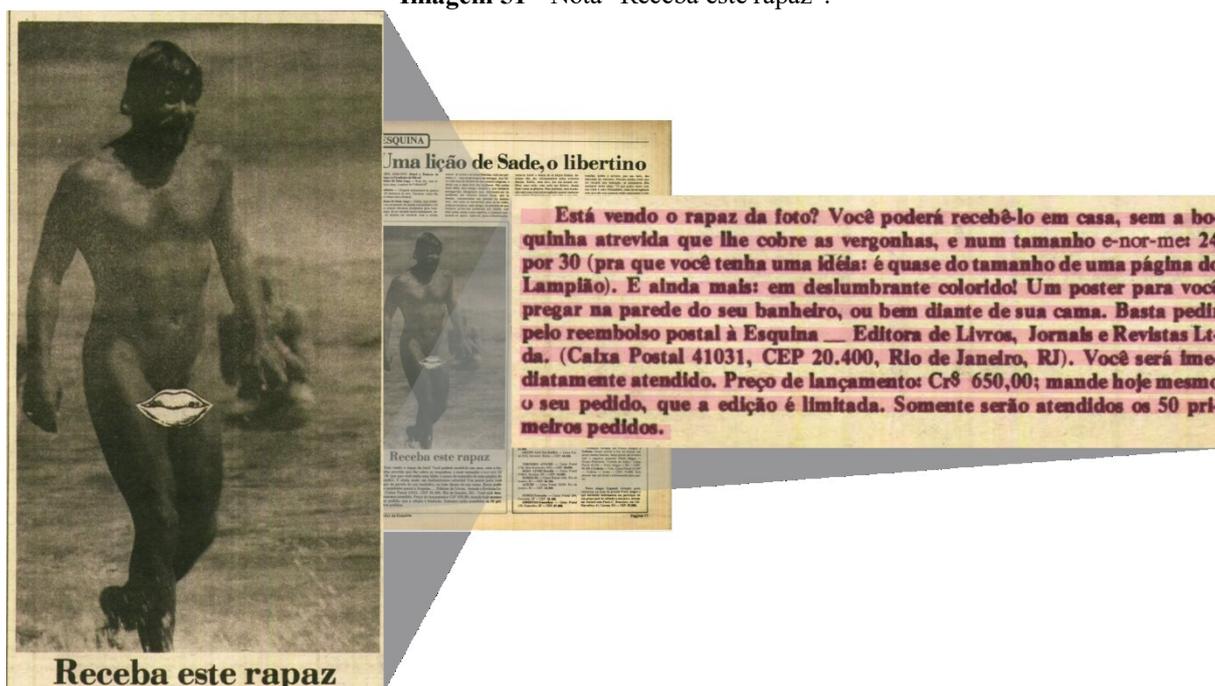
¹³² Destacamos o seguinte trecho: "Não podemos negar: estamos em crise. A crise, claro, não é um privilégio nosso - a nossa e mais um reflexo da crise geral, nacional. Estamos chegando aos nossos leitores a um preço cada vez maior - e não estamos mais falando de trabalho e sim, de custos financeiros. Por suas características marginais, o jornal tem encontrado grande resistência por parte dos anunciantes (...)". SILVA, Aguinaldo. Nós ainda estamos aqui. ed. nº 28, set. 1980, p. 02.

¹³³ No 2º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados os conflitos entre os grupos e o jornal *Lampião da Esquina* anunciaram rupturas. "Discutir os tropeços e desacertos do único jornal homossexual desta terra que tem conseguido se manter de pé não era, decididamente, primordial para nenhum dos grupos participantes, (...). Além disso, das maneiras com que foi conduzido, o repúdio ao *Lampião* acabou por se tornar uma aborrecida faca de dois gumes, que corta mais para o lado dos grupos do que para o lado do jornal (...)". RIBONDI, Alexandre. Notas sobre um coquetel de ódio. *Lampião da Esquina*, ed. nº 32, jan. 1981.

¹³⁴ Anúncio intitulado "Memória Guei" assume a diluição de pautas na grande imprensa: "De alguns anos para cá, a Imprensa Brasileira tem dado um certo destaque a Questão Homossexual. Ensaio, entrevistas, matérias,

Antes disso, porém, Lampião tentou - tal qual *O Pasquim* - investir na nudez, dessa vez masculina, para alavancar as vendas do jornal. “Para tentar aumentar os recursos e melhorar a circulação, Lampião havia investido mais em fotos de rapazes nus e em assuntos que o seu editor principal julgava terem maior apelo junto ao público que freqüentava os guetos homossexuais das grandes cidades. (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 109).

Imagem 51 - Nota “Receba este rapaz”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 30, nov. 1980, p. 11.

Nesse processo, algo havia se perdido da proposta original. Enxergamos uma mudança de discurso de Lampião em relação ao corpo nu ser exposto no jornal. Da edição nº 0, em que Lampião se coloca contrário à nudez, por entender que ninguém deva ser objeto sexual (imagem 54), até à nudez como arma "para chocar os moralistas" (imagem 53), em que a nudez masculina é explorada em calendários e notícias, estão as pistas. “O resultado foi uma descaracterização das intenções iniciais do projeto, o que provocou uma sensível diminuição nas vendas de exemplares”. (TREVISAN, 2018, p. 337).

reportagem e contos, têm sido publicados freqüentemente em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não perca no tempo e no espaço, o Jornal Lampião resolveu organizar uma Memória de tudo que tenha sido publicado sobre homossexualismo e as ditas minorias. Para isto, pedimos a colaboração dos leitores, que enviem-nos recortes (original ou xerox) desse material com a Indicação da fonte e data de publicação.". ANÚNCIO DE LAMPIÃO. Memória Guei. Lampião da Esquina, ed. nº 28, set. 1980.

Imagem 52 - Nota "Os meninos do Lampião".

Os modelitos do LAMPIÃO causaram tamanho impacto — o que chega de cartas pedindo "o endereço daquele moreno" "uma foto autografada daquele louro", não está no gibi —, que nós resolvemos publicar uma coleção delas, de uma só vez, para deleite dos nossos fiéis leitores. **Aí estão os meninos especialmente escolhidos pelo nosso Cecil Beaton, o Dimitri Ribeiro, para enfeitar as páginas deste hebdomadário escrachado. Tranquem-se no quarto, meninos e meninas, e mãos à obra...**

BOFARADA

Os meninos do LAMPIÃO

Os modelitos do LAMPIÃO causaram tamanho impacto — o que chega de cartas pedindo "o endereço daquele moreno" "uma foto autografada daquele louro", não está no gibi —, que nós resolvemos publicar uma coleção delas, de uma só vez, para deleite dos nossos fiéis leitores. **Aí estão os meninos especialmente escolhidos pelo nosso Cecil Beaton, o Dimitri Ribeiro, para enfeitar as páginas deste hebdomadário escrachado. Tranquem-se no quarto, meninos e meninas, e mãos à obra.**

Fotos: Dimitri Ribeiro

LAMPIÃO da Esquina

Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 22, mar. 1980, p. 09

Imagem 53 - Finalmente: o nu frontal!

BOFARADA

Finalmente: o nu frontal!

A nudez é o homem em seu estágio ecológico mais perfeito. Nas civilizações primitivas o ser humano não escondia a nudez, ao contrário, exaltava-a, principalmente os órgãos sexuais, por serem os elementos geradores da continuação da espécie. Sendo o judaísmo uma religião que

Vânia Toledo é uma dessas pessoas, ao pesquisar o nu masculino neste livro de ensaios fotográficos. Qualidades: o bom gosto, mesmo nas fotos propositalmente para chocar os moralistas, como a do ator Antônio Maschio; além disso, bom conhecimento técnico e, principalmente, um erotismo que emana naturalmente do fotografado, dispensando virtuosismos ou posturas propositalis. Defeitos: uma seleção um tanto ar-

Antônio Maschio

Nu Masculino

LAMPIÃO da Esquina

Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 27, ago. 1980, p. 09

Imagem 54 - Carta e resposta de Lampião.



Fonte: Lampião da Esquina, ed. n° 0, abril 1978, p. 14.

Imagem 55 - Carta "Em defesa dos bofes".



Fonte: Lampião da Esquina, ed. n° 8, jan. 1979, p. 14.

Em nossa leitura, esta mudança discursiva se intensificou nas edições a partir do final dos anos 80, quando as divergências entre os editores, e os rompimentos em virtude de diferenças de ativismo, provocaram uma diminuição da já reduzida polifonia no corpo editorial. Antes desse cenário, Lampião já sinalizava a assunção de um outro olhar sobre a

nudez. Na carta "Em defesa dos bofes", mesmo questionado por um leitor pelas contradições, Lampião assume a mudança de discurso em relação à objetificação sexual.

Na mesma carta do leitor podemos perceber também a reclamação em relação aos anúncios no periódico: “Outra reclamação que eu poderia fazer é que Cartas na Mesa mais parece Anúncios na Mesa - cês estão diminuindo as cartas, aumentando os anúncios, e esta seção é a melhor, pois visa ao diálogo, não é?”. Em relação às propagandas em Lampião da Esquina, tal qual o leitor, de fato observamos o aumento gradativo dos espaços destinados aos anunciantes, inclusive do próprio Lampião. E se estas comunicações pretendiam alavancar as vendas a partir da persuasão do público, notamos que a criação simbólica dos próprios anúncios de Lampião estavam referenciadas, quase que de forma exclusiva, ao masculino.

Imagem 56 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 12.



Fonte: Lampião da Esquina, ed. nº 12, maio 1979, p. 19.

Imagem 57 - Anúncio do próprio Lâmpião na edição nº 19.

CARTAS NA MESA

Caê a turma?

Quando perguntamos a quem pertencemos, a resposta é: "Eu sou brasileiro". Mas quando perguntamos a quem pertencemos realmente, a resposta é: "Eu sou brasileiro e pertencemos a uma comunidade".

Viva D. Helder

Um momento de LÂMPIÃO válida para o ano inteiro

Dê um presente exótico no próximo Natal

LÂMPIÃO

OSCRIMINACI

LÂMPIÃO da Esquina

Fonte: *Lâmpião da Esquina*, ed. nº 19, dez. 1979, p. 19.

Imagem 58 - Anúncio do próprio Lâmpião na edição nº 20.

ESQUINA

ESTRE LERON FILM DE VOCE

Suas paixões, alegrias e...

LÂMPIÃO É PAU PRA TODA OBRA

LÂMPIÃO É PRA TODA O...

Um espaço aberto às minorias.

LÂMPIÃO Assine agora.

LÂMPIÃO da Esquina

Fonte: *Lâmpião da Esquina*, ed. nº 20, jan. 1980, p. 19.

Imagem 59 - Anúncio do próprio Lampião na edição nº 21.



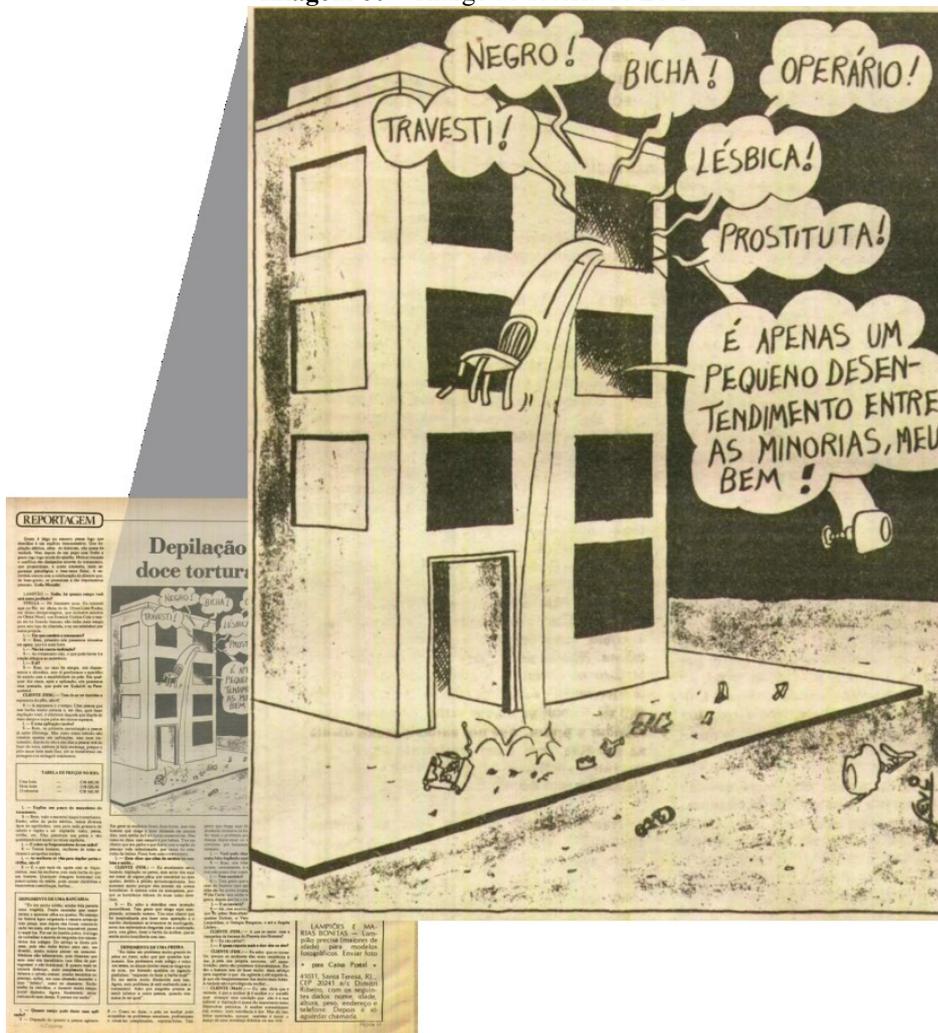
Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 21, fev. 1980, p. 19.

Observamos a partir dessas narrativas imagéticas discursos que demarcam o foco masculino de Lampião. Não por acaso, apenas duas mulheres circularam com maior frequência ao longo dos expedientes, marcando presença também nas escritas do jornal. São elas: Leila Miccolis e Dolores Rodrigues. Inferimos ainda discursos enviesados por raça e classe quando lemos alguns destes anúncios exibidos. Neles estão contidos elementos de racialização da objetificação sexual ao associar a foto de um homem negro apenas de cueca com a frase "no carnaval tudo é permitido"; além de elementos de objetificação de classe no anúncio "Lampião é pau pra toda obra".

Relacionamos a diminuta representatividade feminina e a delimitação de raça e classe de Lampião da Esquina ao alerta de Sodré (2006, p. 9): "A discriminação vem do fato de ignorarmos - afetivamente, intelectualmente - que estamos excluindo o outro, o diverso, por não termos possibilidade de lidar existencialmente com a diferenciação."

5.2 “Cartas de ‘Marias Bonitas’”¹³⁵: tensionamentos

Imagem 60 - Charge de autoria de Levi.



Fonte: *Lampião da Esquina*, 1980, nº 22, mar. 1980, p. 11.

Neste momento apresentamos outras pistas encontradas para se pensar as relações entre as assimetrias de poder que os marcadores sociais da diferença carregam e o estabelecimento de enfrentamentos entre pessoas subalternizadas. Pelas páginas de *Lampião da Esquina*, apesar do controle editorial estes conflitos não deixaram de se fazerem vistos. Pelas lentes da interseccionalidade e da dialogicidade, interpretamos que tais tensionamentos inauguraram uma forma de fazer política, de construir cidadania.

¹³⁵ Título extraído de notícia publicada na seção Cartas na Mesa da edição nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*.

A partir da charge acima, destacada da edição nº 22 do jornal *Lampião da Esquina*, lemos uma narrativa de conflitos inter cruzados entre minorias. Notamos que o cartunista Levi incluiu “operário” no rol minoritário, ao lado de “negro”, “lésbica”, “bicha”, “travesti”, “prostituta”, expressando um discurso em que a classe¹³⁶ também é uma marca social histórica que hierarquiza. Por carta, um leitor de Recife tensiona *Lampião*: “O povão, onde está o povão?”:

Vou ser franco: não gostei do jornal de vocês. Digo de vocês porque não acho que ele seja de toda a classe. É meio metido a intelectual, tem pretensões. Até aí tudo bem, porque tem muita boneca por aí bancando a sabichona, indo a concerto na Sala Cecília Meireles de nariz emproado e lencinho na lapela. Mas e o resto? E o povão? Eu acho que vocês deviam fechar mais com o bicharéu, para não parecer um jornal muito elitista. Afinal, vocês podem ser até todos muito granfinos, mas o jornal não pode dar bandeira sobre isso. Onde estão os travestis? Por que não tem uma no conselho de *Lampião*? Só tem professor e artista? Que democracia é essa de vocês, onde o povo também não vota? (*Lampião da Esquina*, ed. nº 4, ago. set. 1978, p. 19)

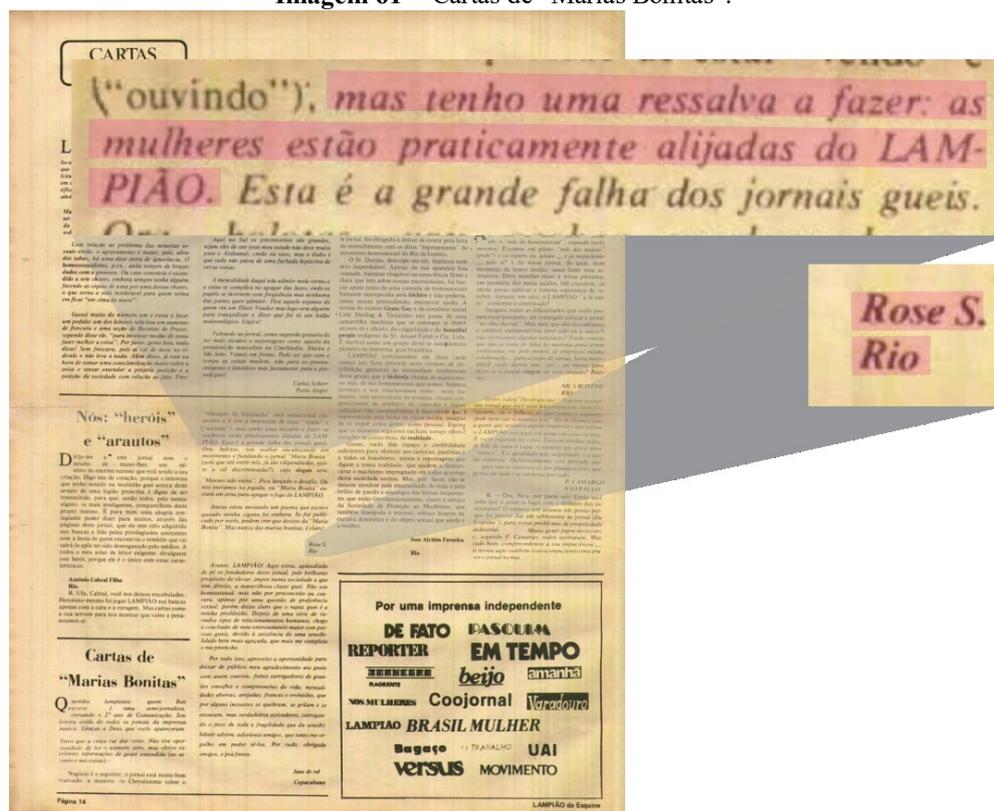
Também consideramos que por esta charge é possível espreitar que as marcas sociais da diferença são forjadas por processos sociais históricos quando, para diminuir outra pessoa em uma situação de conflito, o conflitante se vale dos sentidos negativos que as palavras carregam - signos de um passado ainda muito vivo.

Esta charge foi simbolicamente escolhida por representar, em nosso olhar, os tensionamentos por um viés micro-político. Consideramos micro num sentido político que manifesta dissensos internos entre as “minorias”, mas que, ao mesmo tempo, expõe relações de poderes macro-estruturais entre pessoas subalternizadas.

¹³⁶ Em outras edições de *Lampião* encontramos tensionamentos de classe: “Os ‘entendidos’ (aí falo de pessoas que se denominam assim) são via de regra pessoas pertencentes à classe média embebida dos preconceitos burgueses), e que se recusam a ser chamados de bicha - ‘bicha é diferente’. Existem mesmo alguns que chegam ao cúmulo de se achar (se portam como tal) seres especiais, talvez relacionados com forças transcendentais-extra-terrenas! (...) Eu quero aqui lembrar que essas aí [as bichas] foram as pioneiras, as cuspidas e repudiadas, que impuseram, dada sua ousadia, a existência do homossexualismo à sociedade.” FISHER, Ivo. Quem está com a bandeira? *Lampião da Esquina*, ed. nº 4, ago. 1978, p. 18.

Aqui uma leitora questiona o limite o estigma que associa gays exclusivamente à profissões limítrofes à arte: “Não é preciso se fazer sempre entrevistas com artistas, seria até bom, para que se entendesse que gueis existem em todas as profissões e atividades humanas.” LÚCIA, Carmem. Dar a palavra a gente comum. *Lampião da Esquina*, ed. nº 9, fev. 1979, p. 14.

Imagem 61 - Cartas de “Marias Bonitas”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n.º 2, jan. 1979, p. 13.

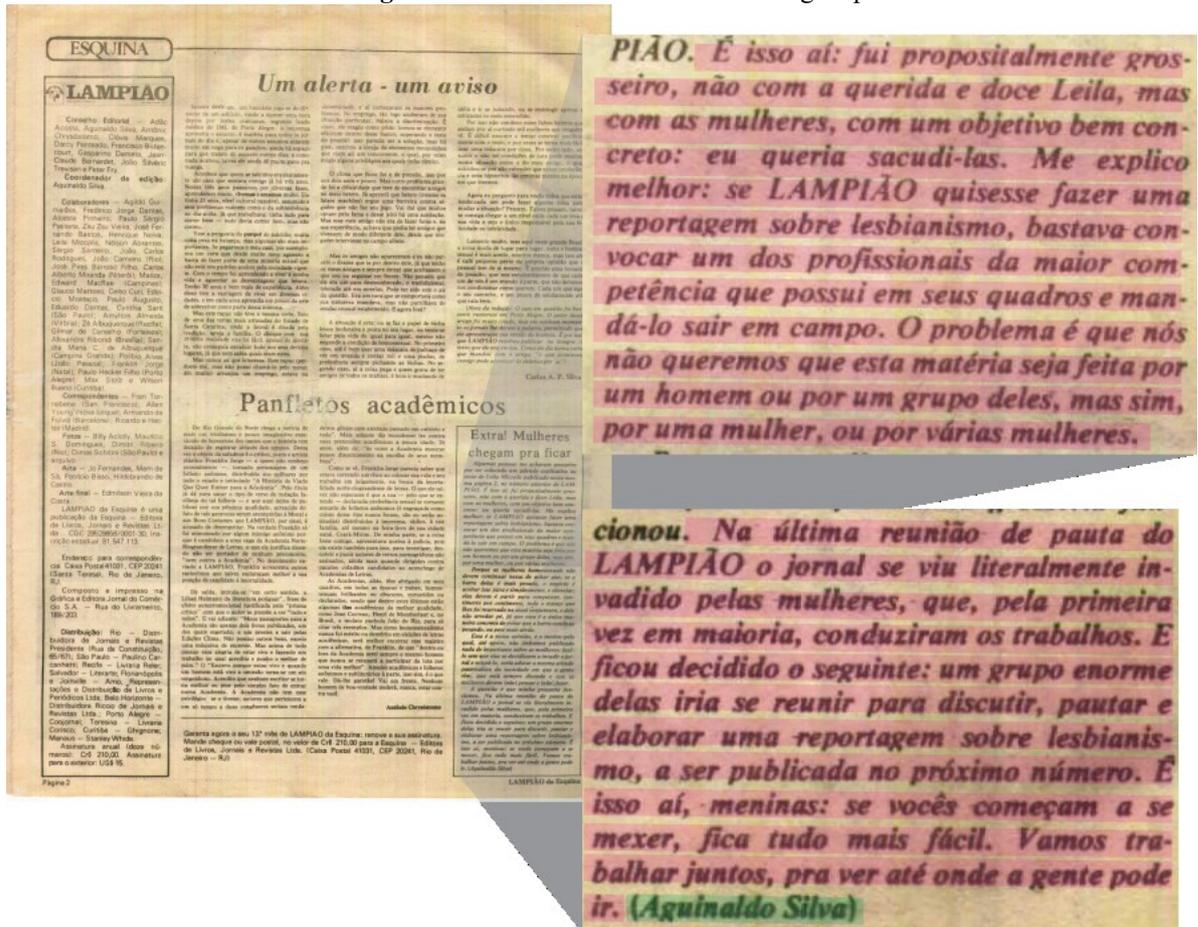
Quando uma leitora afirma que “as mulheres estão praticamente alijadas do *Lampião*” e que esta seria uma “grande falha dos jornais gueis”, exterioriza-se a continuidade, em um jornal conduzido por pessoas subalternizadas, de mecanismos androcentrados, típicos da estrutura machista que mantém a sociedade heteronormativa¹³⁷.

Observamos aqui que as diferenças de gênero, masculino e feminino, mesmo em pessoas cujo lugar comum é terem uma sexualidade diferente a heterossexual, guardam relações de poder que são históricas. Essas desigualdades são levantadas por mulheres, e constituem uma forma de luta pela igualdade, fazendo política e construindo cidadania.

¹³⁷ Em outras cartas também houveram tensionamentos: “vem chamando atenção a posição por vocês assumida, relativamente à situação do homossexualismo feminino. E certo que o jornal tem repetidamente proclamado (e posto em Prática algumas vezes) que suas páginas estão à disposição das mulheres (feministas, homossexuais, heterossexuais), muito embora a essas proclamações não tenha faltado um certo tom simpático e paternalista de dono da bola, que concede se quiser, como quiser e quando quiser. (...) Com tal procedimento quase discriminatório, vocês se arriscam, involuntariamente, a assumir, em relação à mulher homossexual, a mesma posição repressora e medrosa que a sociedade assume em relação ao homem e à mulher homossexuais, na repetição de uma jogada histórica, clássica e pouco original de inversão de papéis”. (TELMA, Radicez. *A voz da mulher. Lampião da Esquina*, ed. n.º 11, abril 1979, p. 18).

Por isso, para este momento do estudo, selecionamos um diálogo específico, entre um editor gay, Aguinaldo Silva, e mulheres lésbicas, presente em publicações de duas edições do jornal, a edição nº 11 e a edição nº 10 - que nos permitem perceber, ao mesmo tempo, o curso de enunciações dialógicas e conflitantes destes diferentes sujeitos comunicantes. O que é dito em uma edição tem respostas na edição seguinte. Começaremos, então, por meio do recorte da notícia intitulada “Extra! Mulheres chegam pra ficar”, na edição nº 11:

Imagem 62 - Notícia “Extra! Mulheres chegam pra ficar”.



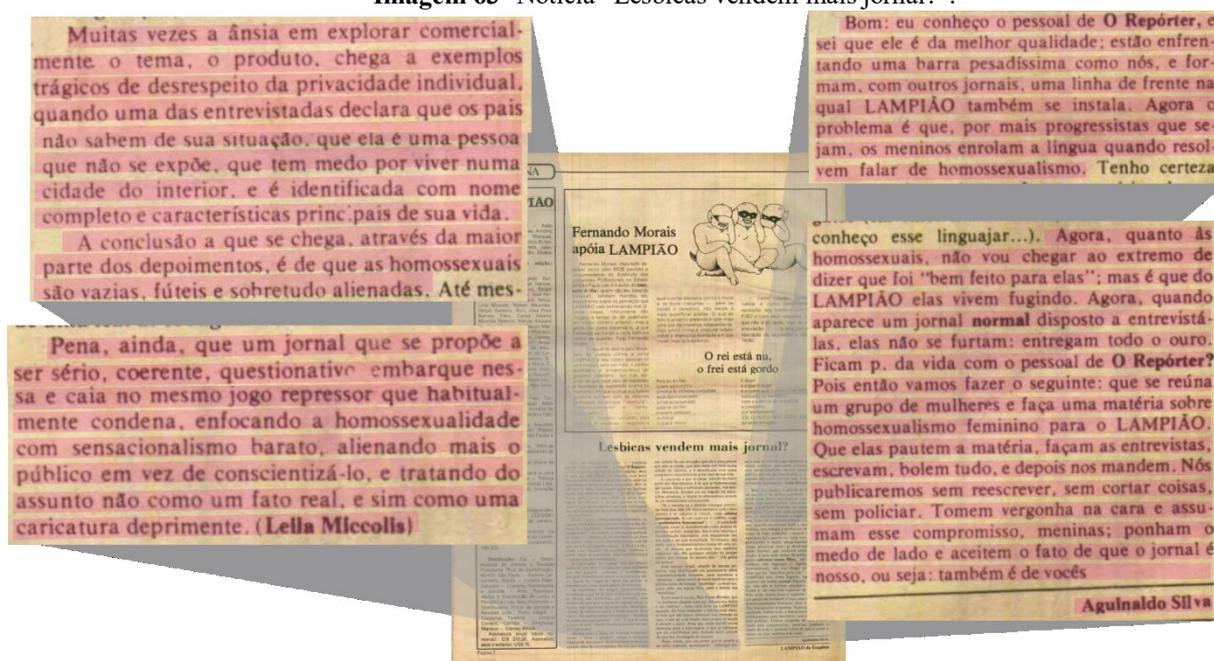
Fonte: Lampião da Esquina, ed. nº 11, abr. 1979, p. 2.

Na medida em que nossa análise também se orienta pelas etapas apresentadas por Orlandi (2009) avaliamos que, de toda a notícia selecionada como *corpus* de análise, após ser de-superficializada, este trecho em específico reúne nosso objeto discursivo. Aqui é o momento em que localizamos como o discurso se textualiza. Enquanto processo de enunciação, o que está dito neste trecho, de forma textualizada, é que um dos editores do jornal, Aguinaldo Silva, se justifica sobre ter sido grosseiro com mulheres em alguma

circunstância específica. Este é o nosso objeto discursivo, que reúne indícios de um conflito entre Aguinaldo e Leila nas páginas do jornal.

Para passar do objeto discursivo e alcançar o processo discursivo, nos caminhos de Orlandi (2009), necessitamos delimitar, ao mesmo tempo, as formações discursivas e suas relações com a ideologia. Ou seja, neste momento, para entender a construção dos sentidos, buscamos a relação entre interdiscurso e intradiscurso aqui presentes. O interdiscurso opera como uma memória do dizer. Assim, acionamos formulações feitas e já esquecidas que determinam o que Aguinaldo Silva diz. Desse modo, é preciso retomar o que Aguinaldo já havia dito/praticado anteriormente. Ele havia publicado na edição anterior - edição nº 10 - uma "intervenção" ao texto que Leila Miccolis, também jornalista do Lampião da Esquina, havia escrito na edição anterior:

Imagem 63 -Notícia “Lésbicas vendem mais jornal?”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 10, mar. 1979, p. 2.

Temos no texto destacado no lado esquerdo um trecho da notícia escrita por Leila Miccolis onde ela critica uma reportagem sensacionalista sobre homossexualidade realizada pelo jornal *O Repórter* - em que pessoas homossexuais são retratadas como doentes, e que mulheres lésbicas entrevistadas são expostas ao terem seus nomes revelados sem autorização. Localizar o contexto sociocultural em que este diálogo acontece é imprescindível para a compreensão da operação da ideologia, essencial para nossa análise. O imaginário social

sobre lésbicas e gays carrega sentidos abjetos, mas distintos. Isso legitimava o jornal *O Repórter* a se portar em seu sensacionalismo de formas distintas com lésbicas e com gays, apesar de contribuir para o rechaço da existência das duas formas de sexualidade.

Ao passo que, dando continuidade na busca pelas formações discursivas, os dois trechos destacados do lado direito apresentam o comentário¹³⁸ adicionado por Aguinaldo Silva ao texto de Leila Miccolis. Percebemos, assim, relações de poder entre gays e lésbicas dentro do jornal *Lampião da Esquina*, e entre lésbicas e heterossexuais em *O Repórter*, distintas. Ao mesmo tempo em que mulheres lésbicas criticam a maneira como suas entrevistas foram deturpadas no periódico *O Repórter*, sofrem a crítica “não dita” ou “dita de outra forma” de um dos editores do *Lampião da Esquina* por não estarem publicando no *Lampião*.

Chegamos também a interpretação de que está dito no não-dito de Aguinaldo Silva elementos preconceituosos de distinções de Gênero naturalizadas que chegam ao discurso. Afinal como explicar, senão pela cultura, o que leva um editor gay a fazer comentários públicos no texto de uma das poucas mulheres que atuaram no jornal, cobrando de mulheres participação? Na busca por esta resposta, acreditamos que é preciso considerar em que medida os canais de *Lampião* estão desobstruídos para esta participação, se elas passam por situações como ter seu texto “complementado” pela opinião de outro jornalista, sem autorização.

No trecho inferior destacado na imagem 62, chegamos ao fechamento do diálogo iniciado na edição nº10 (Imagem 63), com seus desdobramentos. Aqui, após os ruídos na comunicação entre gays e lésbicas nas páginas do jornal, o próprio Aguinaldo revela que, agora, as mulheres vão escrever e decidir as pautas da próxima edição do jornal.

Entre o dito por Aguinaldo existe um não-dito relativo à forma como se deu esta mudança dentro da redação do jornal, naquele momento. Um não-dito que percebemos é o esquecimento dos processos de articulação entre as diferenças dentro do jornal, necessitando-se instaurar um conflito para que houvesse transformação. Nesse sentido, as mulheres fizeram política ao tensionarem os editores de *Lampião* a reverem seus machismos.

¹³⁸ Em outra edição é publicada carta de uma leitora, nomeada Beatriz Medina, que critica a postura de *Lampião* no texto, apontada como indutora de confusão na leitura: “Vocês colocaram o nome de Aguinaldo Silva com ‘aquele’ destaque, no final da matéria, e o nome de Leila num simples negrito entre parênteses, no meio do texto, sem aspas no texto de Leila e sem qualquer diferença de tipos entre os dois textos. Sabem o que eu pensei na primeira leitura? Que todo o artigo era de Aguinaldo, e apenas um parágrafo da Leila.” (*Lampião da Esquina*, ed. nº 12, maio 1979, p. 18).

Imagem 64 - Carta “Travesti protesta”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 18, nov. 1979, p. 19.

Outras “Marias Bonitas” também questionaram Lampião quanto aos seus discursos androcentrados. Deprendemos desta Carta, enviada por uma travesti que se nomeou como “Bamby de Azevedo” a opinião de que o jornal tem dado um tratamento negativo à transexualidade. Na carta a autora reclama de texto escrito por Adão Acosta, carregado de discursos de uma normatividade binária dos corpos, que exclui os corpos não-binários, em nossa leitura atual.

Termos como “binário” e “não-binário” não faziam parte do contexto da época, mas encontramos elementos de que estas ideias já se faziam presentes nos discursos contrários a esse trânsito de gênero. A própria compreensão de que a transexualidade, referida à época como transexualismo, era parte da homossexualidade, referida como homossexualismo, é um indício de que as identidades e as narrativas sobre a diferença são mutáveis. Mutações estas lentas e graduais, tendo em vista que até hoje a transexualidade é marcada pelo estigma da patologização no Brasil.

A inclusão no DSM (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental) e no CID (Código Internacional de Doenças) da transexualidade não foi respaldada por nenhum teste. Não há nenhum exame clínico objetivo que possibilite ao saber médico e às ciências psi (refiro-me à psicologia, à psiquiatria e à psicanálise) afirmarem que os sujeitos que vivem as experiências de gênero em desacordo com o estabelecido hegemonicamente sejam portadores de transtornos mentais. (BENTO, 2014, p. 173).

Neste sentido, a população transexual passa a ser desumanizada quando, do ponto de vista jurídico-político, seu corpo é patologizado, como já ocorreu com homossexuais no Brasil. Uma pessoa transexual que deseja acessar cirurgias de redesignação sexual, por exemplo, por meio do serviço público de saúde deve se submeter a ser categorizada como enferma, por mais violento que isso seja. E do ponto de vista das narrativas simbólicas, nas páginas de Lâmpião da Esquina, estas pessoas eram tratadas no masculino, por mais que sua identidade de gênero fosse feminina.

Imagem 65 - Carta “Sobre os travestis”.



Fonte: Lâmpião da Esquina, ed. nº 14, jul. 1979, p. 19.

Nesta notícia, um cabeleireiro, que não se identifica como travesti, protesta contra a discriminação de Lâmpião em relação às travestis. Ao mesmo tempo, encontramos elementos em sua narrativa que levam a discursos discriminatórios contra as travestis “que andam na Vieira Souto ou na Lapa de navalha e gilete, praticando assaltos” ou em outras esquinas em que se cruzam gênero, sexualidade e classe. Para ele, essas “são caso de polícia”.

Após novos conflitos, em próximas edições *Lampião* viria a dar mais foco em pessoas travestis. Essas mudanças ocorridas sempre após os “empurrões” micro-políticos formaram uma atmosfera de tensão, diálogos e o mais importante: pequenas, mas importantes aberturas para as mudanças sociais.

Imagem 66 - Reportagem “Seis horas de tensão, alegria e diálogo: é a nossa política”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 20, jan. 1980, p. 8.

Neste texto, Aguinaldo Silva noticia a realização do primeiro encontro de homossexuais militantes, realizado em 16 de dezembro de 1979 na sede da Associação Brasileira de Imprensa. Ao relatar a fala de Conceição, do Grupo Lésbico-Feminista (Somos-SP), há um registro de como os marcadores sociais da diferença, em perspectiva interseccional, já eram pensados dentro dos movimentos de “minorias” no Brasil que lutavam para se organizar. Há o registro da tripla opressão que as marcas da diferença carregam o corpo de Conceição, por ser “negra, mulher e lésbica”. Esta reunião de organização aprovou a realização do marcante 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais, que foi realizado em abril de 1980.

Antes deste encontro inédito, *Lampião* registrou em sua edição nº 27 o II Encontro da Mulher Paulista, ocorrido entre 8 e 9 de março de 1980. O encontro foi marcado pelo preconceito, e pela violência - das mulheres das esquerdas ortodoxas da UNE e de partidos políticos contra feministas e lésbico-feministas. Em texto assinado por João Silvério Trevisan sobre o ocorrido, há a sinalização de que estava se formando entre os setores discriminados

uma maior atenção à micro-política e à complexidade das identidades e das formas com que operam as opressões estruturais.

É **urgente** que os setores hoje discriminados politicamente pelas esquerdas compreendamos a vantagem que essa marginalização nos traz. E passemos a elaborar, sem mesas medidas, uma política alternativa - uma política à margem, de crítica aos autoritarismo e manuais, contrária ao poder, antidogmático e fundamentalmente baseada no direito à diversidade. O encontro entre os vários oprimidos é urgente, para se discutir inclusive as formas de opressão **entre nós mesmos**: bichas que odeiam mulheres que não suportam negras que têm pavor de índio. etc. Porque não existe o oprimido que não oprima, porque carrasco e vítima se revezam dentro de nós, porque não podemos mais acreditar que o mundo está dividido em mocinhos e bandidos. Porque temos que garantir nossa capacidade de contestar - à margem do Sistema. (TREVISAN, Lampião da Esquina, ed. nº 27, abr. 1980, p. 7).

Assim, em consonância com o alerta de Mariza, sinalizado na abertura deste trabalho, Trevisan enxergou uma nova forma de se fazer política levando em conta as especificidades. Do limbo entre esquerdas e direitas que disputavam uma macro-política, as minorias fizeram suas tentativas de saída dos becos, e trafegaram nas esquinas de um outro ponto de vista para se pensar a vida social.

5.3 “Por uma política menor: Bichas e Lésbicas inauguram a utopia”

A partir de olhares micro-políticos, pessoas subalternizadas procuraram enxergar e expor as macro-estruturas de funcionamento do poder historicamente imposto. Para construir estratégias de fato coletivas, que representam também as necessidades específicas das “minorias”, pensadoras e pensadores lésbicas e gays começam a reclamar um distanciamento em relação às formas ortodoxas de se fazer política, via partidos políticos e sindicatos, inaugurando entre as esquerdas desejos de uma utopia.

Em matéria assinada por Trevisan (imagem 67), encontramos discursos de “formas políticas alternativas e transgressoras” inauguradas pelas chamadas minorias. As subjetividades são destacadas pelo autor como aspectos de uma micro-política defendida por algumas pessoas dentro do próprio jornal, no intuito de não “conquistar o poder”, mas “um posicionamento contra o poder”. “Sem receitas” prontas, o autor discute que “desse nada é

que nascerá nossa política original: da crítica permanente ao poder e também aos críticos institucionalizados do poder”, através da “práxis”.

Imagem 67 - Artigo “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram utopia”, frente.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 25, jun. 1980, p. 09.

E para ele, a nova forma de fazer práxis começará “pela discussão das velhas formas políticas presentes dentro de nossas cabeças, tão velhas quanto as de nossos pais, ancestrais. Elas são formadas dentro dos mesmos padrões de competição, normalidade e conquista, típicos de uma civilização assentada sobre o falo, o Patriarca”. Nesse sentido, em nossa leitura, o discurso de Trevisan resgata elementos sócio-históricos para se pensar a Diferença, e também alcança o pensamento interseccional:

Ora, se consideramos que somos os herejes da ordem consagrada, conclui-se que dessa maneira estamos apenas transformando nossas heresias em novos dogmas, em nova ortodoxia, e utilizando os modelos de opressão sofrida por nós, para continuar oprimindo. Lembro o exemplo americano: as bichas de San Francisco expulsaram os negros e chicanos dos seus bairros que se tornaram chiques, com aluguéis proibitivos. Só evitaremos reproduzir o gesto do opressor se nossa práxis deixar de lado um ativismo que, por ser mecânico e compulsivo, acaba sendo conformista. (LÂMPIÃO DA ESQUINA, jun. 1980, p. 9).

A “práxis”, no entanto, revelou que as marcas sociais da Diferença, construídas historicamente, estão simbolicamente assentadas de tal forma complexa em nossos

pensamentos que as opressões se manifestaram na experiência de Lâmpião da Esquina. Na existência do periódico, as coalizões entre pessoas subalternizadas, em suas ações e discursos, inclusive os opressores, desencadearam tensionamentos capazes de oferecer possibilidades de uma estratégia revolucionária alternativa, que levante as especificidades.

Imagem 68 - Notícia “Homossexuais invadem SBPC”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. nº 27, ago. 1980, p. 05.

Pegando a ideia que nos salta aos olhos nesta notícia, assinada por Antônio Carlos Moreira, a constituição da discriminação ou das opressões não consegue ser explicada apenas

em termos de uma única variável, e o embrião de um modelo social revolucionário passaria pela luta contra todas estas formas de opressão. Brah (2006, p. 351) afirma que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela”. Nesse caminho, Brah (2006, p. 361) nos pergunta, por exemplo:

Como lidar com o racismo de uma feminista, a homofobia de alguém sujeito ao racismo, ou até o racismo de um grupo racializado em relação a outro grupo racializado, cada um supostamente falando a partir do ponto de vista de sua experiência, se toda experiência refletisse de maneira transparente uma dada ‘verdade’?

Para pensar estes conflitos nas políticas cotidianas, Brah sugere que devemos pensar a Diferença a partir da experiência. “De fato, ‘experiência’ é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo que chamamos ‘realidade’ (BRAH, 2006, p. 360)”. Assim, para a autora, a experiência é o lugar de formação do sujeito, e, portanto, um lugar de contestação, ou seja, um terreno de tensionamentos: “um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (BRAH, 2006, p. 361).

Nesse caminho podemos pensar a múltipla constituição de experiências e sujeitos como terreno fértil para se pensar em formas democráticas de agência política. Brah (2006, p. 374) complementa que devemos procurar “saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política”.

Pensando a partir da experiência como lugar de contestação quando a diferença resulta em opressão, o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) anunciou sua independência do Somos/SP, em busca de “uma nova *praxis* transformadora da realidade social”, capaz de dar conta de suas especificidades. Uma das nuances reveladora da finalidade de mudança ocorreu no próprio nome do grupo que, em razão da afirmação da identidade de gênero e do significado verbal, mudou o nome de “Grupo de Atuação Lésbico-Feminista” para “Grupo de Ação Lésbica-Feminista”.

Assim, a nova atmosfera reivindicatória que as "minorias" inauguraram não se limitava aos mecanismos usuais de fazer política. Para fugir da marginalidade era preciso disputar também o campo simbólico. Inclusive em relação à produção, circulação e recepção

de sua própria linguagem e repertório cultural. Desse modo, sair do “gueto” também passava por compartilhar subjetividades e ressignificar a linguagem para disputar culturalmente as narrativas simbólicas.

Imagem 69 - Notícia “A posição do GALF”.

ATIVISMO

Homossexuais invadem SBPC

“Homossexuais invadem SBPC” foi o título da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo em 27 de agosto de 1980. O texto relata a participação de integrantes do grupo GALF (Grupo de Ação Lésbica-Feminista) em uma reunião do Conselho Brasileiro de Psicanálise (SBPC) em São Paulo. O artigo discute a presença de pessoas lésbicas e gays no espaço acadêmico e profissional da psicanálise, abordando temas como a diversidade sexual e a inclusão social. A matéria também menciona a atuação de outros grupos de ativismo LGBTQIA+ na época.



A posição do GALF

Muita gente tem perguntado qual a posição do GALF em relação ao movimento homossexual. É importante esclarecer que o GALF não é um movimento homossexual, mas sim um movimento feminista que luta pela igualdade de gênero e pela autonomia das mulheres. Nossa luta é por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas possam viver plenamente suas vidas.

A posição do GALF

Muita gente tem perguntado qual a posição do GALF em relação ao movimento homossexual. É importante esclarecer que o GALF não é um movimento homossexual, mas sim um movimento feminista que luta pela igualdade de gênero e pela autonomia das mulheres. Nossa luta é por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas possam viver plenamente suas vidas.

Muita gente tem perguntado qual a posição do GALF em relação ao movimento homossexual. É importante esclarecer que o GALF não é um movimento homossexual, mas sim um movimento feminista que luta pela igualdade de gênero e pela autonomia das mulheres. Nossa luta é por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as pessoas possam viver plenamente suas vidas.

Referências entre nós se acirraram, já que passamos a nos preocupar com uma série de diferenças que antes não tínhamos nem condições de aprofundar.

Então, se por um lado a autonomia nos deu maior liberdade de atuação e profundidade, por outro, também, aumentou a responsabilidade de reconhecermos e de convivermos com uma série de divergências nunca afloradas, por falta, inclusive, de um espaço específico.

Redescobrimos a América ao perceber que vinte pessoas não podem falar ao mesmo tempo, e então dividimos as reuniões gerais de trabalhos em pequenos subgrupos de reflexão com no máximo quatro participantes, tentando, assim, garantir o espaço para que todas as mulheres se colocassem individualmente, a fim de criarmos um discurso coletivo.

Mantivemos — embora questionando e buscando alternativas — a estrutura anterior do Somos quanto ao reconhecimento; todas as pessoas novas que entram no grupo passam por este processo, que é basicamente a recuperação de uma auto-estima e auto-afirmação.

As outras frentes de atuação do GALF são as comissões de trabalho, criadas para atender os interesses imediatos do grupo, tais como: a criação de um jornal lésbico-feminista (“Chana com Chana”), de um livro de poesias (“Homagem a Safo”), o LF-ARTES (núcleo catalisador de atividades artísticas), etc.

No momento, nossa atenção está voltada para as mulheres que frequentam lugares homossexuais (os guetos), a nível de conscientização, e estamos promovendo aos domingos, quinzenalmente, a partir das 16 h, na Boate Mistura Fina, projeção de filmes, apresentação de shows, jogo de “bingo”, com prêmios que vão desde livros feministas até fitas de músicas compostas por mulheres lésbicas.

Outra instância de participação do GALF são os debates, congressos, palestras, enflm, atividades externas cujo público não é necessariamente homossexual, mas onde tentamos atuar em conjunto com outros grupos estigmatizados.

Lembramos também que, com nossa saída do Somos/SP, trocamos de nome: em vez de Grupo de Atuação Lésbico-Feminista, somos agora Grupo de Ação Lésbica-Feminista (tudo no feminino)...

ISSO NÃO SIGNIFICA, PORÉM, QUE ESTAMOS FORA DO MOVIMENTO OU QUE AGORA SEJAMOS APENAS UM GRUPO FEMINISTA. AO EFETUARMOS UM TRABALHO JUNTO ÀS FEMINISTAS, ESTAMOS BUSCANDO ATENDER À OUTRA FACETA PRIORITÁRIA DE NOSSO MOVIMENTO, UMA VEZ QUE SOMOS UM GRUPO DE MULHERES. BUSCAMOS, TAMBÉM, AMPLIAR O UNIVERSO DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS HOMOSSEXUAIS, ATRAVÉS DESTA NOVA ESPERA CONQUISTADO.

Em suma, trouxemos para o movimento homossexual o cubo revolucionário do movimento feminista — a busca de uma nova praxis, transformadora da realidade social. Queremos frisar que continuamos a ser um grupo lésbico e que o feminismo apenas nos acrescentou novas frentes de luta.

NÃO FECHAMOS PRA BALANÇO

Completaamos um ano de vida duas semanas depois da separação com o Somos/SP; e olhando para trás nos deparamos com a necessidade de uma avaliação crítica de nosso histórico. Enquanto estivemos ilhadas num grupo masculino, nossas tensões eram repartidas em função do binômio comum: o machismo. Com nossa autonomia, concomitante ao crescimento do grupo, as di-

O DIFÍCIL EXERCÍCIO DA LIBERDADE

A conclusão vocês já perceberam. Lugares comuns à parte, a independência traz direitos e deveres. Há uma autonomia a ser vivenciada e uma mobilização a ser mantida. É ampliar e não bipartir.

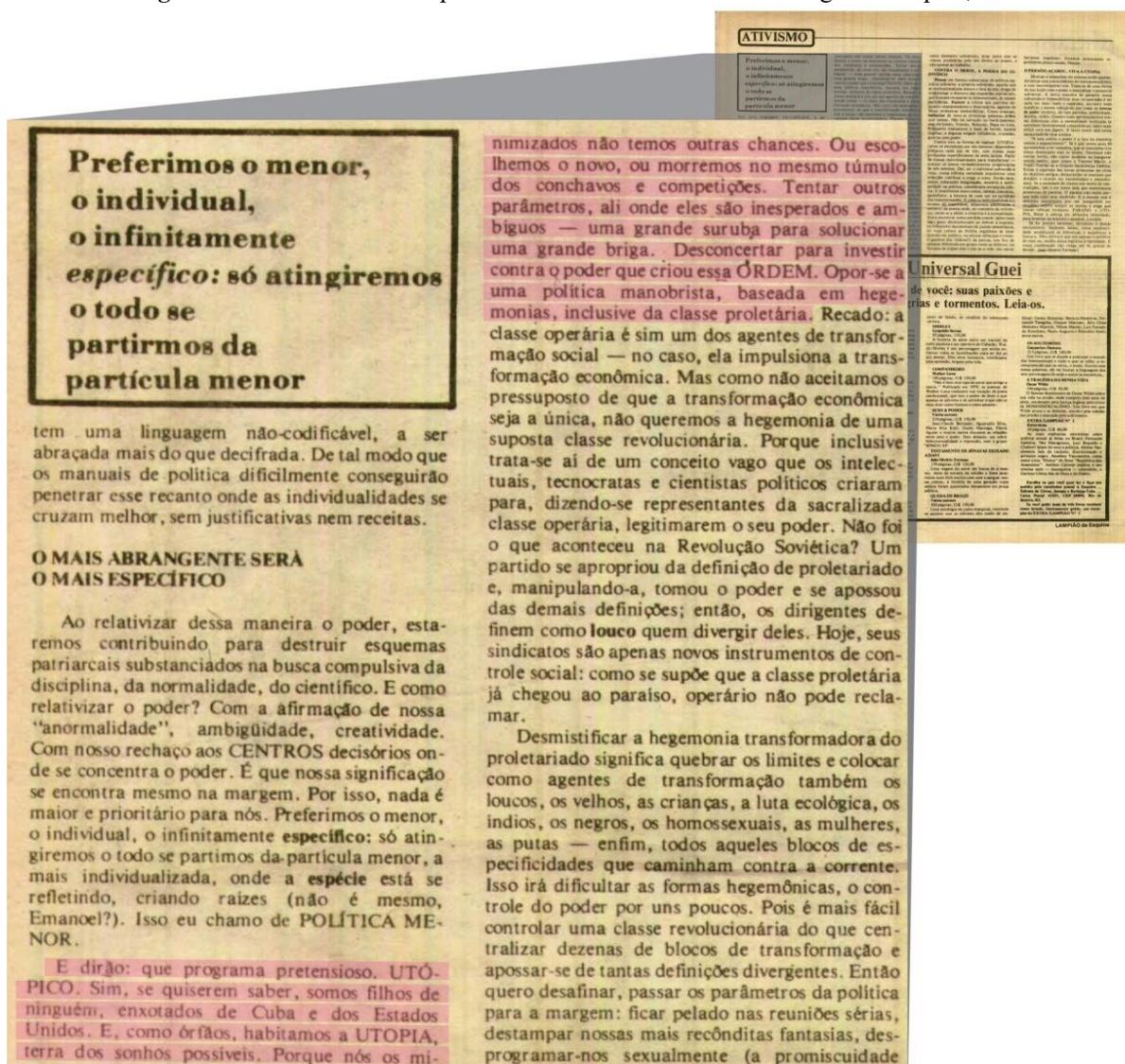
Somos um todo em aprendizado, acumulando experiências em diversos níveis e negando vínculos que possam nos servir futuramente de pesos.

Fonte: Lâmpião da Esquina, ed. nº 27, ago. 1980, p. 05.

Romper com os moldes políticos tradicionais, como as lésbicas-feministas do GALF ousaram, foi uma tarefa corajosa dentro do pensamento da esquerda ortodoxa nacional. Essa utopia se coaduna com a defesa da micro-política que Trevisan fala, onde o mais específico

será o mais abrangente: “E, como órfãos, habitamos a UTOPIA, terra dos sonhos possíveis. Porque nós, os minimizados, não temos outras chances”.

Imagem 70 - Notícia “Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram utopia”, verso.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ed. n° 25, jun.1980, p. 10.

É assim que enxergamos indícios de que esta utopia de uma nova ordem social mais polifônica está ligada às redes de pessoas que, nas décadas de 70 e 80, trouxeram para o debate público uma ressignificação dos sentidos construídos sobre a Diferença. Estas mudanças culturais localizadas no tempo, a partir do fortalecimento de narrativas da Diferença na Imprensa Alternativa, convergiram, em nosso entendimento, para o debate público sobre a Diferença nos dias de hoje.

Para nós, repensar os sentidos sobre a Diferença no terreno de tensionamentos recente, é tarefa que exige um olhar aos passos que nos trouxeram até aqui, para avaliar cicatrizes históricas e possibilidades de regeneração. Por isso, fechamos este trabalho ouvindo a posição atual de uma das pessoas que ajudaram conduzir o Lampião da Esquina:

A CRISE DO MASCULINO: PARTES 1 E 2. PARTE 1 - 1º de janeiro de 2019. Bem vindos/as ao império da política do ressentimento. O masculino em crise tomou o poder no Brasil, a partir de Brasília. Claro, era de se esperar. Há décadas, o poder masculino tem sido bombardeado por críticas severas, com denúncias pesadas sobre sua fragilidade endêmica, ao contrário do que ele próprio veicula, sempre que reage com crescente violência quanto mais se vê acuado. Os elementos que marcaram essa campanha eleitoral, com celebração da força e uso das mentiras como instrumento de manipulação do jogo democrático, deixaram claro que o desespero levou o masculino acuado a reagir, descaradamente, nos mesmos parâmetros de que era acusado. Tudo o que marcava a crise do masculino foi levado às últimas consequências, num gesto de defesa ressentida, até chegar ao poder. O bolsonarismo veio a calhar, por oferecer ferramentas no momento certo: gestual beligerante, palavras de ordem grosseiras, ameaças aos discordantes e uso generalizado da intimidação psicológica, com *modus operandi* trazido da disciplina militar. Ou seja, escancarou-se a insensibilidade e reatividade violenta, que pode chegar à bestialidade, quando o masculino se sente acuado, como se vê nos tempos atuais. Brandindo ameaças às forças democráticas de várias esferas, todos esses instrumentos se prevaleceram do próprio arcabouço democrático, num show de cinismo e hipocrisia. A vitória do masculino em crise nas últimas eleições não é senão reação radical à sua falta de perspectiva enquanto gênero historicamente dominante, que vê sua hegemonia abalada. Sem apresentar programas nem perspectivas de solução, voltou-se ao passado, numa reação saudosa de uma utopia anti-histórica. E assim seu governo vai bater cabeça.

PARTE 2 – Essa é a pior parte . Ante os urros de ameaça, emitidos com desfaçatez, as forças que formavam o cerco a esse masculino exaurido tremeram nas bases. Como se não tivéssemos empenhado nossas vidas e nossa verdade, ao correr riscos. O período eleitoral tirou o sono de muitos/as de nós. Ainda que bastasse apenas uma dose de bom senso crítico, até hoje muitas pessoas ostentam desânimo e clamam estarmos à beira do fim do mundo. Então é assim tão fácil? Bolsonaro e seus marketeiros conseguiram pautar a vida, o pensamento e as reações de milhares de adversários/as – como se uma força alienígena invadissem nossa psique, nossa alma. De repente, a força que celebramos com tanta convicção, por tantos anos, pareceu um réles oba-oba de gente que brincava de ter direitos, no buteko do Facebook. Numa estratégia vitoriosa, o bolsonarismo domesticou nossa resistência, ainda antes de chegar ao poder. Fiquei perplexo ao me dar conta de como podemos ceder tão facilmente. Mas NÃO e NÃO. Propus a mim mesmo que os próximos quatro anos serão um período útil de re-aprendizado, de re-avaliação e, sobretudo, de redobrada criatividade a partir das minhas convicções. Estou virando do avesso o jogo: vou usar os instrumentos do bolsonarismo para afiar os meus conceitos, treinar a práxis da solidariedade e amadurecer enquanto pessoa. Bolsonaro, à sua revelia, será motor da revitalização da minha consciência crítica, tão adormecida que cedeu no

primeiro berro. Serão anos provavelmente difíceis. Subidas íngremes para a consciência. Mas nosso narcisismo terá aprendido a lição: messias, sejam eles de que lado for, não têm direito de nos vampirizar. Nunca mais. Esse será meu primeiro aprendizado. Tomo o leme do meu destino: sou comandante de mim mesmo. Daí em diante serei minha consciência solidária com outras consciências re-criadoras, sempre que os donos do poder quiserem destruir o que criamos. Proponho um desafio que aprendi nos meus 280 anos de análise: transformar alquimicamente a merda em ouro. E quem sabe um dia crescermos até o ponto de poder dizer, lá na frente: obrigado, Bolsonaro, por nos ajudar a abrir os olhos em plena escuridão. Ou não é verdade que vagalumes brilham tanto mais quanto mais escuro estiver ao seu redor? Boa viagem pelo mar revolto, nau dos desviados! (TREVISAN, 2019, Página de João Silvério Trevisan no Facebook¹³⁹).

Por entender que as ameaças atuais à expansão da polifonia da Diferença guardam ligações com nossa história, a busca pelo fortalecimento da cidadania e pela reinvenção dos sentidos passam pelo olhar aos passos que nos trouxeram até aqui. Em caminhos recentes, “o masculino enquanto gênero historicamente dominante”, a heterossexualidade normativa e o racismo estrutural têm sentido fissuras em sua hegemonia provocadas por processos de enfrentamento localizados no tempo, tais como as mudanças que as culturas de resistência das chamadas minorias inauguraram nas décadas de 70 e 80 no Brasil.

Por isso, nós buscamos desenvolver até aqui, por meio da leitura de *Lampião da Esquina*, tanto a escuta de vozes subalternizadas que alcançaram algum eco nas últimas quarenta décadas, quanto a “tomada da palavra” para somar e dizer: “NÃO e NÃO”, não nos deixaremos calar diante do “ressentimento” dos modelos hegemônicos. Temos sido nós historicamente obrigadxs à (re)sentir e à reviver cotidianamente as violências de marcas sociais. Mas ao mesmo tempo fomos e ainda seremos nós a (re)narrar os significados políticos em relação à Diferença: tarefa contínua.

¹³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/j.silverio.trevisan/posts/10217001127734230>. Acesso em 10 jan. 2019.

CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste trabalho procuramos nos aproximar das teorias e epistemologias que elegemos para embasar a leitura do jornal *Lampião da Esquina* pelas lentes da interseccionalidade e da dialogicidade. Levantamos também, em alguma medida, a trajetória de experiências localizadas historicamente até chegarmos aos deslocamentos de sentido sobre a Diferença a partir de uma nova *praxis* política. A construção de uma comunidade pedagógica em termos políticos, como pensado por bell hooks (2013), exige engajamento e a consideração de novos pontos de vista.

O propósito principal deste estudo foi procurar respostas sobre as relações entre os marcadores sociais da diferença e os tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais no jornal *Lampião da Esquina*. As edições aqui acionadas nos possibilitaram visualizar que as marcas sociais da diferença revelaram identidades complexas; que a coalizão entre pessoas subalternizadas é tensionada pelos conflitos gerados a partir dos diferentes pontos de vista, experiências e especificidades das demandas e das opressões estruturais.

Nessa busca, esperamos ter cumprido nosso objetivo de discutir como os conflitos observados na experiência de *Lampião* contribuíram para uma mudança cultural, em relação à Diferença, que acionou dimensões da cidadania. É desse modo que tentamos pensar como essas experiências passadas de tensionamentos entre pessoas subalternizadas, nas décadas de 70 e 80, oferecem pistas, como o reconhecimento das especificidades de demanda e agência, para construir nossa Cidadania hoje.

Identificamos que as pessoas subalternizadas que puderam alcançar a fala no *Lampião da Esquina* foram favorecidas por marcas sociais da diferença como gênero, raça e classe, afinal constatamos um corpo editorial, que toma todas as decisões, majoritariamente masculino, branco e de classe média. Encontramos essa mesma tendência entre as pessoas colaboradoras, embora um pouco mais polifônica. Apresentamos diálogos, iniciados via tensionamentos, reclamando igual dignidade. Descortinamos silenciamentos a partir do que ficou de fora do *Lampião* em termos de marcas sociais, ou do que ficou dentro, em relações de opressão.

Olhar para esta experiência carregada de conflitos e tentativas dialógicas como instrumento de fazer política é nosso maior exercício até aqui. Tentamos dedicar este espaço à reflexão da micro-política, a partir da efetividade de uma cidadania pensada com a Diferença

e o combate aos processos de subalternização. É desse modo que sustentamos, em nossas observações, que o Lâmpião da Esquina serviu como plataforma de tensionamentos que permitiu uma experimentação da cidadania em construção.

Assumimos os limites desta proposta, que ainda carece de outras leituras e vivências no campo dos estudos sociais e comunicacionais. E estamos abertos a rever nossos pontos de vista, mas alimentando a certeza de que o caminho percorrido até aqui é relevante para os estudos propostos. É assim que esperamos continuar nosso olhar: a partir de práticas que reconheçam as especificidades na Diferença como construtoras de uma cidadania libertadora.

As pistas conduzidas por leituras nos permitem enxergar o Lâmpião da Esquina como um veículo localizado no tempo e no espaço, que cumpriu um papel importantíssimo à sua época, tendo sido espaço para a constituição de múltiplas experiências articuladas, cujos limites geraram dimensões de uma mudança cultural. Nesse sentido, as narrativas contadas atualmente acerca da Diferença, seja étnico-racial, de sexualidade, de gênero, ou de classe, guardam relação com deslocamentos de sentidos provocados por mudanças culturais localizadas nesse contexto em que Lâmpião acende suas luzes.

Tais mudanças culturais relativas à Diferença, observadas neste trabalho, foram movimentadas pela disputa simbólica entre narrativas, que provocou lampejos de ressignificação dos sentidos historicamente construídos sobre determinados corpos subalternizados. A comunicação, nesse sentido, foi uma paisagem para a observação deste contexto sócio-histórico, em que as chamadas "minorias" passaram a reivindicar existência política.

Por estas observações, lemos o Lâmpião da Esquina como um espaço de sujeitos constituídos pela tecnologia do gênero (LAURETIS, 1994) na encruzilhada com outros marcadores sociais da Diferença. Um espaço que existiu na transição entre o "gueto" e a "saída do gueto", assumindo forma de um instrumento de experimentação da cidadania em construção por sujeitos subalternizados.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Universidade de Brasília, 2006. p. 1-15.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2000.
- ARAÚJO, Maria P. N. **Uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70**. In: COSTA, L. F. de; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Paulo Corrêa. Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. Brasília: Abravídeo, 2015.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. La comunicacion para el Desarrollo en latino-america: un recuento de medio siglo. In: **III Congreso panamericano de la comunicacion**. Painel 3: Problemática de la Comunicación para el Desarrollo en el contexto de la Sociedad de la Información. Buenos Aires: Carrera de Comunicación de la Universidad de Buenos Aires, 2005.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014.
- _____. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (10): 2655-2664, Natal, 2012.
- _____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BISPO, Vilma N.; SANTOS, Elisângela de J. Leci e Januário: escrituras negras contemporâneas na música e fotografia. In: **Revista Ideias**, Campinas, v. 8, n. 2, 2017.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006.
- BRAZ, Camilo. **À meia-luz: uma etnografia em clubes de sexo masculinos**. Campinas: Unicamp, 2010.

BUTLER, Judith. **Fundamentos Contingentes**. In: Cadernos Pagu (11). Campinas: Unicamp, 1998.

BUZALAF, Márcia Leme. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CORRÊA, Mariza. **Do Feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. In: Dossiê: Cadernos Pagu (16), 2001. p. 13-30.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". In: **Stanford Law Review** 43(6). Stanford: Stanford Law Students, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, cultura e política**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, Comunicação e educação**. In: VIDAL, Rose; MARQUES DE MELO, José & MORAIS, Osvando J. (orgs.). Teorias da Comunicação: Correntes de pensamento e Metodologia de Ensino. São Paulo: Intercom, 2014.

_____. **Viver afetado: a imersão enquanto proposta para estudar comunicação**. In: MORAES, Ângela; MAIA, Juarez; PEIXOTO, Sálvio (orgs). Estudos Contemporâneos de Jornalismo. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: **POUPART**, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 127-153.

DUSSEL, Henrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FACCHINI, Regina e SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

FESTA, Regina; Carlos Eduardo Lins da Silva (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA, Maria de Jesus Martins da. **Introdução da Hermenêutica de Paul Ricoeur**. Mimeo

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. **Antropologia e Feminismo**. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FRY, P; MACRAE, E., (1985). **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense.

GONÇALVES, Alexandre. “Cura Gay” – articulações entre Ciência e Política na produção de saberes religiosos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: ANPOCS, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, 2004, p. 201-246.

_____. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HENK, C. A. et al. **Homossexualidade masculina e suas marcas históricas**. In: **MÉTIS: história & cultura**, v. 16, n. 31, Caxias do Sul, jan./jun. 2017.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. In: **Mediações**, V. 20, N. 2. Londrina: UEL, 2015.

HILL COLLINS, Patricia. “The Social Construction of Black Feminist Thought”. In: **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2000 [1990].

HOLZLEITHNER, Elisabeth. **Emancipação por meio do direito?** In: Direito e Praxis, Vol. 07, N. 15. Rio de Janeiro, 2016, p. 889-900.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Acervo Grupo Dignidade.** Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em 10 jul. 2017.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLLANDA, H. B. de. Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

_____. **Teoría queer:** sexualidades lesbiana y gay. In: REYES, M; LÓPEZ, A. Florilegio de deseos: nuevos enfoques, estudios y escenarios de la disidencia sexual e genérica. México, DF: Eón, 2010.

LEITE, Rosalina. **Brasil Mulher e Nós Mulheres:** Origens da Imprensa Feminista Brasileira. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento:** a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LIMA, Angelita. **Do mundo à palavra, da palavra ao mundo:** verbos em disputa na formação de jornalistas narrativos. In: Juarez Ferraz de Maia; Luana Silva Borges; Salvio Juliano Peixoto Faria. (Org.). Estudos contemporâneos em Jornalismo. 1ed.Goiânia: CEGRAF UFG, 2018, v. 06, p. 15-30.

LOURO, Lopes Guacira. **Pedagogias da sexualidade.** In: **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MACRAE, E. (1983). **Em defesa do gueto.** São Paulo: Cebrap, Novos Estudos, v.2, nº 1, p.53-60.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **História do pensamento comunicacional: cenários e personagens**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus 2003.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Fulvia Rosemberg: memórias a partir do lugar do afeto. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELO, Maria Lucia de Almeida. Análise da trajetória metodológica de pesquisa instruída pela abordagem fenomenológico-hermenêutica de Paul Ricoeur. **Anais IV Sipecmelo**, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MISKOLCI, Richard. **A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias. Porto Alegre, ano 11, nº21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Fernando César Melo de. **Sistema de cotas raciais à brasileira: uma análise linguístico-discursiva**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2002.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. Brasília: editora brasiliense, 1987.

PERUZZO, C. (2008). **Conceitos de Comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados.** Disponível em: <<http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>>. Acesso em 09 jul 2017.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da Cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PINAFI, Tânia. Assimetrias de Poder na Militância entre Gays e Lésbicas. In: COSTA, H. et al (Org.). **Retratos do Brasil Homossexual.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

PINTO, Ana Flávia M. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008, p. 263-74.

PRINS, Baukje. **Narrative accounts of origins: a Blind Spot in the Intersectional Approach?** European Journal of Women's Studies, v. 13, n.3, 2006, p. 277-290.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** In: Bagoas (05), 2010:17-44.

ROSA, Waldemir. **Homem preto do gueto: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

ROSA, Isabel C. C. da. **Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000.** 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

SATLER, Lara Lima. **Tramas formativas em audiovisual: a minha ação docente à luz de experiências audiovisuais coletivas.** 2016. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre: V. 20, N. 2, jul/dez, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identidades políticas: una crítica a las certezas del pluralismo global.** Republicado em Nueva Sociedad, p. 104-125, 1998.

SOARES, M. V. B. **Cidadania e Direitos Humanos.** In: Educação, Cidadania e direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria.** In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.) Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Muniz. **Identidade e Diferença**. In: Revista Científica de Información y Comunicación, Número 3. Sevilla: 2006.

SOYHET, Rachel. **Preconceitos nas charges de O Pasquim: Mulheres e a luta pelo controle do corpo**. In: ArtCultura, Universidade Federal de Uberlândia, V. 9, Nº14, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Tradução como cultura**. In: Ilha do desterro. Florianópolis: nº48, p. 41-64, jan./jun., 2005.

_____. **Pode o Subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. **Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade**. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 20(2): 256, mai./ago., 2012.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Homocultura & Política Homossexual no Brasil: do passado ao Por-vir**. In: **Retratos do Brasil Homossexual: Fronteiras, Subjetividades e Desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UNESCO. **Many Voices One World**. Londres: 1980. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066eb.pdf>>. Acesso em 9 jul. 2016.

VANCE, Carole S.. **El placer y el peligro: hacia una política de la sexualidad**. In: **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madri: Talasa Ediciones, 1989.

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade**. In: LOURO, G. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

_____. **Sexualidad**. Cidade do México: Editorial Paidós Mexicana, 1998.